

301.1572  
M357p  
T

124  
atual marinho

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PRODUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE MARGINALIZADOS

Walter Ernesto Ude Marques

Faculdade de Educação / UFMG

Marques, Walter Ernesto Ude

Produção social da criança e  
o adolescente marginalizados

301.1572/M357p/T

UFMG — BIBLIOTECA UNIVERSITARIA

DEC.1054102-01

Marques, Walter Ernesto Ude

Produção social da criança e d  
o adolescente marginalizados

301.1572/M357p/T

(485419301/93)

301.1572/M357p

T

120 x 200

MOD. BU - 013 FEV/94 50.000

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA  
DATA CARIMBADA

31/03/05

04/04/2005

[REDACTED] 2005

11 MAI 2006

9 MAI 2006

10 MAR 2008

21/03/2011

08/11/11

lph

CONTADOR

Walter Ernesto Ude Marques

PRODUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE MARGINALIZADOS

PROFESSORES:

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado da Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Minas Gerais,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Carlos R. Jamil Cury

U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



485419301

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

INV 05  
Faculdade de Educação da UFMG  
Belo Horizonte  
1993



BIBLIOTECA UNIVERSITARIA  
01/9/93  
4854193-01  
MX 9900 39974

362.70981

M 357 P MARQUES, Walter Ernesto Ude  
1993 Produção social da criança e do adolescente  
marginalizados. Belo Horizonte, FAE/UFMG, 1993, 223p.

1. Menor Abandonado: Brasil. I. Título

Dissertação defendida e aprovada, em \_\_\_\_\_ de  
1993, pela banca examinadora constituída pelos  
professores:

---

Lucília Regina de Souza Machado

---

Angel Pino Fígado

---

Carlos Roberto Jamil Cury - Orientador

## DECLARACIONES

... Roberto Cavalli Cury, orientador de  
... a sua realização demonstrou caráter  
... riqueza.

### DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às crianças e aos adolescentes marginalizados do nosso País, pequenas vidas sacrificadas ou anuladas por uma hierarquia social que sobrepõe o acúmulo de riquezas à infância empobrecida explorando suas famílias e sua classe. E aos educadores e agentes sociais que lidam com essa população marginalizada, na tentativa de oferecer um instrumento capaz de contribuir para a transformação dessa realidade.

este trabalho

B. Gra

ativo

## A G R A D E C I M E N T O S

Ao Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury, orientador deste trabalho, que durante a sua realização demonstrou admirável disponibilidade e franqueza.

A Prof.ª Dr.ª Iris Barbosa Goulart, pela sua valiosa contribuição na abordagem do estudo da vida diária dos meninos entrevistados neste trabalho.

A Prof.ª Dr.ª Edil Vasconcellos de Paiva, pela competente orientação oferecida na elaboração dos aspectos metodológicos deste trabalho.

Aos Prof.s Dr.s João Antônio de Paula e Roberto Nascimento, que deram excelentes contribuições na análise socioeconômica deste trabalho.

Aos Dr.s Dirceu B. Greco e Carlos Maurício F. Antunes, pelo fiel apoio e incentivo, nas horas difíceis.

A Regina P. Campos, pesquisadora do Projeto "HIV em jovens de rua"/UFMG, que realizou as entrevistas, nas ruas e favelas, juntamente comigo.

Ao Antônio Carlos, "Quinzinho", que facilitou a realização das entrevistas com os meninos do "morro".

A Alaíde González, pela revisão do manuscrito, e pelo carinho manifestado pelo trabalho.

A Helenice Ude e ao Antônio Mendes, pela elaboração dos gráficos e tabelas deste trabalho.

A Vânia e ao Dr. Pedro Camilo, pela leitura crítica dos textos apresentados neste estudo.

Ao Dr. Marcelo Araújo, pela estruturação e organização deste trabalho.

Aos amigos do projeto "HIV em jovens de rua"/UFMG, pelo apoio e atenção apresentados durante a realização deste trabalho.

Aos colegas do Curso de Mestrado, pela saudável convivência e pela troca de experiências e conhecimentos durante os momentos em que estivemos juntos.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho e que me ensinaram, mais uma vez, que um produto histórico-social só se faz de maneira coletiva.

## A G R A D E C I M E N T O S      E S P E C I A I S

A Helena Ude, minha mãe, sempre mãe, entusiasmada.

A Job Moreira Marques, meu falecido pai, que me introduziu no gosto pela vida intelectual.

A Abel Avelino, meu padrasto, que se interessou, acreditou e sempre torceu pelo sucesso deste trabalho.

A Ção, sobretudo, companheira, pela ajuda e solidariedade nos momentos difíceis, na elaboração deste trabalho.

Aos meus filhos, Vinícius e Gustavo, que, na espera da conclusão deste trabalho, souberam compreender minha ausência.

A todos os meus amigos e familiares, que comigo "conviveram" ao longo destes anos de estudo

*Lutar por uma nação / Viver igual<sup>1</sup>*

Olha, garota, não olha para trás,  
porque estamos tão longe de casa  
e estamos na mesma luta de sempre  
e o futuro da nação?  
e somente nós lutando  
por uma razão  
que nos fais viver.  
Por que não acordamo para ver  
A pobreza alreodor de nossa vida?  
Somente aquelas pessoas  
a humildade de cada um pode  
nos tornar grande cidadão  
Não importa a cor de cada um  
Mas sim a humildade de cada um  
Nos torna mais unido e vivo

**Jerre Lopes Camargos**

4/3/93

1

Esse poema me foi oferecido por um ex-menino de rua e sofreu pequenas alterações de ortografia para facilitar a compreensão sem perder a espontaneidade. (N.A.)

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1:	Taxa de crescimento do PIB "per capita" das décadas de 60 a 80. . . . .	27
Tabela 2:	Índice nacional de preços ao consumidor - INPC Série compatibilizada: 1980-1992. . . . .	31
Tabela 3:	Proporção de pessoas, situadas nos dois extremos da distribuição de renda, por sexo e cor. Brasil, São Paulo e Bahia, 1980. . . . .	37
Tabela 4:	Média anual de emprego. Índice de desemprego aberto para as pessoas de 15 anos e mais/ regiões metropolitanas. . . . .	39
Tabela 5:	Proporção da população e de imigrantes estaduais localizados nas regiões metropolitanas e taxas de crescimento observadas - Brasil 1970-1980. . . . .	45
Tabela 6:	Emigração acumulada de naturais do nordeste segundo principais unidades da federação de destino. . . . .	46
Tabela 7:	Pessoas de 10 a 17 anos, segundo situação de trabalho e frequência à escola. Brasil urbano e regiões metropolitanas - 1981 e 1988. . . . .	53
Tabela 8:	Anos de escolaridade completados pela população de 7 a 24 anos de idade, segundo a cor - Brasil, 1982 (%). . . . .	54
Gráfico 1:	PIB trimestral - Composição da taxa acumulada em quatro trimestres. . . . .	28
Gráfico 2:	Participação percentual na renda Brasil 1981-1989. . . . .	34



Gráfico 3: Construção civil, produção x vendas São Paulo .	42
Gráfico 4: Indicadores conjunturais da indústria, Níveis de produção com ajustamento sazonal - 1991/1992. .	43
Gráfico 5: Pessoas de 0 a 17 anos, por situação do domicílio, segundo algumas condições do domicílio - Brasil 1988. . . . .	48
Gráfico 6: Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos, por grupos de idade - Brasil. . . . .	50
Gráfico 7: Taxa de atividade das pessoas por rendimento mensal familiar "per capita" - Brasil. . . . .	57
Gráfico 8: Empregados de 10 a 17 anos do mercado formal - 1988. . . . .	58
Gráfico 9: Pessoas de 0 a 17 anos por alguns tipos de família - Brasil. . . . .	61
Gráfico 10: Principal responsável pelo sustento da família. . . . .	63
Quadro 1: apresentação dos subgrupos entrevistados. . . .	93

## S U M Á R I O

---

RESUMO . . . . .	13
UM EPISÓDIO REVELADOR . . . . .	14
INTRODUÇÃO . . . . .	19
CAPÍTULO I . . . . .	24
A PRODUÇÃO SOCIAL DO MARGINALIZADO: UMA APROXIMAÇÃO EM NÚMEROS . . . . .	24
O PIB - produto interno bruto . . . . .	26
A taxa de inflação . . . . .	29
A distribuição de renda . . . . .	32
O desemprego . . . . .	38
O crescimento industrial . . . . .	40
A urbanização . . . . .	44
A educação . . . . .	49
O trabalho infanto-juvenil . . . . .	55
A família . . . . .	59
Conclusão . . . . .	64
CAPÍTULO II . . . . .	67
A PRODUÇÃO DO MARGINALIZADO: UMA APROXIMAÇÃO PELA PRODUÇÃO ACADÊMICA . . . . .	67
CAPÍTULO III . . . . .	85
ADOLESCENTES MARGINALIZADOS: UM CAMINHO PARA UMA APROXIMAÇÃO VIVIDA . . . . .	85
CAPÍTULO IV . . . . .	110
DE COMO A RUA PASSOU A SER ESTE LUGAR . . . . .	110
Aspectos da vida diária das crianças e adolescentes marginalizados de Belo Horizonte . . . . .	133
Formas de subsistência do menino de rua . . . . .	150
CAPÍTULO V . . . . .	157

MARGINALIZAÇÃO INFANTO-JUVENIL E O PROCESSO DE SUA PRODUÇÃO SOCIAL NO BRASIL POS-64 . . . . .	157
Concepções de Marginalização . . . . .	158
A concepção funcionalista . . . . .	159
Concepção da modernização . . . . .	161
Concepção histórico-estrutural . . . . .	165
Crescimento da industrialização e da marginalização infanto-juvenil, no Brasil pós-64 . . . . .	170
Antecedentes históricos . . . . .	170
Desenvolvimento Econômico e Marginalização no Pós- 64 . . . . .	181
Urbanização e Marginalização no pós-64 . . . . .	194
Políticas sociais adotadas no período . . . . .	200
CONCLUSÃO . . . . .	208
SUMMARY . . . . .	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .	216

## R E S U M O

---

A problemática das crianças e dos adolescentes marginalizados que freqüentam as ruas e becos nas nossas cidades em busca de sobrevivência tem-se tornado um grande desafio para todos nós.

O objetivo deste trabalho foi apontar os elementos responsáveis pela produção social dessa população, considerando tratar-se de um fenômeno social que revela uma sociedade excludente, que produz riquezas em detrimento de uma maioria explorada e espoliada, da qual essas crianças e adolescentes emergem.

A análise dessas relações sociais foi calcada na concepção histórico-estrutural da marginalidade, interpretando a estruturação da sociedade industrial a partir do modelo concentracionista e excludente.

Com o objetivo de retratar o quadro atual do País em relação às condições socioeconômicas, foram utilizados dados estatísticos da década de 80 e do início da de 90, que revelaram uma desigualdade social acentuada, em termos de distribuição de renda, com sobreposição étnica dos brancos sobre os negros em vários aspectos, como também o aumento do trabalho infantil para complementação da renda familiar, confirmando as hipóteses levantadas pela concepção histórico-social levantada.

Foram realizadas entrevistas com essa população, que buscaram a escuta da compreensão que fazem da sua realidade, apresentando-se como reveladoras da necessidade de trabalho infantil e da falta de lazer e escola como determinantes de sua ruptura com o social.

O estudo bibliográfico realizado revelou que a compreensão das políticas sociais adotadas pelos dominantes é importante elemento da manutenção da dominação, por adotarem medidas amortecedoras dos conflitos distributivos.

A transformação dessa realidade exige equidade na distribuição de renda, nivelamento produtivo indústria/agricultura, promoção da cidadania e o estabelecimento das conexões entre o fenômeno da marginalização e os agentes produtores dessa realidade, atingindo as estruturas produtoras desse quadro desigual.

## UM EPISÓDIO REVELADOR

Com o agravamento da situação socioeconômica do País, um contingente cada vez maior de crianças é lançado às ruas, vítimas de um sistema social excludente. O episódio de Tatuapé, uma rebelião de internos daquela unidade da FEBEM, ocorrida no dia 22/10/1992, ilustra bem essa situação.

As informações sobre esse episódio foram retiradas de dois grandes jornais de circulação nacional: o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo. E, para exemplificar a dimensão nacional do fato, recorreremos às repercussões causadas em Belo Horizonte-MG, noticiadas no jornal Estado de Minas.

Eis o que ocorreu, segundo o Jornal do Brasil, do dia 10/11/1992: *"A rebelião dos menores da unidade da FEBEM do Tatuapé, deixou o saldo de um morto, 525 fugas e 14 prédios parcialmente destruídos..."*.

Em depoimento prestado pela então Secretária do Menor, Alda Marco Antônio, a FEBEM do Tatuapé apresentava as seguintes condições:

"Ao assumir a administração da FEBEM, em julho de 1990, a Secretaria do Menor deparou com um quadro assustador. Numa área de 330 mil metros quadrados, em 76 prédios viviam 2.700 menores infratores, dos quais 1.700 confinados em uma única unidade, a da Recepção e Triagem. O local tinha capacidade para no máximo 500 crianças. Os 1.700 internos viviam em condições subhumanas. Em celas sem janelas, com precária ventilação e iluminação e área de 21,9 metros quadrados, dormiam até 25 menores". /Jornal do Brasil(10/11/1992).

Além da superlotação, os internos enfrentavam maus-tratos dos funcionários da instituição, com torturas e espancamentos. Uma adolescente de 16 anos, grávida de cinco meses, denunciou no mesmo jornal que: "De tanto apanhar, perdi o bebê"./Jornal do Brasil(10/11/1992).

A Secretária do Menor argumentou que o modelo de atendimento da FEBEM foi criado com base no antigo Código de Menores, que colocava a questão na ótica repressiva:

"Muitos funcionários antigos, acostumados a usar métodos autoritários e até cruéis, não se adaptaram às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os espancamentos continuaram a ocorrer. Para tentar resolver a situação, a Instituição demitiu, em dois anos, mais de 800 funcionários, a maioria por justa causa".

Outro episódio subsequente ao de Tatuapé ocorreu no "Clube da Turma", local onde alguns internos foram instalados, após a rebelião. Um grupo de aproximadamente 20 "justiceiros",

na madrugada de 25/10/1992, tentou invadir o local, para "exterminar" alguns dos 320 internos retirados da FEBEM.

O comandante da Polícia Militar, responsável pela proteção do local, revelou:

*"Tivemos que disparar alguns tiros para afugentar os justiceiros. Eles fazem parte do grupo de matadores conhecidos como 'pés de pato', que atacavam naquela região há mais de dez anos"./Folha de São Paulo(26/10/1992).*

O fenômeno do grupo de "justiceiros" surgiu exatamente na década de 80, como afirma o comandante, e essa prática encontra-se descrita em DIMENSTEIN (1990) como uma forma arbitrária de reprimir aqueles que, de certa forma, denunciam a degradação social do País.

Diante da fuga de 525 menores do Tatuapé, a grande metrópole ficou em pânico. A Praça da Sé, ponto de encontro dos meninos de rua, foi ocupada por 76 soldados armados, sete cães acompanhados por PMs da Tropa de Choque e cerca de 20 veículos, conforme informa a Folha de São Paulo do dia 29 de outubro de 1992.

O temor se generalizou por todo o País. Em Belo Horizonte, por exemplo, no dia 28/10/1992, o Batalhão de Choque da Polícia Militar realizou o seu segundo dia da "Operação Centro", para inibir grupos de "pivetes", como noticia o Estado de Minas.

No mesmo jornal, os funcionários da FEBEM-MG queixavam-se da falta de segurança no trabalho:

*"Depois dos momentos tensos vividos no último final de semana - quando houve uma tentativa de estupro entre os internos - os funcionários estão com medo de cumprir os plantões dos sábados, domingos e feriados, sem maiores garantias e proteção"./Estado de Minas (28/10/1992).*

Esses dados revelam que a problemática da criança e do adolescente infrator necessita ser tratada de maneira conseqüente sem o caráter de política social compensatória ou repressiva, apenas.

Os indicadores socioeconômicos apontam a marginalidade infantil como decorrência de má distribuição de renda, desemprego, falta de habitação, baixos salários e falta de escolaridade.

Essa discussão pode ser ilustrada com trecho do depoimento do Juiz da Infância e da Adolescência de Belo Horizonte, Dr. Tarcísio Martins Costa, em matéria do Estado de Minas intitulada: "Juiz diz que é preciso fechar fábricas de meninos de rua":

*"Classifico estas fábricas como sendo a má distribuição de renda, a falta de políticas sociais básicas, a posição das escolas alheias aos desejos dos menores e a dívida social que deve ser resgatada principalmente com uma revolução na educação"./Estado de Minas(28/10/1992).*



Essa declaração deixa evidente que a situação tem-se tornado insustentável, para ser tratada apenas com políticas paliativas.

A manifestação desse sintoma comprova que as políticas adotadas para atender às crianças e aos adolescentes infratores estão falidas. Em consequência, a sociedade apela para a criação de grupos de extermínio de menores, para não aprofundar-se na causa do problema.

Não há como transformar essa realidade sem enfrentarmos as condições socioeconômicas nas quais ela é produzida.

## I N T R O D U Ç Ã O

Foi como estudante de Psicologia da PUC/MG que me interessei pelo objeto deste estudo. A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBEM/MG foi o berço da minha experiência profissional. Na instituição, fui funcionário durante oito anos, divididos em dois períodos, de 1978 a 1981, e de 1984 a 1989, passando por várias atividades a seguir descritas.

Primeiramente, trabalhei no Centro de Integração e Apoio ao Menor - CIAME -, no Bairro Alto Vera Cruz, desenvolvendo um trabalho cultural, por meio de atividades afro-brasileiras: capoeira, maculelê, puxada de rede e samba de roda, que resultou na criação do Grupo Folclórico "Meninos de Sinhá". A realidade das crianças e adolescentes com as quais convivia no CIAME marcaram-me profundamente quanto à precariedade das suas condições de vida e a violência social às quais estavam expostas. Isso me instigou a buscar porquês além do manifesto naquele quadro, determinantes daquela condição marginalizadora.

Posteriormente, desloquei-me para o Projeto Parquímetro, com meninos que vigiavam carros no centro da cidade, cadastrados no programa da FEBEM, executando o controle

das áreas demarcadas para estacionamento, acompanhando aqueles pequenos-trabalhadores.

Em 1981, fui transferido para o Centro de Recepção e Triagem para "menores infratores", como eram denominados, naquela época. Como, porém a forma de atendimento adotava métodos repressivos, deixei a Fundação, levando comigo uma grande indignação. Buscava a possibilidade de um trabalho digno e efetivo no atendimento a essa população marginalizada. Ao lado disso, assaltaram-me muitas questões, e essas experiências forneceram subsídios à minha indagação sobre o percurso da criança e do adolescente marginalizados.

A partir de 1984, tive a oportunidade de me ocupar das políticas sociais destinadas à população de meninos e meninas de rua, quando fui convidado, como psicólogo, pela mesma instituição- a FEBEM, a participar da construção do projeto de atendimento alternativo para meninos de rua<sup>1</sup> de Belo Horizonte, que será mais bem discutida no capítulo que trata dos aspectos metodológicos. Em seguida, no ano de 1989, inscrevi-me no Mestrado da FAE-UFMG, na tentativa de aprofundar meu conhecimento dos elementos responsáveis pela produção social dessa realidade.

Essa experiência culminou na elaboração do trabalho aqui apresentado, que pretende apontar elementos responsáveis

---

<sup>1</sup> Sempre quando aparecerem as expressões menino ou menino de rua, elas também se estenderão às meninas de rua.

pela produção social da criança e do adolescente marginalizados, a partir da concepção histórico-estrutural da marginalidade. Os trabalhos encontrados sobre o assunto, na sua maioria, desenvolvem estudos sobre políticas sociais adotadas para lidar com este fenômeno social, relatando práticas das FEBEMs. Alguns desses estudos descrevem o cotidiano dessa população ou denunciam violências praticadas contra essas crianças e adolescentes. Outros estudos apontam indicadores da produção social da marginalização infanto-juvenil, mas não aprofundam seus estudos. Constatei a falta desse enfoque sobre o assunto, conquanto a crítica aos métodos policiaiscos também contemplasse o contexto social. Optei, contudo, por trabalhar mais diretamente o contexto como integrante da produção social da marginalização.

A orientação teórica deste estudo baseia-se no ponto de vista histórico-estrutural, que, dentre as concepções pesquisadas, apresentou mais elementos de análise para a compreensão das relações sociais excludentes, que, no Brasil, foram estruturadas a partir do período colonial e preservaram o privilégio de uma minoria dominante, como será mais bem explicado adiante.

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, vali-me da minha experiência junto à população estudada, respeitando a peculiaridade daquele que está marginalizado ou sobrevive da transgressão social e, por isso, utiliza códigos

e linguagens para se defender da sociedade que o exclui. Com esse referencial, adotei a entrevista semi-estruturada, aplicada a informantes-chave, como apresentarei no transcorrer deste trabalho.

O estudo, em cinco capítulos, aborda aspectos quantitativos e qualitativos, como também teóricos e práticos, na tentativa de apontar elementos para a compreensão da realidade estudada.

No primeiro capítulo, apresento dados estatísticos sobre aspectos socioeconômicos do Brasil, na década de 80 e no início da de 90, que apontam decréscimos na produtividade e aumento da desigualdade social e da marginalização infanto-juvenil, no período.

No segundo capítulo, revejo a produção acadêmica sobre o assunto, revelando que a maioria dos trabalhos publicados se ocuparam, principalmente, da descrição e análise da FUNABEM e das FEBEMs, mas que alguns trabalhos apontaram pontos significativos sobre a produção social da criança e do adolescente marginalizados, indicando a concepção histórico-estrutural como importante caminho para a compreensão das relações de domínio e exploração estabelecidas na nossa sociedade, as quais contribuíram para a exclusão social desta população.

No terceiro capítulo, cuido da metodologia utilizada, caracterizando a peculiaridade da população

estudada e a aplicação da entrevista semi-estruturada com informantes-chave como método eficaz para o trato desse tipo de problema social.

No quarto capítulo, trato da escuta dos entrevistados, que revela a exploração da mão-de-obra dos seus pais e de si próprios, como também o ócio, a falta de lazer de escola, enfim, a ausência de cidadania, como elementos produtores da sua marginalização.

Finalmente, no quinto capítulo, apresento as concepções de marginalidade pesquisadas, apontando a histórico-estrutural como a mais indicada para a compreensão do modelo econômico adotado, que, após o golpe de 64, instalou a lucratividade das classes dominantes, a qualquer custo, pela via da industrialização, adotando medidas repressivas e assistencialistas para manutenção desse privilégio. Mostrei que esse período histórico se destacou pelas políticas sociais adotadas para o controle social da pobreza produzida e para o conseqüente aumento da marginalização infanto-juvenil.

Trata-se de um estudo inicial, mas que pretende desencadear uma discussão sobre um produto manifesto que revela uma série de cadeias sociais responsáveis pela sua produção.

## C A P Í T U L O I

### A PRODUÇÃO SOCIAL DO MARGINALIZADO: UMA APROXIMAÇÃO EM NÚMEROS

A apresentação e análise dos dados estatísticos sobre os aspectos socioeconômicos do nosso País referentes à década de 80 e ao início da de 90, neste estudo, têm o objetivo de apontar o quadro atual do Brasil, que, além de haver revelado um período altamente recessivo - em que a problemática da criança e do adolescente marginalizados foi colocada em destaque, em nível nacional, e até mesmo no internacional, mostrando que os meninos de rua podem ser apontados como reveladores de um quadro social excludente e degradante -, também nos deu parâmetros para situarmos o fenômeno numa dada realidade concreta e buscarmos os indicadores de sua produção social.

Nós nos limitaremos ao corte histórico proposto, pois ele evidencia os resultados de uma economia excludente, que será enfatizada no aspecto da infância e da adolescência marginalizadas.

Levantar indicadores também evidencia que esse produto social não é fruto do acaso, que possa ser compreendido

dentro de uma ótica naturalista ou fatalista, colocando a criança e seus familiares como auto-responsáveis pela sua marginalidade. Ilustra, ao contrário, de uma forma manifesta, a situação social dessa população.

Os dados levantados foram suficientes para nos revelar que se tratava de um fenômeno social produzido historicamente, levando-nos a adentrar na concepção histórico-social da marginalidade, aprofundada no último capítulo, para compreensão do problema estudado, e a buscar indicativos para a transformação dessa realidade.

O processo recessivo atual tem antecedentes históricos e sociais que foram desencadeados a partir do modelo capitalista instalado no País, que após o ano de 1945, desenvolveu uma acelerada mudança urbano-industrial. Não podemos, porém, esquecer-nos dos resquícios deixados pelas relações coloniais escravocratas, que foram assimiladas pelo capitalismo aqui implantado, sobretudo por intermédio de uma postura étnica preconceituosa. Tudo isso contribuiu para formas de exploração e pobreza hoje existentes. Os dados a seguir manifestam situações conseqüentes a essas formas de exclusão.

A década de 80 apresentou tantos decréscimos econômicos que foi considerada, por alguns autores, como uma "década perdida"; houve tal estagnação nos anos 80, que a situação do trabalhador brasileiro se encontrava em piores



condições no final da década do que no início do período. Nessas condições, a população pobre não só aumentou como também confrontou-se com uma realidade da ordem da miserabilidade.

Para nos aprofundarmos nessa questão, analisaremos dados referentes à atividade econômica brasileira, por meio do PIB - Produto Interno Bruto-, da taxa de inflação apontada pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor -, da distribuição de renda, dos níveis de emprego, do crescimento industrial e da urbanização. Ilustraremos algumas consequências advindas dessa situação social, para a criança e o adolescente marginalizados, com ajuda de indicadores referentes à educação, que informam sobre o analfabetismo, a baixa escolaridade e a relação entre evasão escolar e o trabalho precoce. Finalmente, analisaremos a inserção da população no mercado formal e informal para a composição da renda familiar.

O PIB - produto interno bruto

A título de ilustração, utilizaremos dados da Taxa de Crescimento do PIB "per capita", a partir da década de 60, para compararmos os índices de crescimento ocorridos nesse período, que revelam claramente que a década de 80 é uma "década perdida" economicamente.

Consultando a Tabela 1, verifica-se que a década de 60 apresenta crescimento positivo de 3,2, porém inferior ao do

da década de 70, com 5,9, e que a década de 80 registra resultado negativo de -0,1, revelando uma acentuada queda na atividade econômica.

TABELA 1  
Taxa de crescimento do PIB per capita  
das décadas de 60 a 80

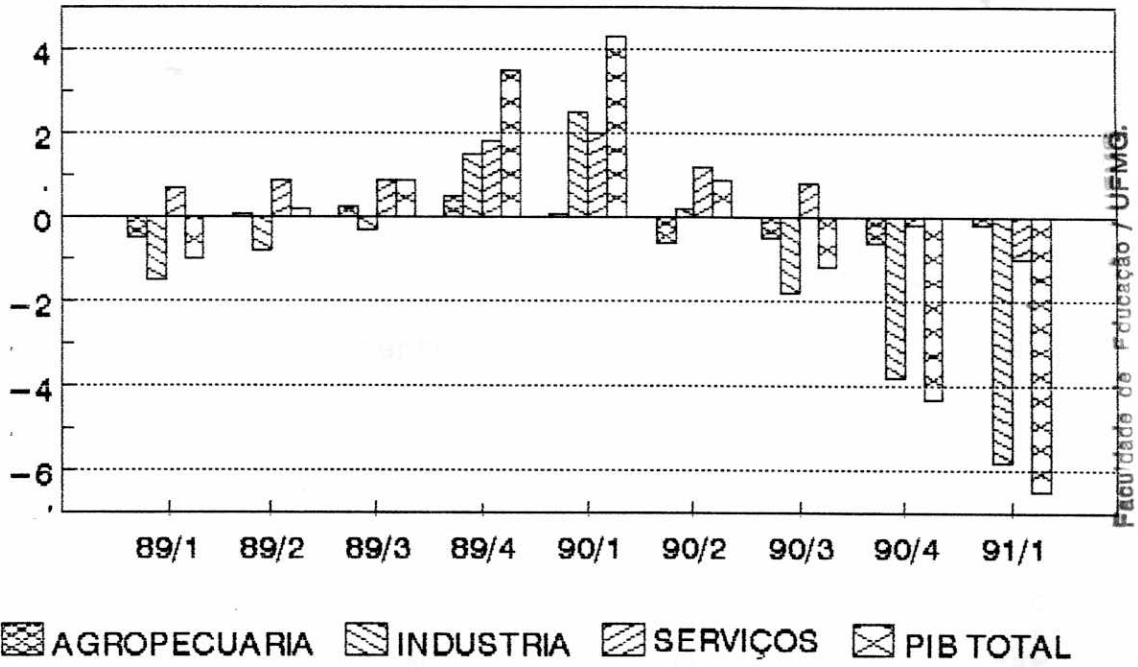
1960/1970	1970/1980	1980/1988
3,2	5,9	-0,1

Fonte: The World Bank Social Spending In Latin America: The Story of the 1980's (p.3)

Recorrendo a dados mais atualizados, a partir do primeiro trimestre de 1989 (Gráfico 1), fica evidente a trajetória recessiva que a economia brasileira percorre, em todos os setores: -0,20 pontos percentuais na agropecuária, -5,67 pontos percentuais na indústria e -1,00 ponto percentual nos serviços. Com exceção do período compreendido entre o terceiro trimestre de 1989 e o segundo de 1990, os demais apresentam resultados negativos, acentuadamente nos últimos trimestres de 1990 e no primeiro de 1991.

GRAFICO 1

**P I B T R I M E S T R A L**  
**COMPOSIÇÃO DA TAXA**  
**ACUMULADA EM QUATRO TRIMESTRES**



Faculdade de Educação / UFMG.

FONTE: IBGE/DPE/DECNA

Os altos índices negativos apresentados nos trimestres de 1990 e 1991 refletem a retração econômica desencadeada na década anterior.

O acentuado rebaixamento dos resultados desses importantes setores produtivos refletem-se seriamente na

condição de vida da camada pobre da população, desencadeando aumento de desemprego e barateamento da mão-de-obra, o que, certamente, contribui para a marginalização desse segmento social.

### A taxa de inflação

Os dados referentes à inflação foram analisados a partir de tabelas fornecidas pelo Departamento de Índices de Preços, as quais apresentam dados por ano e mês, com as variações no mês, no trimestre, no semestre, no ano e nos 12 meses acumulados de cada ano. Optamos por calcular a média de inflação dos 12 meses acumulados de cada ano por retratar, desse modo, o ônus de períodos prolongados de recessão econômica.

Quanto aos valores, foram desconsideradas as casas decimais, para facilitar os cálculos numéricos, pois o objetivo deste trabalho foi ilustrar as oscilações inflacionárias do período em estudo. Os dados disponíveis informam sobre índices desde o segundo trimestre de 1980 até outubro de 1992.

Os resultados apresentaram variações, altas e baixas, durante alguns anos, associadas aos planos econômicos adotados pelo governo, que serão pontuados durante a análise.

A Tabela 2, construída a partir dos dados

levantados, permite evidenciar, de uma forma sintética, o percurso do processo inflacionário que caracterizou a década de 80 e atingiu o início dos anos 90. Apesar das variações ocorridas, não há dúvida de que houve uma elevação crescente do índice inflacionário, proporcionando, inevitavelmente, reflexos sociais graves à população empobrecida.

No segundo semestre de 1980, o índice é de 90%; já no ano seguinte aumenta para 102%, com uma diferença de 12%, e decai para 96% em 1982, mas ainda com um acréscimo de 6%. A partir daí, acontece uma escalada de aumentos, iniciada em 1983, com 135%, chegando a 193% em 1984, quase o dobro de 1980, e culminando em 218% em 1985.

Apesar disso, se há perdas econômicas, o período traz também ganhos políticos. Há uma mobilização social de partidos e de outros segmentos pela democratização do País e pelas eleições diretas, a qual obtém sua primeira vitória exatamente no ano de 1985, pelo estabelecimento da abertura política. E, em 1986, o novo governo lança o Plano Cruzado, com o intuito de baixar a inflação congelando os preços, e consegue reduzir para 157% o índice daquele ano.

Em 1987, a inflação começa a crescer novamente. O governo lança o Plano Novo Cruzado, com táticas semelhantes, mas a inflação não atinge quedas inferiores a 214%, naquele ano.

As dívidas acumuladas e os períodos de tentativas de

contenção citados desencadeiam altíssimos índices inflacionários, ou seja, 562% em 1988, 1185% em 1989 e 3969% em 1990, principalmente se comparados com os 90% de 1980.

Diante desse grave quadro socioeconômico, a sociedade intensifica seus movimentos e conquista, em 1990, as eleições diretas para Presidente da República.

O governo eleito pelo povo utiliza de um outro plano de estabilização econômica para desestimular a especulação financeira. Consegue reduzir a inflação para 484% em 1991, mas isso não perdura, como acontece nos demais, e já no mês de outubro de 1992 ela atinge a taxa de 826%.

TABELA 2

Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC  
Série Compatibilizada: 1980–1992

Variação (%)												12 meses	
1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	
90	102	96	135	193	218	157	214	562	1185	3969	484	826	

Fonte: Departamento de Índices e Preços/Biblioteca IBGE – MG

Enfim, esse quadro sumário revela que o componente inflacionário é grave e crescente, que as medidas políticas não conseguem suplantá-lo e que ele tende a continuar crescendo.

Para o objetivo deste estudo, esses indicadores são importantes, pois têm um significado social sério no aumento da miséria social, com a redução do poder aquisitivo da população pobre e na produção social das crianças e dos adolescentes marginalizados.

#### A distribuição de renda

A acelerada industrialização e urbanização introduzidas no Brasil com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico não significam uma melhoria das condições de vida para a maioria da população. Pelo contrário, contribuem para a marginalização social nos grandes e médios centros urbanos, devido à desigualdade na distribuição de renda, de cuja maior parte uma minoria dominante se apropria.

Segundo documento publicado pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): Crianças e Adolescentes, indicadores sociais (1992,v.4):

"...em 1970, período de intenso crescimento econômico, a desigualdade aumentou em relação à década anterior, e desde então o índice de Gini tem permanecido em níveis elevados, em torno de 0,60. Esse índice é considerado uma das melhores medidas para a mensuração da desigualdade na distribuição de renda; apresenta valores no intervalo 0 (perfeita igualdade) a 1 (máxima desigualdade) quando então, é interpretado como se toda a renda fosse apropriada pelo segmento mais rico. Ao longo da década de 80, a desigualdade na distribuição de renda se aprofundou; o índice de Gini apresentou para a maioria dos anos resultados acima de 0,60 e sempre superiores ao Gini para 1981 (0,583), manteve comportamento tipicamente ascendente de 1987 (0,611) a 1989 (0,647), e acusou queda para 1990 (0,620)".

A década de 80 também é marcadamente um período de empobrecimento acentuado para a maioria da população e propicia o aumento da marginalização de crianças e adolescentes.

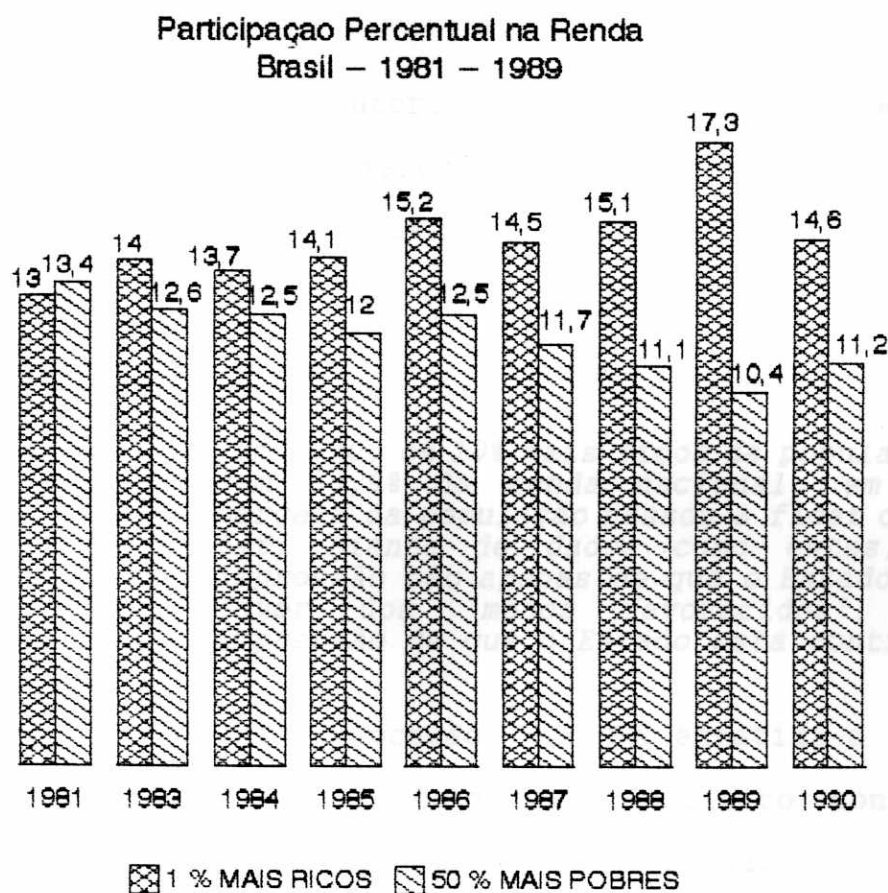
O mesmo documento aponta, graficamente, as diferenças entre os ricos e os pobres no período de 1981 e 1990, por meio de um estudo comparativo entre 1% da população dos mais ricos e 50% dos mais pobres, em termos percentuais, que demonstrou as diferenças na distribuição de renda.

O Gráfico 2, do mesmo estudo, aponta as desigualdades ocorridas no período entre os dois segmentos. Em 1981, os mais ricos, isto é, a parcela da população formada pelos 1% mais ricos, apropriou-se de 13% da renda total, enquanto a metade da população formada pelos 50% mais pobres apropriou-se de 13,4%. Essa mínima diferença, de 0,4%, demonstra a enorme quantia apropriada pela minoria rica, revelando como a desigualdade na distribuição de renda é acentuada. Nos anos



posteriores, as desigualdades se aprofundam, com o ápice em 1989, ou seja, com 17,3% para os mais ricos e 10,4% para os mais pobres, com uma diferença de 6,9%.

GRAFICO 2



Fonte: IBGE

Nota: População de 10 anos ou mais de idade com rendimentos de todas as fontes

Isso revela que esse período recessivo é altamente lucrativo para a minoria rica, com uma concentração de riqueza cada vez maior, ano após ano.

O modelo de crescimento adotado no Brasil, intensificado pela internacionalização do processo produtivo capitalista, no qual o Estado não administra, de forma equitativa, a distribuição de renda é descrito por WEFFORT (1992).

Segundo o autor, o crescimento do PIB ocorrido até 1970 não beneficia os "menos favorecidos" e, a partir de 1980, com o rebaixamento das taxas de produção, as desigualdades se aprofundam. Sua análise sobre esse período recessivo é a seguinte:

*"Em 1980, os 10% mais ricos da população ficavam com 50,9% da renda nacional; em 1990 esta parcela da população passou a ficar com cerca de 54%. Diante de dados como estes, tem-se a impressão não apenas de que o Estado não está a favor dos 'menos favorecidos'. Tem-se a impressão de que o Estado está contra eles".*

Com essa colocação, WEFFORT enfatiza a importância de se atentar para o componente político contido nessa realidade econômica, com a presença do Estado, que defendeu os interesses das classes privilegiadas.

Uma variável que é avaliada como um importante indicador, dentro do componente de distribuição de renda, para o nosso estudo, são as diferenças salariais segundo o sexo e a

cor, trazendo um novo elemento de análise: a etnia.

Os dados obtidos referem-se ao ano de 1980 e apresentam os índices de rendimento por sexo e raça (branco, preto e pardo), variando entre até 1 salário mínimo e 5 salários mínimos e mais.

Analisando os dados da Tabela 3, pela comparação do sexo masculino e da cor, em relação à distribuição de renda, a partir do salário mínimo-SM, verifica-se que os homens brancos detêm os melhores salários: enquanto 16,30% destes recebem 5 SMs e mais, apenas 2,7% dos negros e 4,40% dos pardos recebem a mesma quantia. Essa desigualdade também aparece entre as mulheres, chegando a ser mais acentuada nas mulheres negras e pardas.

TABELA 3

Proporção de Pessoas, Situadas nos Dois Extremos  
da Distribuição de Renda, por Sexo e Cor.  
Brasil, São Paulo e Bahia. 1980

Sexo Cor e Renda (Salário Mínimo - SM)	Região (%)			(3) (4)	(2) (3)
	Brasil (1)	São Paulo (2)	Bahia (3)		
<b>Homens</b>					
Branca					
Ate 1 SM	20,72	10,51	30,23		65
5 SM - +	16,30	21,91	10,73		-104
Preta					
Ate 1 SM	40,00	17,01	41,61		59
5 SM - +	2,71	4,82	2,07		-130
Parda					
Ate 1 SM	39,70	13,32	36,29		63
5 SM - +	4,40	6,71	3,73		-80
<b>Mulher</b>					
Branca					
Ate 1 SM	34,71	26,31	14,47		-81
5 SM - +	7,25	8,72	2,27		-254
Preta					
Ate 1 SM	62,74	43,25	27,81		56
5 SM - +	0,63	1,01	0,21		-365
Parda					
Ate 1 SM	58,25	38,91	18,11		-115
5 SM - +	1,46	2,21	0,50		-340

Fonte: Dados originais do IBGE, 1983 (censo populacional).

Os dados evidenciam uma diferenciação salarial que pode significar uma discriminação racial e de sexo, pois atinge em maior escala as mulheres negras e pardas, dando indícios de que uma situação oriunda do período escravocrata continua prevalecendo no sistema econômico que se lhe segue.

### O desemprego

Os índices de desemprego são fornecidos mensalmente em tabelas do IBGE, por meio da Pesquisa Mensal de Emprego, com informações das principais metrópoles do Sudeste, do Nordeste e do Sul.

Para os fins do nosso estudo, é calculada a média anual de cada metrópole com o objetivo de dar um panorama de como varia esse componente durante a década de 80 e o início da de 90. Infelizmente, não conseguimos as tabelas completas dos anos de 1980 e de 1986, e preferimos optar por excluir esses anos.

Recorrendo à Tabela 4, verifica-se que os maiores índices de desemprego ocorrem nos anos iniciais da década: de 1981 a 1984, destacando-se o primeiro ano, que atinge o índice de 8,03.

A partir de 1985, com a abertura política, inicia-se uma queda que vai até o ano de 1990, que é influenciada, certamente, pelos planos econômicos adotados como tentativa de conter a inflação: o Plano Cruzado, em 1986, o Novo Plano Cruzado, em 1987, e o de estabilização, em 1990. No ano de

1989, ocorre o mais baixo índice da década: 3,65.

Apesar de uma certa queda de desemprego, naqueles períodos, há indícios de aumento no início da década de 90, e, em 1991, o índice começa a elevar-se para 4,90.

Em termos regionais, baseando-se nas médias gerais do período, o Nordeste apresenta os maiores índices, com 6,78 em Recife e 5,90 em Salvador. Em seguida, vem o Sudeste, em que Belo Horizonte apresentou o maior índice, 5,72, e São Paulo e Rio 5,50 e 4,91, respectivamente. A única metrópole do Sul estudada, Porto Alegre, apresenta o menor índice: 4,82.

**TABELA 4**  
**MEDIA ANUAL DE EMPREGO**  
Índice de desemprego aberto para as pessoas de  
15 anos e mais  
Regiões Metropolitanas

ANOS	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Sao Paulo	Porto Alegre	Médias Anuais
1981	8,55	9,03	8,97	8,61	7,25	5,80	8,03
1982	7,49	6,27	6,97	6,53	5,97	5,25	6,41
1983	7,97	5,57	7,76	6,17	6,79	6,72	6,83
1984	8,97	7,74	8,30	6,76	6,79	6,97	7,58
1985	7,20	6,03	5,71	4,86	5,01	5,37	5,69
1986	//	//	//	//	//	//	//
1987	5,18	4,08	3,92	3,23	3,75	3,91	4,01
1988	5,56	4,62	4,02	3,09	4,01	3,62	4,15
1989	5,35	4,39	3,41	2,78	3,44	2,58	3,65
1990	5,65	5,38	4,09	3,50	4,54	3,71	4,47
1991	5,96	5,90	4,10	3,59	5,51	4,34	4,90
Média Geral	6,78	5,90	5,72	4,91	5,30	4,82	5,57

Fonte: IBGE

Os dados evidenciam que o desemprego é elevado durante o processo recessivo instaurado, que não é controlado durante a década de 80, mesmo com as medidas econômicas tentadas pelo governo e que acarreta para o trabalhador rebaixamento no preço da sua força de trabalho e dificuldades para a manutenção de sua família.

Esse longo período com taxas de desemprego contribui para o aumento de um contingente populacional desempregado, que se insere no mercado informal de trabalho ou até mesmo na marginalidade, como última instância para aquele que está excluído do processo de produção.

### O crescimento industrial

Em relação ao crescimento industrial, não obtivemos dados referentes à década de 80, mas foram encontrados índices sobre produção na construção civil e vendas no comércio de materiais de construção, em São Paulo, no período de 1986 a junho de 1989. Estes apontam para o crescimento nesse setor produtivo e, conseqüentemente, na capacidade de absorção de mão-de-obra, de um contingente operário que é representativo no nosso País.

Obtivemos, ainda, alguns dados sobre a atividade industrial nos anos de 1990, 1991 e junho de 1992, em nível nacional, que dão indicativos das variações no setor.

Apesar das dificuldades de se obter informações sobre esse componente em estudo, os dados obtidos são suficientes para apontar o nível de investimento nessas áreas produtivas.

Analisando-se o Gráfico 3, observa-se que há um pequeno crescimento na produção no terceiro trimestre de 1986, a qual sofre uma queda atenuada descendente até o terceiro trimestre de 1987. A partir daí, ocorre uma leve retomada, que vai até o segundo semestre de 1988, há uma nova queda, que dura até o primeiro trimestre de 1989, quando acontece um acentuado crescimento no mesmo trimestre, revelando que não há crescimento no setor.

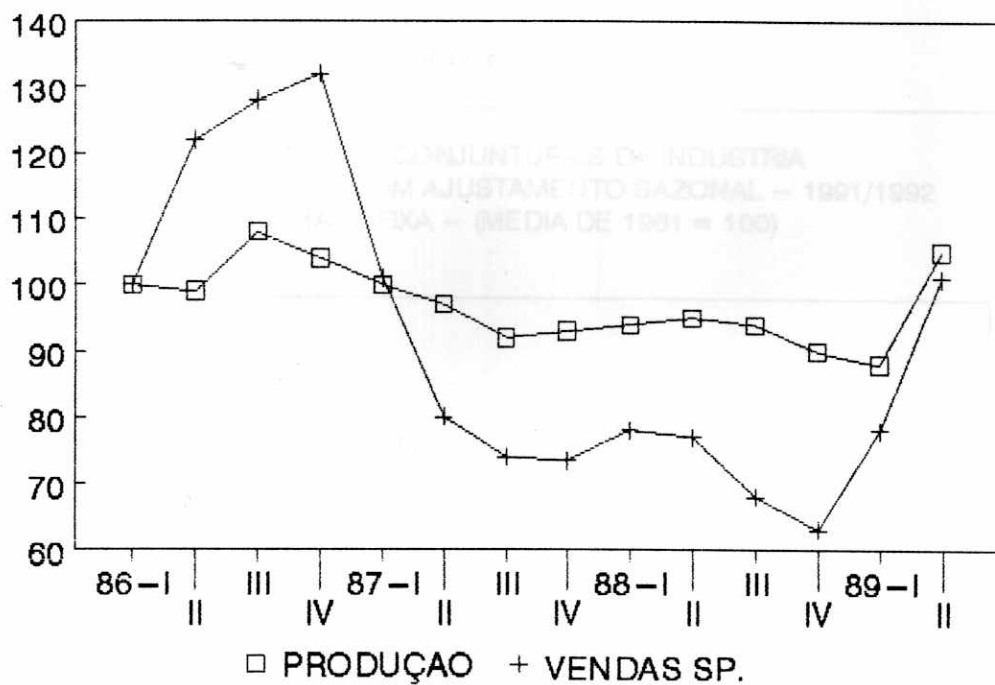
Em relação às vendas de materiais para a construção civil, há um ápice no quarto trimestre de 1987, sinalizando, também, para o fato de que há, provavelmente, pequenos investimentos em reformas e conclusão de obras inacabadas nesse período, pois, em períodos inflacionários, o investimento em imóveis torna-se mais rentável do que algumas aplicações de mercado. No entanto, dá-se uma queda acentuada até o quarto trimestre de 1988, quando há uma retomada até o segundo trimestre de 1989.

Tais dados dão indicativos suficientes para demonstrar que esse importante setor não cresce economicamente e não oferece moradias e emprego para a população.



GRAFICO 3

CONSTRUÇÃO CIVIL: PRODUÇÃO X VENDAS EM SAO PAULO  
 Índices Dessazonalizados



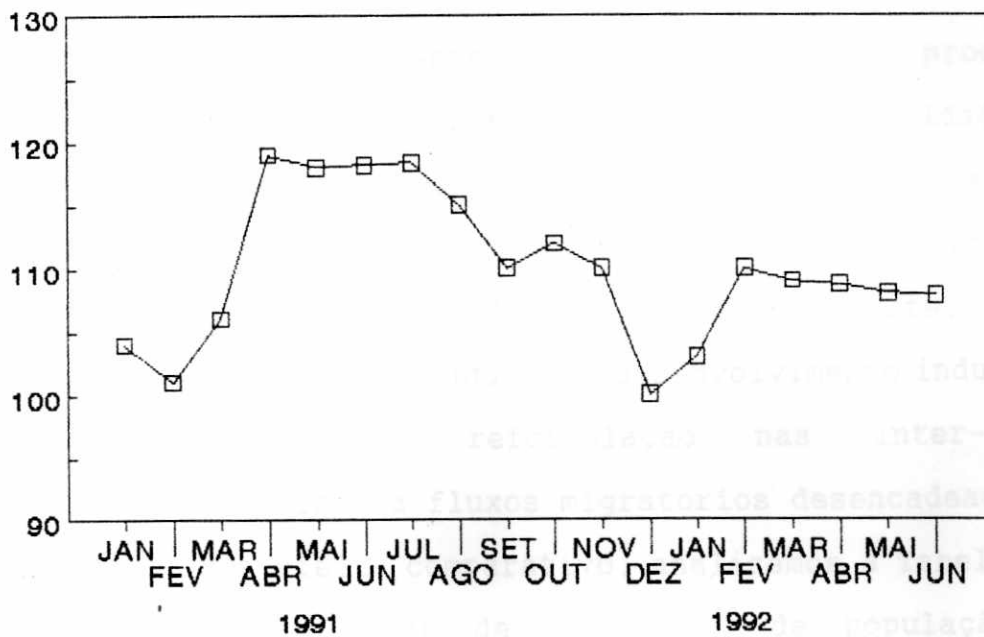
Fonte: IBGE

Quanto ao setor industrial, considerado a partir de 1990 (Gráfico 4), no primeiro mês estava em queda, mas ascende intensivamente e atinge o ápice em abril, sendo que, a partir daí, vai sofrendo quedas, até dezembro de 1991. Em seguida, cresce novamente, até fevereiro de 1992, por apenas dois meses, e recomeça a decair até junho do mesmo ano.

São dois anos e meio sem estabilidade econômica, nos quais os índices variam mensalmente, apontando um decréscimo na atividade industrial.

GRAFICO 4

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDUSTRIA  
NIVEIS DE PRODUÇÃO COM AJUSTAMENTO SAZONAL - 1991/1992  
INDICE BASE FIXA - (MEDIA DE 1981 = 100)



FONTE: IBGE/DPE/DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA

Esses indicadores revelam que o País não se mostra capaz de retomar o crescimento econômico "perdido" na década anterior e, com isso, dá-se o crescimento do desemprego e da pobreza.

### A urbanização

Um dos fenômenos mais contundentes do processo de industrialização é a migração populacional campo-cidade.

As populações economicamente mais estagnadas migraram para aquelas que estão em crescimento. O Nordeste é o principal emissor de mão-de-obra para o Sudeste, onde se localizam os principais centros de desenvolvimento industrial.

Ocorre uma reformulação nas inter-relações regionais, por meio dos fluxos migratórios desencadeados.

Para efeito comparativo, analisemos a Tabela 5, que informa sobre as taxas de imigração, de população e de crescimento das nove grandes regiões metropolitanas no período de 1970 a 1980, que, como já verificamos anteriormente, apresenta taxas de crescimento do PIB, "per capita", superiores às das décadas de 60 e de 80, respectivamente.

De uma maneira geral, o fluxo migratório é significativo em todos os centros metropolitanos. Isso acontece até mesmo nos centros pertencentes a Estados com

características de emissores, como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, e os do Nordeste.

TABELA 5

Brasil - 1970-1980

Proporção da População e de Imigrantes Estaduais Localizados nas Regiões Metropolitanas e Taxas de Crescimento Observadas

Regiões Metropolitanas	Proporção em Relação ao Estado		Taxas de Crescimento (%)
	População	Imigrantes	
Belém	28,5	26,2	4,3
Fortaleza	29,4	53,4	4,3
Recife	28,7	54,6	2,7
Salvador	15,7	27,1	4,4
Belo Horizonte	11,8	31,9	4,7
Rio de Janeiro	78,4	83,0	2,5
São Paulo	49,6	51,8	4,5
Curitiba	18,6	21,7	5,8
Porto Alegre	28,1	46,3	3,8

FONTE: IBGE - Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980.

O Rio de Janeiro apresenta o maior índice de imigração, mas seu saldo líquido migratório não é o mais expressivo, pois, em contrapartida, ocorre uma alta taxa de emigração, revelada pelo seu índice de crescimento.

Em Curitiba e Belo Horizonte, as taxas de emigração são menores, e há maior crescimento populacional.

São Paulo é o Estado que mais recebe migrantes, por

representar o maior centro industrial do País. Para ilustrar isso, utilizamos a Tabela 6, que apresenta indicadores sobre o fluxo migratório nordestino, que se dirige para as unidades da Federação assinaladas, entre as décadas de 1940 e 1980.

TABELA 6

**Emigração acumulada de naturais do nordeste segundo principais unidades da federação de destino**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EMIGRANTES NORDESTINOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO									
	1940		1950		1960		1970		1980	
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
SAO PAULO	246.657	34.66	387.612	37.38	862.890	35.92	1.459.627	39.13	2.903.469	48.25
RIO DE JANEIRO	149.074	20.95	252.513	24.64	546.908	22.77	846.801	22.70	1.179.124	19.60
PARANA	8.994	1.26	35.572	3.47	267.929	11.15	387.684	10.39	271.242	4.51
GOIAS/BRASILIA (DF)	74.799	10.51	108.929	10.63	292.111	12.16	487.489	13.07	744.778	12.38
MINAS GERAIS	72.549	10.20	75.848	7.40	155.824	6.49	162.464	4.36	204.498	3.40
RESTO DO BRASIL	159.474	22.41	164.148	16.02	276.269	11.50	386.046	10.35	713.885	11.86
TOTAL	711.547	100.00	1.024.622	100.00	2.401.931	100.00	3.730.111	100.00	6.016.996	100.00
NORDESTE	14.336.323	-	17.855.272	-	21.987.635	-	27.875.981	-	34.338.298	-

FONTE: IBGE - ESTATISTICAS HISTORICAS DO BRASIL

NOTAS: Os dados de 1940, 1950 e 1960 se referem a atual divisao político-administrativa do Rio de Janeiro.

Consultando a Tabela 6, fica evidente que, em todas as décadas citadas, o Estado de São Paulo recebe o maior número de emigrantes do País, destacando-se a década de 80. Em segundo lugar, vem o Rio de Janeiro, que apresenta resultados inferiores no período de 80. Os menores índices de recepção migratória ficam com o Paraná e para Minas Gerais.

Para avaliar os efeitos urbanos e rurais do processo de industrialização e de migração, quanto à população infanto-juvenil, objeto deste estudo, são verificadas as condições de

moradia e saúde sanitária dessa população.

O Gráfico 5 ilustra as condições de domicílio da população no ano de 1988. Os dados foram levantados a partir da adequação dos domicílios, quanto ao esgoto sanitário, abastecimento de água, destino do lixo, posse de filtro e fornecimento de luz elétrica.

Quanto ao esgoto sanitário, apenas 44,4% da população se beneficiam desse serviço social, sendo que 59,5% possuem fossa séptica na zona urbana e 9,5%, no meio rural.

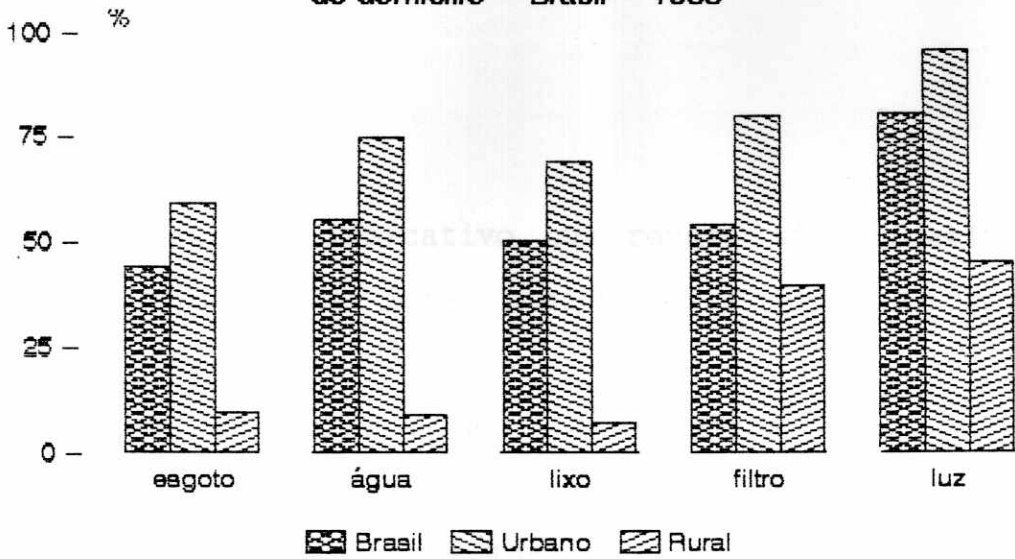
Com referência ao abastecimento de água, foram considerados os domicílios com canalização, devido à maior proteção contra contaminação. Apesar de os dados serem mais satisfatórios, 25% da população urbana não recebem esse benefício.

A coleta de lixo das grandes concentrações urbanas é imprescindível para a saúde, devido à formação de transmissores de doenças, como moscas, mosquitos, ratos, baratas e outros, mas apenas 70% da população urbana são atendidos quanto a este item.

Em termos de saneamento, é também considerada a presença do filtro de água dentro de casa. Não é aceita água de bica ou similares. Nas áreas urbanas, 80% da população possuem o filtro no seu domicílio, e em apenas 40% da população rural é encontrado o filtro. A energia elétrica, que tem um papel fundamental para os benefícios da vida moderna, apresenta dados melhores, ou seja, 95,8% para a área urbana e 45,5% no campo.

GRAFICO 5

Pessoas de 0 a 17 anos, por situação do domicílio, segundo algumas condições do domicílio - Brasil - 1988



	esgoto	água	lixo	filtro	luz
Brasil	44,4	55,4	50,6	54,2	80,6
Urbano	59,5	75,4	69,4	80,3	95,8
Rural	9,5	8,9	7,1	40,1	45,6

Fonte: IBGE

Os dados revelaram que, em termos de saúde, a população em geral e a infanto-juvenil em particular estão expostas a diferentes vias de contaminação de viroses, parasitoses e infeccões diversas, que contribuem significativamente para a desnutrição e a mortalidade infantil no País.

### A educação

Outro indicativo que revela significativamente o desenvolvimento de uma sociedade são os índices de escolaridade da população.

Recorrendo aos indicadores das taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos, apresentados no Gráfico 6, por grupos de idade no Brasil, nos anos de 1981, 1987 e 1988, constata-se que, apesar de ter ocorrido um expressivo aumento da taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, ainda há muito o que fazer.

Os aumentos mais significativos se dão na faixa de 7 a 9 anos, nos anos de 1987 e 1988. Nesse mesmo período, também, há um pequeno crescimento para a faixa de 10 a 14 anos.

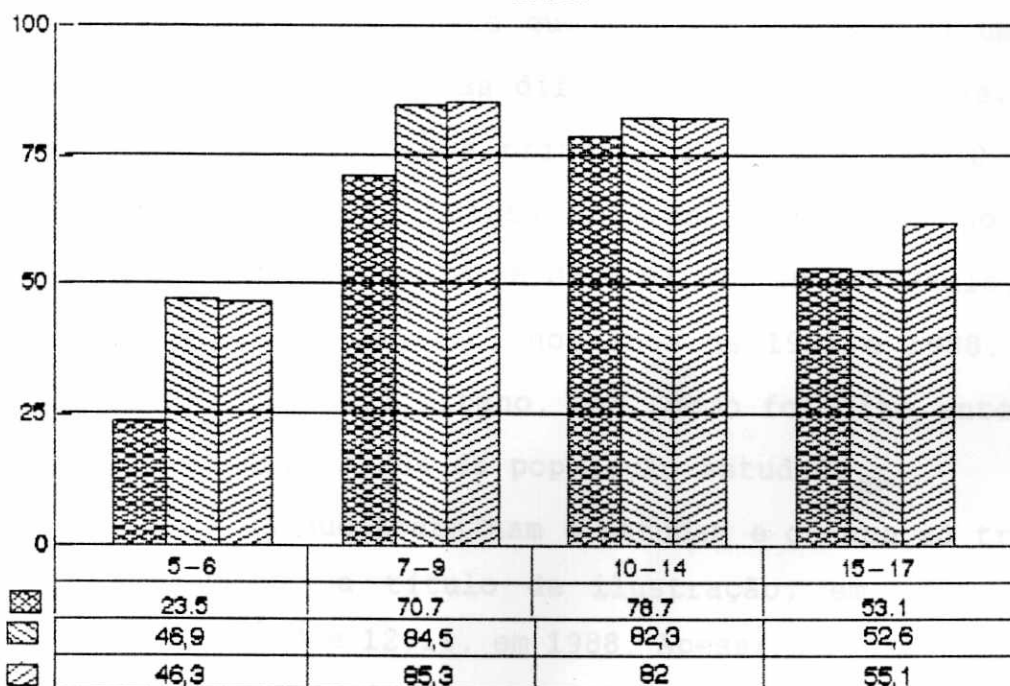
Chamaram a nossa atenção os rebaixamentos na faixa de 15 a 17 anos, mesmo com os 66,1% de 1988, apontando baixo desempenho escolar nesse período etário, muitas vezes,



provocado pela necessidade de inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, para composição da renda familiar.

GRAFICO 6

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos, por grupos de idade Brasil



Instituto de Física / UFMG

Fonte: IBGE

Em suma, o acesso à escolaridade das crianças de 7 a 14 anos fica em torno de 80%, nesse período, sendo que 20%

delas são excluídas da escola. Para os adolescentes de 15 a 17 anos, 57% freqüentam a escola, revelando que, à medida que a faixa etária aumenta, a escolarização diminui.

Para confrontarmos os dados anteriores, utilizamos os dados da Tabela 7, que apresenta indicadores das pessoas de 10 a 17 anos, segundo a situação de trabalho e freqüência à escola no Brasil urbano e nas regiões metropolitanas, com o intuito de verificar até que ponto o trabalho é um empecilho para a escolaridade, nas diferentes faixas etárias.

Analisando a primeira categoria, de 10 a 14 anos, observa-se que os índices referentes aos que só estudam é relevante, apresentando 86,8% e 87,9%, em São Paulo, e 87,6% e 87,6% no Rio de Janeiro, nos anos de 1981 e 1988, e 80,2% e 81,4% para o Brasil urbano, mas, como foi dito anteriormente, ficaram excluídos 20% da população estudada.

Os que trabalham e estudam e os que só trabalham no Brasil urbano, a título de ilustração, em 1981, atingem o índice de 11,6% e 12,1%, em 1988. Apesar de parte deles estarem inseridos no trabalho, numa faixa imprescindível para a aprendizagem, esses dados ainda não representam uma alta taxa de inserção no mundo do trabalho.

Por outro lado, quando observamos a faixa de 15 a 17 anos, os índices dos adolescentes que só estudam, no nível de Brasil urbano, caem quase para a metade, em torno de 40%, sendo que algumas regiões, como Salvador, por exemplo, apresentam índices maiores, 62,5%, em 1981, e 57,4%, em 1988. Já São Paulo

apresenta 38,6%, em 1981, e 38,3%, em 1988.

Em relação aos que trabalham e estudam e aos que só trabalham, no Brasil, observa-se que os índices são maiores, chegando a 43,7%, em 1981, e 46,7%, em 1988.

Esses pequenos-trabalhadores, além das exigências do trabalho, como horários prolongados, algumas vezes em períodos noturnos, em locais distantes da sua casa, e outras, enfrentam dificuldades nas escolas, quanto à aceitação de sua condição como trabalhadores e estudantes.

No seu estudo sobre a relação escola-trabalho, RODRIGUES (1987) conclui que:

*"A direção da reflexão propiciou a escola como uma instituição negadora do trabalhador, no aluno. Enquanto fenômeno, a instituição escolar e o trabalho se manifestam como entidades dicotômicas e polarizadas. Por isto, aos alunos trabalhadores é dificultada a permanência na escola, para o que contribuem tanto as condições de trabalho às quais estão submetidos, como os inúmeros entraves propiciados também no nível intra-escola".*

Dessa forma, são excluídos da instância escolar, formadora do cidadão, por acrescentarem à sua condição de estudantes o trabalho, e, concomitantemente, sua realidade social, revelando uma discriminação da escola com aqueles que pertencem à camada empobrecida da população.

A inserção dos adolescentes brasileiros no mercado de trabalho, visando à contribuição para a renda familiar, significa um forte indicador de incompletude do processo escolar, a partir dos 15 anos de idade.

TABELA 7  
Pessoas de 10 a 17 anos,  
segundo situação de trabalho e frequência à escola  
Brasil Urbano e regiões metropolitanas – 1981 e 1988

Tipos de atividade	Brasil Urbano		Sao Paulo		Rio de Janeiro		Recife		Salvador	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>Pessoas de 10–14 anos</b>										
Só estudam	80,2	81,4	86,8	87,9	87,6	87,6	80,7	83,3	84,9	85,0
Trabalham e estudam	6,0	7,2	5,0	4,2	3,4	3,5	3,4	3,9	4,0	5,8
Só trabalham	5,6	4,9	2,3	3,0	2,3	1,5	3,8	3,3	3,5	2,9
Afazeres domésticos	4,8	3,6	3,3	1,8	2,9	3,5	5,3	5,1	4,1	3,2
Nenhuma atividade	3,4	2,9	2,85	3,1	3,8	3,9	6,8	4,3	3,5	3,1
<b>Pessoas de 15–17 anos</b>										
Só estudam	44,4	41,5	38,6	38,3	58,4	53,9	55,2	53,1	62,5	57,4
Trabalham e estudam	18,0	21,6	24,8	25,8	13	16,1	10,9	13,0	12,2	19,0
Só trabalham	25,7	25,1	27,3	26,8	17,2	17,5	17,6	17,1	15,2	14,1
Afazeres domésticos	8,8	8,5	6,4	6,5	7,2	8,5	9,9	10,4	6,7	7,0
Nenhuma atividade	3,2	3,2	2,9	2,7	5,2	4,1	6,4	6,3	3,5	2,5

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes – SINCA

Outro aspecto que merece ser pontuado, é o componente étnico, cuja existência é levantada na análise da distribuição de renda, que revela desigualdades de resultados.

Para ilustrarmos esse componente, utilizamos a Tabela 8, que nos fornece dados sobre os anos de escolaridade completados pela população de 7 a 24 anos de idade, segundo a cor, no Brasil, em 1982.

Em relação aos anos de instrução, verifica-se que, no item "sem instrução e menos de 1 ano", que representa os

índices de analfabetismo, os negros e os pardos apresentam as maiores taxas, principalmente entre 15 e 24 anos.

Observando-se a faixa etária de 7 a 14 anos, como um período escolar básico para a escolaridade, chama a atenção o alto índice de alunos que não conseguem transpor as quatro séries básicas. Destes, 11,6% dos brancos estudam de 5 a 7 anos, e apenas 4,2% dos negros e 5,1% dos pardos têm o mesmo nível de instrução.

A medida que aumentam os anos, a defasagem entre os brancos e o grupo dos negros e dos pardos se amplia sensivelmente. Basta observar, como ilustração, a faixa entre 9 a 11 anos de instrução, que acusa 13,6% para os brancos e 1,6% e 2,8% para os negros e para os pardos, respectivamente.

TABELA 8

Anos de Escolaridade Completados pela População de 7 a 24 Anos de Idade,  
Segundo a Cor - Brasil, 1982. (%)

Faixas etárias	7 a 14 anos			15 a 19 anos			20 a 24 anos		
	BR	PR	PA	BR	PR	PA	BR	PR	PA
Anos de Instrução									
Sem inst. e									
menos de 1 ano	31,9	49,7	50,0	5,5	17,5	17,3	5,1	15,4	14,4
1 a 4 anos	55,2	46,1	44,9	31,8	45,8	44,7	27,2	37,0	37,1
5 a 7 anos	11,6	4,2	5,1	31,0	25,9	25,1	14,7	19,2	17,2
8 anos	0,3			12,7	5,9	6,2	10,7	9,7	8,7
9 a 11 anos				18,1	4,6	6,4	28,5	16,9	19,6
12 anos a mais				0,8	0,1	0,1	13,6	1,6	2,8
S/I e MD				0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD - 82

Esses indicadores evidenciam que boa parte dos estudantes que evadem das escolas são negros e pardos, sugerindo dificuldades para a sua permanência na escola. Considerando que, a partir dos 15 anos de idade, quase metade dos alunos brasileiros evadem da escola para trabalhar, conforme dados anteriores, pode-se inferir que a maioria deles se compõe de negros e pardos, a partir dos índices apontados na Tabela 8.

#### O trabalho infanto-juvenil

Para fecharmos a exposição sobre os indicadores socioeconômicos que contribuem para a produção da marginalização da criança e do adolescente brasileiros, abordaremos a questão do trabalho precoce realizado por essa população. Esta tem sido uma preocupação que aparece sempre nos estudos realizados com esse público, pois, muitas vezes, pontua o momento em que a criança ou o adolescente começa a extrapolar os limites familiares, comunitários e escolares, para ir buscar meios de subsistência para sua família.

Em geral, começam a freqüentar o centro da cidade, vendendo balas, chocolates, flores e outros objetos, vigiando e lavando carros e assumindo outras atividades do mercado informal, ou se inserem no mercado formal como office-boys, cobradores, balconistas e em outras ocupações.

Como já foi demonstrado, essa variável apresenta uma interseção significativa na escolaridade, pois passa a ocupar o espaço social da escola.

Outro cruzamento anterior à interferência no processo escolar surge quando se compara o rendimento mensal familiar "per capita" com a taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos, como demonstra o Gráfico 7, nos anos de 1981 a 1990.

Observando-se as taxas de inserção no mundo do trabalho, segundo os grupos etários, fica evidente que a faixa de 10 a 14 anos apresenta índices bem menores - 18,9%, em 1981, e 17,2%, em 1990 - do que o grupo de 15 a 17 anos, com 48,3%, em 1981, e 50,4%, em 1990, apontando, mais uma vez, para os fatos de que a partir dos 15 anos, há maior inserção, e de que, no final da década, a exigência da contribuição para a familiar aumenta. Os dois grupos indicam que, à medida que o rendimento familiar aumenta, o trabalho infanto-juvenil diminui, reforçando que são as crianças e os adolescentes das camadas pobres que estão evadindo da escola para trabalhar.

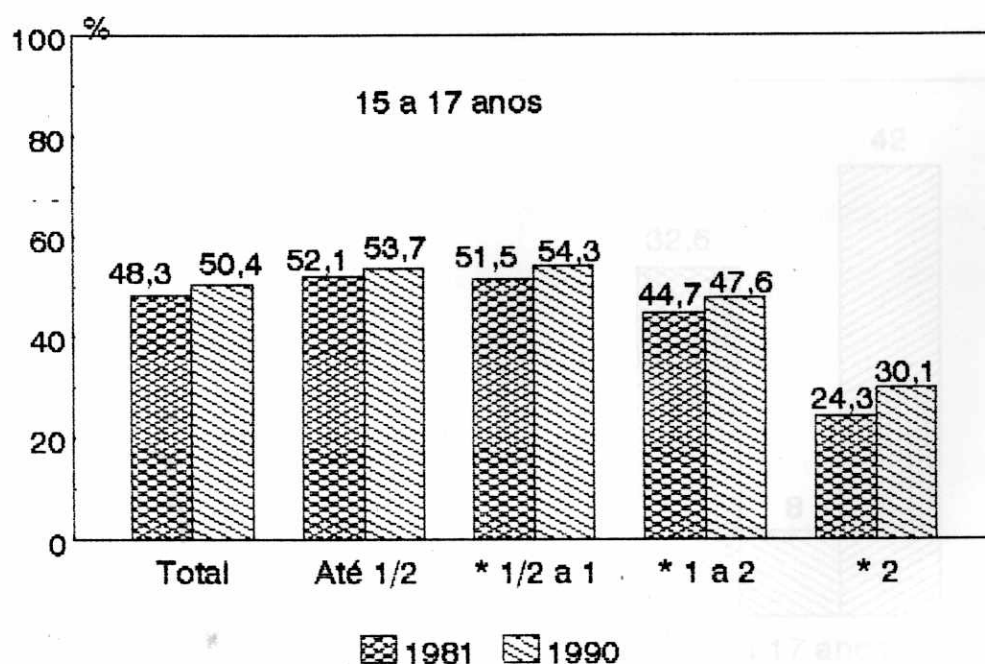
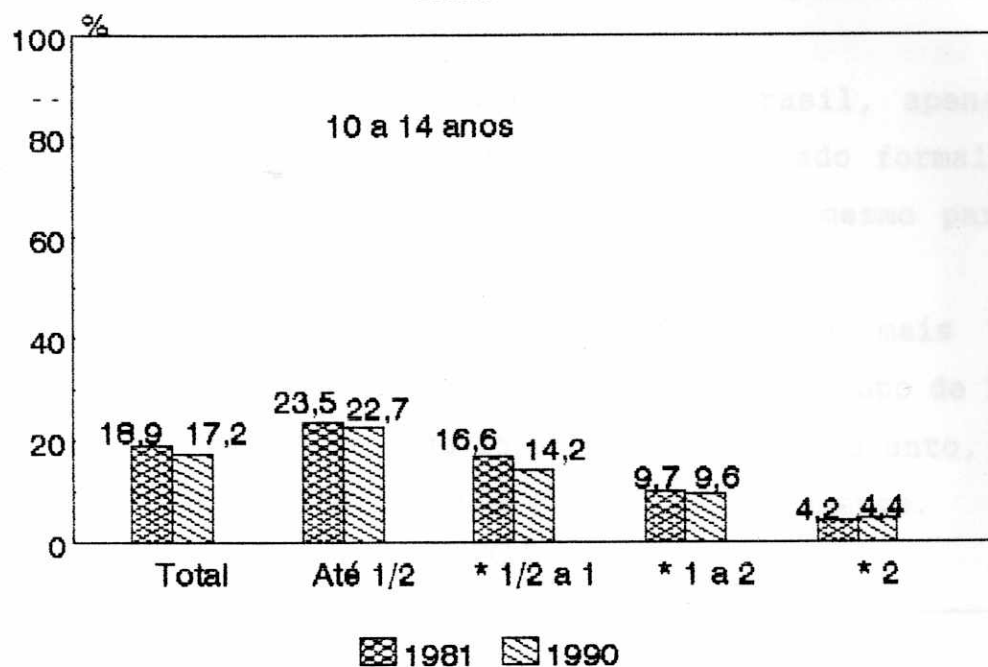
Aprofundando-se na análise do grupo de 15 a 17 anos, observa-se que este tem a sua taxa de participação aumentada em todas as faixas salariais, no final da década, apresentando uma tendência crescente de inserção da mão-de-obra do adolescente pobre no mercado de trabalho.

Retomando os resultados dos estudos sobre escolaridade, é interessante observar que é justamente a partir dos 15 anos que se dão as maiores taxas de evasão escolar ou de trabalho e estudo, simultaneamente.



GRAFICO 7

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos por rendimento mensal familiar per capita\*  
Brasil



Fonte: FIBGE/PNAD

(\*) Os valores do salário mínimo de 1990 estão corrigidos com base no valor real de 1981, tomando como deflator o INPC

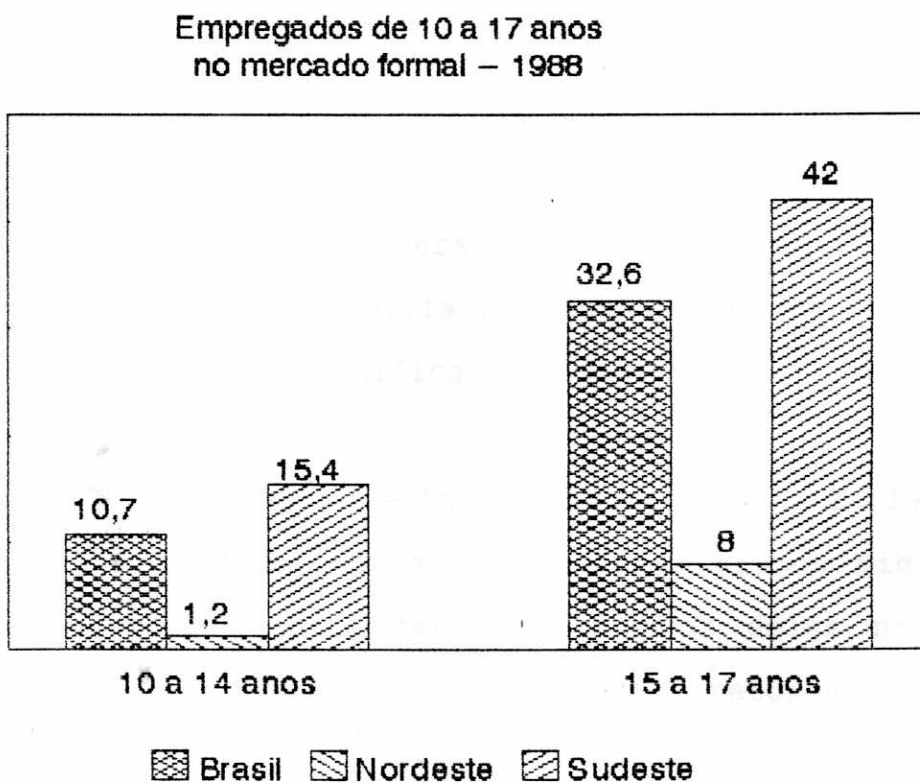


Quanto às relações de trabalho, verifica-se que a maioria dos adolescentes trabalha sem a proteção da legislação trabalhista.

Em 1988 (Gráfico 8), no Brasil, apenas 10,7% do grupo de 10 a 14 anos trabalham no mercado formal e 32,6% do grupo de 15 a 17 anos, revelando que, mesmo para o último grupo, a proteção da lei é insuficiente.

Nos aspectos regionais, fica mais distante a proporção dos indicadores. No Nordeste, o grupo de 10 a 14 anos apresentou 1,2%, e o de 15 a 17 anos, 8%, enquanto, no Sudeste, os índices são de 15,4% e 42%, respectivamente.

GRAFICO 8



FONTE: PNAD

Com esses indicadores apresentados, ficam evidenciadas as diversas formas de violência e exclusão social que essas crianças e adolescentes enfrentam na nossa sociedade, e comprova-se que a década de 80 contribui significativamente para o aumento desse quadro.

### A família

Diante do quadro recessivo apresentado, que provocou empobrecimento, migrações, esvaziamento populacional do campo e inchamento das metrópoles, além da exclusão escolar para a maioria da população brasileira, o núcleo familiar é afetado na sua configuração.

O deslocamento de parte do grupo familiar camponês, principalmente os homens, em direção aos centros industriais, com o objetivo de assegurar emprego e moradia para o futuro estabelecimento da família na cidade, causa distanciamento e ausência paternas significativas para a sobrevivência do grupo e das relações afetivas.

Por meio de estudos de caso, KOWARICK (1979) ilustra as dificuldades encontradas por esses grupos migratórios na cidade de São Paulo, sendo que alguns deles não conseguem estabelecer-se com suas famílias ou retornar ao lugar de origem, rompendo seus laços familiares.

Outros vêm com a família e enfrentam problemas como

moradia, desemprego, fome e mendicância. A maioria instala-se em favelas, na periferia ou sob viadutos.

Dessa forma, são confinados em cubículos, onde pais, filhos e até parentes amontoam-se, dentro de um mesmo compartimento.

Com isso, perdem sua privacidade e, a partir daí, vão-se ausentando de papéis e valores até então preservados.

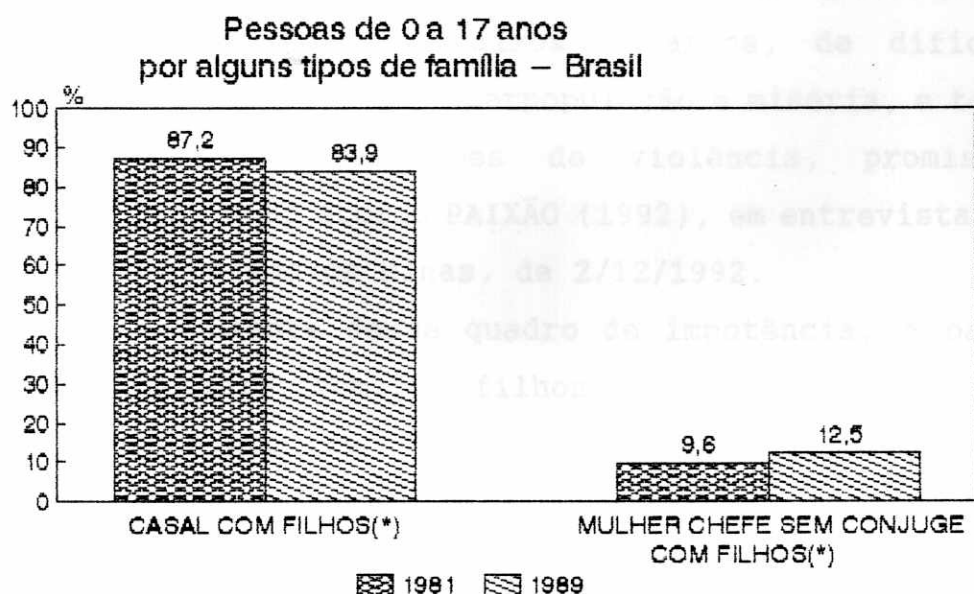
A impotência paterna para sustentar o grupo obriga a esposa e os filhos a buscarem formas de sobrevivência, como subemprego ou mendicância, desencadeando-se uma reorganização familiar, que, em alguns casos, pode culminar no desligamento de alguns membros.

Para ilustrar as conseqüências socioeconômicas disso nas famílias brasileiras, durante o período em estudo, utilizamos o Gráfico 9, que informa sobre alguns tipos de família, com pessoas de 0 a 17 anos, nos anos de 1981 e 1989.

Analisando o gráfico, percebe-se que a grande maioria das crianças e adolescentes pertence a famílias integradas pelo casal: uma média de 85,5% .

Os dados, ao serem comparados, revelam haver uma queda no índice de famílias em que o casal permanece unido com os filhos, 87,2%, em 1981, e 83,9%, em 1989. E que, por outro lado, aumenta o percentual daquelas que apresentam a falta da figura do pai, de 9,6% para 12,5%.

GRAFICO 9



Esses dados apontam para uma tendência significativa na mudança do padrão familiar brasileiro.

Nas camadas de baixa renda, esse fenômeno acontece desde os primórdios da industrialização brasileira, quando ocorre uma migração rural em massa para os centros industriais. O pai, culturalmente, representa o provedor da família, vem na frente tentar emprego, para, posteriormente, conseguir moradia para acomodar a família, mas, como nem sempre as condições são

favoráveis, não consegue trazer seus familiares para junto de si. Nessas circunstâncias, quando consegue transferir a família para o grande centro, esbarra no enfrentamento da constante rotatividade de empregos temporários, principalmente na construção civil, de baixos salários, de dificuldade de moradia, acrescidos da superpopulação e miséria, e todos acabam envolvidos com situações de violência, promiscuidade e alcoolismo, como aborda PAIXÃO (1992), em entrevista concedida ao jornal Estado de Minas, de 2/12/1992.

Diante desse quadro de impotência, o pai torna-se agressivo para com os filhos e a esposa, reproduzindo a violência a que a sociedade industrial o submete.

Esses conflitos familiares são retratados no Capítulo III deste estudo, a partir de depoimentos colhidos, em entrevistas, com crianças e adolescentes marginalizados, nos quais fica evidente a presença da agressividade e do alcoolismo desencadeados por essa realidade.

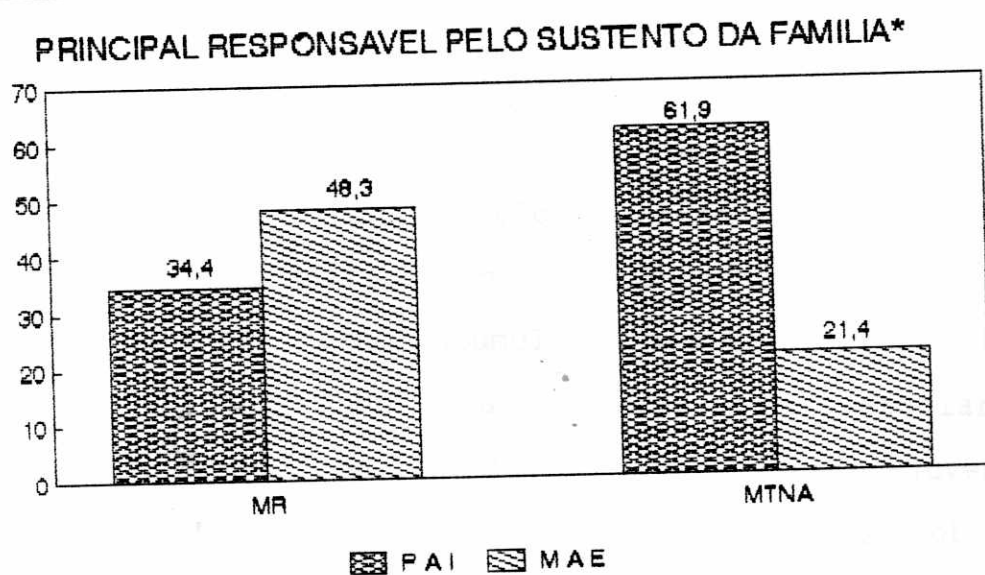
Considerando essa problemática, a questão fica ainda mais clara quando consultamos um estudo realizado por ALVES (1992), que entrevista 128 famílias e 128 menores, sendo que, destes, 42 são de rua e os demais, num total de 86 trabalham na rua.

O Gráfico 10 mostra diferenças da situação de trabalho dos diversos componentes das famílias de meninos de rua, ou seja, crianças e adolescentes que, em geral, estão rompidos com seus pais, sobrevivendo em bandos no centro da cidade, vivendo de furtos ou de atendimento institucional, e famílias de meninos trabalhadores de bairro.

Observando o gráfico, constata-se que a família dos meninos de rua apresenta um percentual mais baixo de pai trabalhando, 34,4%, em relação ao de pai de meninos trabalhadores de bairro, 61,9%.

Quanto às mães dos meninos de rua, 48,3% contribuem para o sustento da família, 13,9% superior ao pai, enquanto para as mães dos meninos trabalhadores de bairro, o índice foi de 21,4%, ou seja, 40,5% inferior ao pai.

GRAFICO 10



MR – menor de rua  
MTNA – menor trabalhador de bairro  
(\*) – Declaração do menor  
Fonte: FLACSO

Esses dados revelam que a participação da mãe dos meninos de rua, no rendimento familiar, é significativa, confirmando as tendências do gráfico anterior, as quais apontam para uma certa preponderância do papel feminino nas famílias pobres.

Os dados indicam, também, que há mudanças nas configurações familiares, variando segundo as condições socioeconômicas, que dependem da contribuição dos seus membros para o rendimento familiar.

## Conclusão

A década de 80 apresenta decréscimos nos setores produtivos, elevação nas taxas de inflação, aumento na desigualdade da distribuição de renda, desemprego e fluxo migratório significativo campo-cidade, acentuando os desequilíbrios urbanos acumulados nas décadas anteriores.

Observando os índices de escolaridade e relacionando-os com os do trabalho infanto-juvenil, fica evidente que as crianças e os adolescentes, objeto deste estudo, inseridos precocemente no trabalho, pertencem às famílias com rendimento mensal "per capita" mais baixo, o que revela que essas crianças vão sendo excluídas das escolas para contribuir na composição da renda familiar.

O componente étnico também representa um elemento importante, apontando para a discriminação para com os negros e pardos, conforme os dados sobre escolaridade e distribuição de renda.

Economicamente, a década de 80 é considerada, por alguns autores, como "década perdida", com estagnação dos setores produtivos, achatamento salarial dos trabalhadores, aumento da pobreza e da marginalidade, comprovados neste estudo.

Os dados referentes aos anos iniciais da década de 90 revelam que esse quadro não foi suplantado, indicando o agravamento de uma crise social que se arrasta há décadas. O prognóstico para este final de século é decisivo. Uma outra postura econômica e social será capaz de fazer reverter esse quadro, para evitar a consolidação de um "apartheid social"?

Retomando os pontos levantados, fica evidente a necessidade de um resgate histórico-social da estruturação da sociedade industrial, a partir das relevantes informações obtidas sobre a desequilibrada migração campo-cidade e os fenômenos sociais por ela desencadeados, destacando-se a acentuada desigualdade na distribuição de renda, que explorou a força de trabalho das camadas pobres, obrigando-as a inserir seus filhos no trabalho para a complementação da renda familiar, principalmente, as pertencentes à etnia negra, deixando claro a permanência de resquícios dos tempos da escravidão.



Calcados nesses indicadores, recorreremos à revisão da produção acadêmica existente sobre o assunto, para levantarmos subsídios que podem apontar caminhos para o aprofundamento dos pontos identificados neste capítulo.

## C A P Í T U L O   I I

### A PRODUÇÃO DO MARGINALIZADO:

### UMA APROXIMAÇÃO PELA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A análise da produção acadêmica, neste estudo, tem como objetivo revisar aspectos estudados, identificando aqueles que podem contribuir para leitura da produção social da criança e do adolescente marginalizados. Tenta-se, com isso, apontar subsídios que ultrapassem a descrição desse sintoma social e dêem indicativos de como essa produção se dá e se mantém, revelando caminhos para a transformação dessa realidade - objeto deste trabalho.

Existe vasta literatura sobre a criança e o adolescente marginalizados, principalmente no período pós-64, quando a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) é criada, marcadamente na segunda metade da década de 70, período em que se mantém no auge e se expande por todo o País.

A produção acadêmica dessa época utilizava a terminologia jurídica "menor" para se referir a essa população, legitimada pelo Código de Menores, em que o menor é colocado como se fosse questão da ordem policial, e não da ordem social.

A partir de 1985, com a abertura política que sucede à

ditadura militar, movimentos sociais organizam-se para discutir as políticas sociais adotadas para o atendimento dessa população, na tentativa da defesa do resgate da sua cidadania, buscando desfazer o rótulo "menor", e evidenciar que essas crianças e adolescentes marginalizados são vítimas sociais emergentes de uma classe social situada na periferia do sistema produtivo introduzido no País.

Essa investida legitima-se com a implementação da Lei nº 8.069, de 13/7/1990 (O Estatuto da Criança e do Adolescente), em que a criança é colocada como prioridade nacional. Com esse marco histórico, a maioria dos autores contemporâneos têm contextualizado seus trabalhos dentro da perspectiva da infância e da adolescência marginalizadas.

A consulta à literatura existente, em artigos, pesquisas, teses, relatos e estudos, evidencia que os autores, na sua maioria, dedicam-se à análise do assistencialismo e da repressão, como prática político-social no atendimento de crianças e adolescentes marginalizados.

Os estudos encontrados centralizam-se predominantemente na abordagem institucional, pela análise da FUNABEM e das FEBEMs (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor), sobretudo nas UTs (Unidades de Triagem) de São Paulo.

Vários autores afirmam que as FEBEMs são criadas para controlar a pobreza, rotulando sua clientela como

"desviantes", "infratores" ou "anti-sociais", para justificar o internamento, o confinamento, e legitimar o lugar dessa população como sendo da marginalidade (VIOLANTE,1983; EDMUNDO,1987; GUIRADO,1979; RÂMIA,1989; CAMPOS,1984).

Para sustentar esses estigmas, utiliza-se o discurso de que a instituição teria a função de reintegrar o menor à sociedade, por meio de atividades reeducativas. Essa estratégia representa a própria contradição social, pregando-se a reintegração da criança numa sociedade que a expulsa desde sua história familiar (MARQUES,1976; RÂMIA,1989; CAMPOS,1984; VIOLANTE,1983, BAZÍLIO,1982; ORSETTI,1987).

Os marcos teóricos utilizados para a interpretação das relações institucionais que, pela via do atendimento massivo, solidifica papéis, tipificações e estigmas são baseados nos estudos de GOFFMAN sobre instituição total (ALTOÉ,1990; EDMUNDO, 1987), de FOUCAULT nos aspectos microfísicos do poder; no disciplinamento dos funcionários e meninos (ALTOÉ,1990; RAMIA,1989); a análise institucional, na leitura do instituído, o ordinário da instituição e do instituinte, o extraordinário (ALTOÉ,1990); a Psicanálise e as relações edípicas, incestuosas e as carências (MARIN,1988) e o cotidiano institucional solidificando papéis, tipificações e estigmas (EDMUNDO,1987).

É interessante observar que essas instituições analisadas por esses autores têm um discurso ambíguo sobre o

menino, difundindo a dupla mensagem do indivíduo "decente", que é trabalhador, estudioso e futuro pai de família, e do "malandro" sem recuperação, bandido, que "já nasceu torto", atribuído à população atendida. O interno fica dividido, pois, ao mesmo tempo em que ali é o lugar de produção da marginalidade, é também cobrada a honestidade, desencadeando conflitos na sua identidade (VIOLANTE,1983; GUIRADO,1979).

Um estudo mais aprofundado, no nível histórico e ideológico, da criação da FUNABEM é realizado por BAZÍLIO (1982), situando-a nas políticas sociais adotadas pelo regime militar pós-64.

Segundo documentação levantada pelo autor, várias justificativas são criadas para a implementação dessa instituição; uma delas é atribuir à família a responsabilidade de abandono dos filhos, conforme documento redigido por ALTENFELDER, então Presidente da FUNABEM. Sobre essa estratégia ideológica o autor comenta:

*"...a família, em última análise, é apresentada como a principal responsável pelo processo de desagregação e o conseqüente abandono dos filhos. Em nenhum momento questões fundamentais como distribuição de renda, mobilidade social, bem-estar social, acesso a emprego, educação, hospitais, são colocadas como alternativas para explicação do problema. A proposta, além de moralista, revela um profundo desconhecimento da vida e dos valores das classes sociais dominadas, na medida em que pretende criar cursos ou outros mecanismos para preparar o casamento".*

Esses estudos são importantes para se conhecer e entender os mecanismos sociais e institucionais utilizados na contenção das camadas marginalizadas e para se perceber as políticas compensatórias que tentam administrar as contradições sociais.

A questão da migração de trabalhadores rurais para os grandes centros, a partir da urbanização e industrialização, com o conseqüente subemprego e o desemprego, devido ao excesso de mão-de-obra, é abordada como indicativo da produção social desse fenômeno, no trabalho de vários autores (MARQUES,1976; RÂMIA,1989; CAMPOS,1984; VIOLANTE,1983; MARIN,1988). Realmente, é um dado significativo para a análise do problema, tanto que é bastante citado, mas não contém detalhamento.

Apesar de os autores levantarem alguns aspectos importantes sobre essa questão, dedicam sua obra ao estudo dos processos institucionais pelos quais passam os internos dentro das FEBEMs.

Há autores que se empenham em denunciar as violências cometidas contra as crianças pobres e miseráveis da sociedade brasileira, mas esta ainda é literatura escassa; foram encontrados dois únicos trabalhos sobre o assunto.

Um relato sobre situações de abusos sexuais e espancamentos, e que apresenta dados estatísticos sobre o tema está em LIPPI et alii (1990). Descreve o perfil dos adultos que cometem esse tipo de violência, que, na sua maioria, são pais

pertencentes ao subproletariado e que reproduzem as relações sociais desintegradoras em que estão inseridos.

O outro estudo é desenvolvido por DIMENSTEIN (1990), que se dedica ao levantamento de assassinatos de meninos de rua, realizados pelos denominados "grupos de extermínio", com envolvimento de policiais e paramilitares. Coleta informações por meio de entrevistas com meninos, educadores e autoridades. Apresenta dados estatísticos de vários grandes centros do Brasil, revelando que existe verdadeira guerra social contra essas crianças. O conflito salário versus tráfico de drogas é apontado como inserção na marginalidade, já que o segundo é mais rentável que o primeiro.

Estudo sobre o cotidiano apresentado por FERREIRA (1979) mostra que existem dificuldades metodológicas para se realizar esse tipo de trabalho. Na rua, encontram-se diferentes tipos de categorias: os pedintes, os trabalhadores dos sinais de trânsito, os marginalizados. Outro aspecto enfrentado é o alto nível de desconfiança do entrevistado com o pesquisador. Esses grupos diferenciados têm um ponto em comum: a apropriação de espaços públicos onde atuam. Por meio de estudos de caso, denuncia como um projeto de vida para os meninos de rua é inviável. A violência é apontada como um aspecto determinante no cotidiano de quem sobrevive nessa realidade.

Outro trabalho inédito descreve o cotidiano das meninas de rua; aborda como o gênero se situa nesse contexto.

Relata rituais de violência contra a mulher, utilizados como punição ou iniciação no mundo da rua. Trata também da ruptura com a família; de modos de sobrevivência (roubo, alimento, sono, vestuário, drogas e relações institucionais) e problemas oriundos da opressão a que estão submetidas, como gravidez solitária, doenças sexualmente transmissíveis e abortos provocados por medicamentos ou por introdução de objetos no útero (BONFIM,1990).

Existem trabalhos que destacam pontos do processo de produção social da marginalização infantil, mesmo que de forma introdutória a temas ligados a instituição, trabalho ou cotidiano, e que apontam análises significativas para o aprofundamento do objeto deste estudo, que pretende ressaltar a importância de se resgatar as relações sociais que desencadearam essa população marginalizada.

Uma excelente introdução ao assunto encontra-se em GONÇALVES (1979), contextualizando a problemática no nível internacional, especificamente na América Latina, onde se concentra um alto índice de marginalização provocada pelas relações exploratórias com o Primeiro Mundo.

O autor encontra, nos seus estudos, três níveis de conceituação diferentes para analisar o processo da marginalização da camada pobre.

1 - Funcionalista: os grupos marginalizados não participam das decisões e responsabilidades que envolvem a



solução dos problemas sociais, o que contribui para que fiquem à margem do sistema produtivo. Há uma defesa, por parte do Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina - DESAL, de que a falta de integração entre os marginais impede a sua organização. O autor, porém, pondera: *"o problema é reduzido, afinal, à falta de organização interna dos marginais, como se este processo pudesse ser entendido, independente do contexto social amplo do qual faz parte"*.

Dentro desse ponto, conclui GONÇALVES, citando QUIJANO, que analisa a questão como um produto da ideologia dominante, a qual tenta isolar o indivíduo das estruturas sociais, propondo políticas assistencialistas para não tocar na transformação dessas estruturas.

2 - **Modernidade** : apresenta uma compreensão dual do problema, um conflito entre o sistema arcaico de produção e o moderno. Alega que, nos países em desenvolvimento, uma camada social não absorve o sistema industrial moderno, permanecendo em modelos tradicionais ou coloniais, sendo excluída do mercado de trabalho.

Segundo o autor, esse conceito encobre a exclusão dessa camada social dos meios de produção, provocando um excedente de mão-de-obra que barateia a força de trabalho, tornando-se um negócio lucrativo para a classe dominante.

3 - **Concepção histórico-estrutural:** "*baseia-se na noção de desenvolvimento desigual e combinado dos chamados países periféricos*" (GONÇALVES, 1979).

A situação se complica em países dependentes, devido à implementação de tecnologia avançada que produz um excedente de mão-de-obra advindo do campo. Esse excedente é absorvido por meio de políticas de achatamento salarial e prestação de serviços mal remunerados, com a justificativa de que se trata de baixa qualificação profissional.

No seu trabalho, o autor identifica-se com a última interpretação apresentada, devido à realidade encontrada nos seus levantamentos.

GONÇALVES realiza uma pesquisa em Belém do Pará, nas baixadas e na periferia, com o objetivo de apresentar um planejamento urbano e regional, como prevenção ao aumento de meninos de rua na cidade, mas esbarra na hegemonia burguesa, que desenvolve exploração imobiliária no local.

A ênfase ao significado da infância na sociedade burguesa foi apresentado por PINO (1987), evidenciando o caráter ideológico que sustenta as relações de classe. Considera simplista atribuir à migração a responsabilidade de produção da marginalização social. Revela a existência de uma continuidade nas relações de trabalho do setor rural e do setor industrial, marcadas pelo neoescravismo, revelando a necessidade de aprofundamento na relação dominadores-dominados.

"Mais do que "dualidade estrutural", o que existe é um ato político pelo qual dominadores excluem dominados do processo social", afirma o autor.

A burguesia cria estigmas como "menor infrator" e "inferioridade cultural", para não tocar na questão econômica. Adota políticas de controle social, com ajuda da ideologia da anti-sociabilidade.

Além de citar pontos importantes para se trabalhar a causalidade do problema, afirma que só com a mudança das relações de trabalho se daria a transformação social.

A questão da dominação de brancos sobre negros, remanescente do Brasil-Colônia, é abordada por LEITE (1991), como um elemento histórico responsável pela segregação racial de inúmeras crianças negras das escolas, creches, serviços de saúde e vida comunitária. A organização dessas crianças em bandos nos grandes centros brasileiros, lutando pela sobrevivência e contra a discriminação social, é colocada como uma forma de resistência similar à dos quilombolas. Esses pequenos negros são denominados pela autora como os "invencíveis guerrilheiros", que pedem justiça aos "brancos civilizados".

Dentro dessa visão, trabalha numa proposta pedagógica no Sambódromo do Rio de Janeiro, que se chama Escola Tia Ciata, a título alternativo, atendendo meninos de rua e pequenos trabalhadores residentes nos morros da cidade. A

escola é uma tentativa de se construir um espaço onde a criança negra poderia manifestar-se enquanto sujeito na construção do currículo escolar, mas, devido a uma série de discriminações por parte da Secretaria de Educação, e por contingências internas da equipe de trabalho, a proposta não vingou.

Outra categoria importante levantada em outro estudo é o pequeno trabalhador, aquela criança que contribui para a renda familiar por meio de atividades no mercado informal, sendo muitas vezes submetida a condições ilegais de trabalho, e que é obrigada a romper com a escola para trabalhar. Essas crianças reproduzem as relações de subemprego de seus pais, e algumas acabam desvinculadas da família e inseridas na marginalidade, por não conseguirem sustentar essa realidade, e tornam-se meninos de rua. Trata-se, também, de artigo que ilustra esse quadro social com dados estatísticos sobre essa população. (GOUVEIA, 1983).

Na favela da Rocinha-RJ, MEDEIROS (1987) realizou um estudo comparativo sobre crianças envolvidas no trabalho e na marginalidade; com ajuda de cruzamento dos dados de cada subgrupo, encontra semelhanças culturais e interação entre os grupos. As origens familiares são miseráveis, e os filhos, provedores do lar. A autora enfatiza que não se deve ter uma visão única de família para analisar essa realidade, utilizando-se de preconceitos como "famílias desestruturadas" ou "desorganizadas". Na verdade, o que ocorre é que essas

famílias têm de se reorganizar para redefinirem seus papéis em busca de sobrevivência, gerando configurações variadas na sua estrutura.

Um estudo detalhado sobre o significado da mendicância, é desenvolvido por STOFFELS (1977), fazendo de uma reposição histórica desse fenômeno desde o século XIV, na Europa, e após o século XVI, com o advento do capitalismo, quando há uma mudança na forma de encarar o problema, ou seja, exige-se que essa força de trabalho ociosa seja incorporada à produção, e os que resistirem são punidos, rotulados e confinados. Analisa o significado social da pobreza na sociedade industrial e como ideologicamente se administra esta contradição. A partir daí, segue para a observação do cotidiano dos mendigos da cidade de São Paulo, e apresenta uma descrição e análise dos subgrupos existentes, tecendo pontos como: a ecologia da rua, leis, códigos, origem migratória e organização dessa população.

Entre os trabalhos pesquisados, merece destaque o estudo: O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. Esse estudo é constituído de textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO, CBIA, organizados por FAUSTO & CERVINI, sendo publicado em 1991.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma pesquisa realizada em São Paulo e Recife, que tem como objetivo comparar

aspectos regionais da inserção de mão-de-obra infantil durante a década de 80 e sua contribuição para a renda familiar. Segundo os pesquisadores, este período é mais recessivo que a década anterior, impossibilitando a compensação do déficit familiar; o salário mínimo, em 89, vai para a metade. Pesquise-se sobre as famílias desses pequenos trabalhadores, em nível de renda "per capita", e revela, com ajuda de tabelas e gráficos, que a contribuição infantil é imprescindível para a sobrevivência do grupo.

Outro ponto denuncia que o fato de que uma das conseqüências da imposição do trabalho infantil é a defasagem escolar: "70% das crianças trabalhadoras não haviam completado a 4a. série básica" (CERVINI & BURGUER, 1991).

Encontram-se, ainda, nesse estudo, textos sobre etnia e trabalho segundo os quais o rendimento do trabalhador negro, criança ou adulto, é inferior ao do branco. Outro dado relevante para se considerar o componente étnico como um elemento indicador da produção social da marginalização infantil e adolescente é que a maioria da população de rua é composta por negros.

A migração também foi apontada, na maioria dos textos, como forte indicador da produção social da infância marginalizada. As famílias migrantes esbarram em grandes dificuldades econômico-sociais nos grandes centros, obrigando seus filhos a se submeterem ao trabalho informal e à

marginalidade.

Estudos comparativos entre famílias de meninos de rua e pequenos trabalhadores deixam evidências de que a estruturação familiar desses grupos é diferenciada, sendo que a dos primeiros é mais fragilizada, principalmente pela ausência da figura paterna.

Enfim, os textos que compõem este trabalho da UNICEF/FLACSO/CBIA são os que apresentam mais afinidade com a proposta do presente estudo. Apontam de uma forma científica, com base em pesquisas quantitativas e qualitativas, elementos do processo de produção social dessa população e as políticas sociais que podem ser implementadas para a transformação dessa realidade.

Assim, o estudo que aqui se apresenta pretende enfocar a questão da criança e do adolescente marginalizado de forma contextualizada.

Não é pretensão deste estudo abordar a população estudada só como fenômeno já produzido, mas adentrar na causalidade da questão. KOSIK (1976) denomina de pseudoconcreticidade a realidade manifesta, aquela com a qual o indivíduo se relaciona no seu cotidiano sem uma postura crítica ou analítica, como um fenômeno da ordem natural dado como irrefutável.

Pretende-se buscar a decomposição dessa realidade, apontando as estruturas sociais responsáveis pela produção da



infância e da adolescência marginalizadas, e, ainda, entender como a sociedade coloca crianças na ótica da periculosidade social e monta estruturas que determinam essa condição.

A realidade, a partir de seus fenômenos, revela, implicitamente, a sua essência, ou seja, aquilo que os produz. A marginalidade infantil indica um sintoma social, no qual há mecanismos estruturais que contribuem para sua existência.

KOSIK (1976) afirma que:

*"...o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno".*

A realidade da marginalização infantil deve e pode ser transformada, a partir do momento em que se busca uma leitura do processo social responsável por sua trajetória, levantando indicadores que não só dêem subsídios para a compreensão dos mecanismos sociais mantenedores dessa realidade mas também possam cooperar no desencadeamento de ações que atinjam a causalidade do processo.



KOSIK (1976) aponta a responsabilidade social do ser humano na construção dos seus fenômenos e na possibilidade de transformá-los:

*"...a diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque ele próprio é o produtor desta última realidade".*

Estamos lidando com um fenômeno urbano originado na desigualdade de classes sociais, que historicamente é deslocado como sendo uma problemática da ordem familiar e, posteriormente, da ordem de um indivíduo-criança infrator e que necessita ser confinado. Não há como falar de uma estratificação social sem considerar os mecanismos que a produzem e a sustentam, seja pela via de aparelhos repressivos do Estado, seja pelas políticas assistencialistas e pelo discurso hegemônico propagado por esses instrumentos.

Espoliar do outro uma condição de vida digna significa espoliar sua existência. Como a sociedade adota o procedimento de exterminar crianças como uma atitude justificável? Como colocar a exclusão das escolas, o confinamento em internatos, a prostituição infantil numa ordem lógica?

Considerando a proposta deste trabalho - apontar elementos que indicam a produção social da criança e do

adolescente marginalizados - e os pontos levantados nos estudos pesquisados, delineamos alguns parâmetros importantes para elaboração do nosso estudo.

O primeiro deles é a ênfase na concepção histórico-estrutural da marginalidade discutida por GONÇALVES (1979), aprofundada por STOFFELS (1977) e ressaltada por PINO (1987), LEITE (1991) e outros.

O segundo refere-se às políticas sociais utilizadas para controlar o fenômeno de crianças e adolescentes marginalizados, no período pós-64, por meio de assistencialismo e repressão, destacadamente aplicadas pela FUNABEM e pelas FEBEMs.

O terceiro e último é o aumento da inserção da força de trabalho infantil no mercado formal e informal, para complementação da renda familiar, e o surgimento de "grupos de extermínio" para liquidar os "pequenos-marginais", já que as políticas sociais adotadas não são suficientes.

Quanto ao entrecruzamento dos indicadores socioeconômicos apontados no Capítulo I e dos estudos pesquisados, há ressonância em vários pontos. São evidenciados: a presença da segregação étnica, a estruturação de um sistema econômico-social desigual, a migração intensiva campo-cidade e a inserção da mão-de-obra infanto-juvenil no mercado de trabalho. Estes são sinalizadores importantes da produção social da criança e do adolescente marginalizados, dentro do

nosso estudo.

Diante dessas constatações, consideramos legítimo ouvir crianças e adolescentes marginalizados, quanto à leitura que fazem da sua realidade, para obtermos um estudo mais fidedigno ao objetivo que nos propomos. Sendo assim exporemos, no próximo capítulo, o resultado das entrevistas e a metodologia utilizada na realização das mesmas.

### C A P Í T U L O   I I I

#### ADOLESCENTES MARGINALIZADOS:

#### UM CAMINHO PARA UMA APROXIMAÇÃO VIVIDA

A metodologia de pesquisa aplicada aos grupos marginalizados exige cuidados especiais, que devem ser considerados pelo pesquisador.

Para destacar a peculiaridade dessa questão, apresentarei um histórico da interação do pesquisador com essa população, que facilitou extremamente a coleta de dados; posteriormente, abordarei os aspectos metodológicos adotados nesta pesquisa. Reforçando tal peculiaridade, reservei este capítulo para a indicação do caminho de escuta desses meninos.

Minha experiência nas ruas iniciou-se no ano de 1984, época em que integrei a equipe técnica da FEBEM, que, em convênio interinstitucional com outras entidades, desejava realizar um estudo da população de meninos de rua no centro de Belo Horizonte.

A proposta inicial da pesquisa era ouvir os meninos de rua que faziam resistência à instituição, realizando constantes fugas, seja dos internatos rurais, seja dos centros de recepção e triagem da Capital.

O objetivo daquele estudo era buscar, a partir da

rua, uma nova forma de atendimento educativo, diferenciada do confinamento institucional até então utilizado para atender a essa clientela.

Por meio da interação com os meninos nas ruas, pretendíamos ter acesso à crítica que eles faziam à FEBEM, buscando identificar o tipo de atendimento que gostariam de receber.

Procurávamos entender como esses grupos sobreviviam, como se organizavam e que valores compunham sua cultura. No estudo, os componentes dos grupos foram considerados como sujeitos de um conhecimento produzido no seu hábitat. Dessa forma, a partir da leitura e das críticas que os mesmos tinham da FEBEM e das sugestões sobre o modelo de atendimento que acreditavam ser mais digno, tentávamos construir uma proposta educativa que possibilitasse perspectivas de mudança na política de atendimento aos meninos de rua.

As instituições constantes do convênio eram a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM <sup>1</sup>, por intermédio de um convênio interinstitucional com a Associação

---

<sup>1</sup> FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-MG: instituição governamental criada em 1967, que por intermédio de escolas e/ou internatos rurais, atendia menores que eram encaminhados pela polícia e pelo Juizado de Menores, por ato infracionário ou abandono familiar. Também desenvolvia trabalho em centros comunitários das periferias ou favelas, com o objetivo de prevenir a marginalização do público alvo.  
Continua...

Profissionalizante do Menor - ASSPROM -<sup>2</sup>, o Centro Salesiano do Menor - CESAM -<sup>3</sup>, e o Fundo Cristão para Crianças - FCC<sup>4</sup>. A proposta conveniada era a de uma municipalização do

2

Continuação...

ASSPROM - Associação Profissionalizante do Menor: entidade considerada como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, criada em 1976, e que, além de realizar encaminhamentos de adolescentes a empregos (admitidos aos 14 anos e demitidos aos 18 anos, caso não fossem absorvidos pela empresa), oferecia tratamento odontológico, médico, vale refeição e cobrava uma taxa da empresa para sua manutenção.

3

CESAM - Centro Salesiano do Menor: instituição religiosa, católica, criada em 1973 e que funcionava como agência de empregos para adolescentes marginalizados, entre 14 e 18 anos. Segundo a concepção salesiana, o atendimento da clientela abordava seu contexto social: família, empresa e CESAM, realizando a promoção humana, cristã e profissional, além de oferecer serviços de saúde, atividades esportivas e recreação.

4

FCC - Fundo Cristão para Crianças: entidade filantrópica criada em 1965, atendia a milhares de crianças por meio do apadrinhamento por parte de pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, que contribuíam com cotas fixas mensais. Os recursos adquiridos eram repassados a projetos conveniados, e estes eram acompanhados pelos técnicos da entidade. Atuava nas metrópoles com trabalhos comunitários na área de saúde, educação, alimentação e melhoria habitacional das camadas empobrecidas, como também na área rural pela via da agricultura, com locação de terras para plantio e criação de pequenos animais. Possuía dois escritórios em pontos estratégicos, para atender a essa população: o de Belo Horizonte, que, além do trabalho local, supervisionava principalmente o trabalho desenvolvido no Vale do Jequitinhonha, e o de Fortaleza, para atender ao Nordeste.

atendimento, com um cunho de responsabilidade social mais amplo.

O grupo era formado por 7 pesquisadores: 2 sociólogos, 2 pedagogos, 2 psicólogos e 1 auxiliar de pesquisa-recreacionista de nível médio. O primeiro ano foi dedicado à criação de um vínculo com os meninos. Pela via dessa interação, tentamos penetrar no entendimento da sua cultura.

No ano de 1986, foram oferecidas atividades num local da cidade denominado "Campo do Lazer", pertencente à Prefeitura. Esse espaço surgiu da própria demanda dos meninos, e adequou-se à condição de não-interferência de policiais, curiosos e transeuntes, no exercício da criatividade de forma mais lúdica e construtiva.

Os encontros eram realizados de 8 às 12 horas. As 11:00 horas, era oferecido um lanche. Além das atividades lúdicas, havia o aspecto de cuidados básicos da saúde: faziam-se curativos, higienização (do banho, corte de cabelo e unhas) e encaminhamentos médicos de urgência, quando necessário. Todos os pesquisadores se sentiram, de alguma forma, obrigados a prestar esse tipo de atendimento, e estes momentos tornaram-se oportunidades de exercício de afetividade, facilitando relacionamentos sociais e educativos significativos para a interação do grupo, e assim a equipe de pesquisadores foi levada a romper com seus medos e preconceitos.

Os contatos iniciais foram marcantes para todos os pesquisadores, no aspecto da perda do poder institucional e da

vulnerabilidade que isso representava. Aquele mesmo menino que, dentro da instituição, atendia a um técnico assim que fosse solicitado, não dava a mínima atenção para o mesmo naquele espaço da rua. As reflexões sobre esse tema ajudaram muito o grupo a avaliar as relações institucionais e os próprios papéis.

O espaço conseguido oferecia condições para esse trabalho, mas a situação passou a ter uma dimensão impossível de ser controlada pelos investigadores. O "Campo do Lazer" passou a constituir um local onde os meninos encontravam atenção e prazer. Houve dias em que ali se encontraram cerca de 120 meninos, causando dificuldades de atendimento para os sete técnicos disponíveis para o trabalho. Também ficou difícil controlar problemas como o uso de drogas dentro do local e evitar a interferência policial. Finalmente fomos expulsos pela administração municipal, atendendo à solicitação dos moradores da região.

Da experiência, ficou uma mensagem dos meninos: nos seus depoimentos, desenhos e reivindicações, eles queriam uma casa para atendê-los, onde teriam a liberdade de ir e vir.

No final de 1986, a equipe apresentou à FEBEM e demais instituições um projeto alternativo de atendimento, e, no início de 1987, abriu-se uma casa que acolheu 22 meninos e 8 meninas, com atendimento em regime de meio aberto. Evitava-se, desse modo, o confinamento dos mesmos: esses chegariam à



casa por sua própria iniciativa, sem serem conduzidos por viaturas da FEBEM, do Juizado de Menores ou da Polícia.

Foi definida uma proposta de trabalho que garantia o trânsito social do menino, e montaram-se oficinas educativas de alfabetização, capoeira e trabalhos em couro, madeira e cerâmica. Essa experiência está descrita em ORSETTI et alii (1987). No início de 1988, foi estabelecido um convênio com os padres salesianos, no qual se ofereceu um albergue, chamado Casa Dom Bosco, para os meninos que estavam sendo atendidos. A partir daí, eles passaram a dormir no albergue, freqüentavam as oficinas na parte da manhã e, após o almoço, retornavam para brincar no bairro ou para estudar, e à noite alguns iam à escola.

Estabeleceu-se um vínculo de confiança entre meninos de rua e pesquisadores, que deu oportunidade a debates e trocas de idéias. Muitos problemas foram compartilhados e o relacionamento resultante facilitou a efetivação de uma mudança na forma de lidar com o problema.

A pesquisa citada anteriormente foi uma tentativa de operacionalização de uma pesquisa participante. Os meninos foram co-participantes da construção de um projeto alternativo de atendimento, efetivado com a colaboração dos pesquisadores.

Nesse trabalho, permaneci até abril de 1989, quando fui selecionado para o Curso de Mestrado na FAE-UFMG. Valendo-me dos resultados da investigação mencionada, decidi propor,

como objeto de pesquisa para a dissertação do curso, um estudo visando a buscar elementos para a compreensão de como as crianças e os adolescente marginalizados surgem no cenário social.

O grupo de crianças e de adolescentes estudado, para efeito desta dissertação, foi constituído de representantes de ambos os sexos, das ruas do centro e de favelas da cidade de Belo Horizonte. Foram selecionados meninos que já sobreviviam na rua por um período de pelo menos 6 meses. No momento em que foram entrevistados, podiam os informantes estar-se mantendo na mesma condição, ou haver retornado ao convívio da família.

Esse grupo foi composto de quatro subgrupos:

- 1) o menino de rua - aquele que vive em bandos no centro da cidade; desvinculado da família, da comunidade e da escola, sobrevivendo, principalmente, do furto e do apoio de instituições governamentais e não governamentais;
- 2) o menino de "alto risco social" - que está na comunidade, mas predominantemente sobrevive da infração, oscilando, às vezes, entre o trabalho desqualificado, alguns chegando a passar períodos como "menino de rua";
- 3) o pequeno trabalhador - que desenvolve trabalho

desqualificado nas ruas, no centro da cidade, vendendo amendoim, lavando carros, vendendo flores e picolés em horários diurnos e noturnos;

4) O **ex-menino de rua institucionalizado** - esteve na rua, mas está acolhido numa casa religiosa, que atende em regime de meio aberto. Trata-se de atendimento em que o adolescente tem a liberdade de ir e vir, participa da manutenção dessa proposta e recebe atendimentos diversos, como esporte, alfabetização, encaminhamento para escolas, saúde, cursos profissionalizantes e trabalho. Alguns, nesse período, conseguem construir um projeto de vida, e outros não, retornando às ruas.

Alguns elementos indicativos desses subgrupos poder-se-ão entrecruzar, tanto no comportamento manifesto quanto na sua trajetória social de marginalizado. Não se trata de uma realidade estanque.

O critério de seleção dessa amostra foi intencional, já que a seleção dos sujeitos foi feita com base no conhecimento que, eu, já familiarizado com esse grupo de adolescentes, deles possuía.

O grupo de 11 meninos e 5 meninas foi assim composto:

QUADRO 1

APRESENTAÇÃO DOS SUBGRUPOS ENTREVISTADOS

SUBGRUPOS	MENINOS	MENINAS
DE RUA*	02	05
EX-MENINO DE RUA/INSTITUCIONALIZADOS	05	00
PEQUENOS-TRABALHADORES	02	00
ALTO-RISCO SOCIAL*	02	00
TOTAL	11	05

Trabalhar com o marginalizado envolve uma série de questões, que exigem do pesquisador ou do trabalhador social uma metodologia diferenciada, já que o público com o qual ele vai lidar traz o marco das transgressões sociais.

Os meninos de rua sobrevivem do furto, constantemente estão envolvidos com o mundo do crime, têm passagens pela polícia e pelo Juizado de Menores, além de freqüentemente serem encaminhados à FEBEM. Dessa forma,

geralmente têm um contato hostil com a maioria da população. Cabe destacar que, embora em menor número, existem casas alternativas de apoio (atendimento em meio aberto) que constituem espaços não governamentais, pertencentes à pastoral católica e a grupos evangélicos.

Alguns meninos das favelas envolvem-se na marginalidade, seja no tráfico de drogas, como "aviõezinhos" (aqueles que pegam dinheiro do usuário, levam ao traficante e retornam com a droga para o destinatário), seja cometendo assaltos e furtos. Esses meninos, geralmente denominados como de "alto-risco social" rompem com valores sociais aceitos, questionando-os. Alguns já foram pequenos trabalhadores (vendedores de picolé, lavadores de carros, vendedores de amendoim...), e oscilam entre períodos na rua e períodos no "morro" (favelas).

Nesse universo da infância e adolescência marginalizadas, alguns ainda têm o trabalho como valor: são pequenos trabalhadores, que atuam em diversos horários, sem carteira de trabalho, desenvolvendo atividades não qualificadas. Quando a venda que fazem é baixa, realizam pequenos furtos, envolvem-se com prostituição e drogas. São pressionados pela exigência imediata da sobrevivência familiar, sendo necessário retornarem com algum dinheiro da rua para casa, onde a fome impera.

Os subgrupos selecionados para este estudo

representam estágios diferenciados de marginalização. Não pretendo sugerir que sejam estágios pelos quais passe todo menino de rua. Observei que há pequenos trabalhadores que não saem da condição do trabalho desqualificado até atingirem a vida adulta. Acredito que pode haver casos em que os estágios identificados significam a trajetória para a constituição do quadro de abandono social em que estão inseridos.

Este estudo pressupõe que a ótica dos meninos marginalizados é muito peculiar. Eles estão por assim dizer nas franjas ou mesmo fora do "contrato social", e o lugar que lhes é imposto muitas vezes não oferece saída para uma vida cidadã. A sociedade negou-lhes todos os elementos substantivos para essa cidadania. Além de desvinculados da família, vão se desvinculando da escola, da comunidade, e passam a não ter assistência à saúde e moradia. Rompem com valores inerentes a esses grupos sociais, para se agruparem em bandos nos centros da cidade. Organizam-se para burlar e agredir a sociedade, em busca de sobrevivência.

Conflitos sociais e repressões compõem o cotidiano desses meninos. A situação à qual estão ex-postos (postos para fora) desencadeia vários problemas: a sexualidade é precoce e vivida intensamente; há alto consumo de drogas; as mortes e doenças sucedem-se, não só associadas, mas, muitas vezes, ocorrendo a morte como resultado da repressão policial.

A falta de perspectiva de futuro parece ser a maior

angústia que esses meninos podem enfrentar no seu cotidiano. A frustração ostensiva leva-os a viver o presente com tudo o que ele oferece de prazer e de desprazer. A possibilidade de trabalho, principalmente o qualificado, constitui uma perspectiva distante ou inexistente, para aqueles que estão impedidos de participar do processo de cidadania.

Por outro lado, os meninos inseridos nesse contexto desenvolvem uma série de valores e contravalores, linguagens e códigos, para se organizarem e se manterem enquanto grupo.

Não pretendo abordar a problemática do menino de rua, tornando-a um gueto isolado, descontextualizado, mas, sim, buscar elementos que desvelem o processo de produção deste menino socialmente marginalizado.

Neste estudo, o investigador é o OUTRO, pessoa de outro universo/classe social, pertencente a um mundo no qual valores e linguagens divergem dos que são comuns ao menino de rua. Na interação entre os dois, busca-se um conhecimento, mas os lugares do entrevistador e do entrevistado são bem definidos.

Nos contatos, os meninos de rua muitas vezes me testaram, de certo modo parecendo querer identificar o tipo de relação que se estabeleceria comigo. Seria eu um policial, um alcagüete, ou mais um repórter para publicar suas fotos, ou, ainda, um receptor?

Para constatar que tipo de relacionamento de fato teriam comigo, criaram situações diversas, tais como:

. oferta de objetos furtados - a fim de avaliarem se eu era um receptador; se estabelecia cumplicidade com a sua vida de infrator; ou se aceitava o lugar do investigado, que sobrevivia da contravenção;

. sedução sexual - tentando reproduzir experiências com outros adultos ou agentes institucionais, para verificar se esta era uma relação de troca, ou de exploração;

. transtornos com a polícia ou com a comunidade diante de mim, de forma constrangedora, para verificar minha postura - em defendê-los; omitir-me; portar-se como cúmplice; condená-los, ou ter uma atitude elucidativa;

. atitudes de provocação - tentando perceber as minhas reações, se agressivas ou de rejeição; simuladamente costumavam ameaçar-me de furto ou de agressão, para avaliar minha confiança, como também realizavam outros testes, para avaliar minhas intenções e coerências.

Muitas vezes, percebi que tais atitudes eram organizadas por todo o grupo.



Os meninos de rua se tornam observadores atentos dos transeuntes, pois o local de passagem da maioria da população é seu lugar de vida cotidiana. Assim, graças à observação, conseguem detectar a fragilidade dos transeuntes, suas reações, hábitos e hostilidades. Isso lhes possibilita a organização de estratégias de sobrevivência e da maneira de burlar os adultos e suas instituições.

Para enfrentar essas dificuldades, muitas vezes tive que avaliar tais comportamentos, enunciados durante a minha relação com os adolescentes marginalizados, e ser capaz de verbalizar, da forma mais sincera e honesta possível, coisas do tipo: "É difícil para você confiar em mim! Você está desconfiado que eu seja um policial ou alcagüete?".

Foi necessário explicitar várias outras interpretações circunstanciais, no decorrer do relacionamento, na busca de dados qualitativos, num esforço contínuo para evitar distorções.

Como se pode verificar, os meninos de rua também têm seus processos avaliativos e de análise; não é apenas o investigador que detém a capacidade de estudar um determinado grupo ou de fazer um estudo de caso para produzir um conhecimento. As testagens foram realizadas e discutidas pelo grupo e enriquecidas por observações. Esses elementos constituíram indicadores de como lidar com o fenômeno com que

estavam interagindo.

O fato de estarem situados à margem da cidadania exige que desenvolvam defesas capazes de proteger a organização do grupo, para que sua sobrevivência não seja ameaçada.

A questão da comunicação na pesquisa é fundamental, como apontam FESTINGER & KATZ (1974), podendo até resultar em rejeição por parte do entrevistado, caso a relação pessoal com o investigador seja difícil. Outro aspecto que se tem de levar em conta são as informações distorcidas, caso essa interação levante sentimentos de desconfiança por parte do investigado.

Minha presença entre os meninos de rua, numa praça central da cidade, certamente chamava a atenção dos transeuntes, curiosos e policiais. Para preservar o sigilo das entrevistas, foi necessário descobrir os momentos, os locais apropriados para o acontecimento dessa interação. Foi indispensável que estivessem bem claros os limites e possibilidades de um trabalho como este, de forma a objetivar o estudo que me propunha, dentro de uma realidade bem peculiar.

A proposta deste trabalho é a de buscar elementos para compreender como esse grupo marginalizado é produzido socialmente. Analisar como chegou a este lugar, ouvir o que os adolescentes marginalizados tinham a dizer de si mesmos e sobre a sociedade, respeitando-os enquanto capazes de fazer uma leitura das várias relações sociais que estabeleceram e que às vezes rompem, ao longo de sua trajetória. O que tinham a dizer

da família, do trabalho, da escola e da comunidade? E a rua, que lugar era este?

Não pretendo fazer do cotidiano da vida dos meninos na rua o objeto deste estudo, mas identificar aspectos da sua trajetória: os lugares pelos quais eles passam, de onde vêm e nos quais estão vivendo, que sentimentos permeiam suas experiências, suas perdas, faltas e lacunas, registradas na sua sobrevivência, e que possam auxiliar na compreensão do menino de rua como um marginalizado.

A partir da avaliação do lugar que o adolescente marginalizado ocupa na sociedade e da caracterização da amostra para estudo, foram-se tornando muito claras as especificidades do trabalho e a complexidade do processo de interação entre o pesquisador e a amostra, por ocasião da coleta de dados.

Na sua vivência, são submetidos a questionários com muita frequência. Alguns têm constantes passagens pela FEBEM, Juizado de Menores ou pela polícia, enfrentam interrogatórios, muitas vezes acompanhados de violência. Eles aprendem, por isso, a mentir sobre sua identidade, seu endereço e sua família, para se protegerem.

Estudos têm demonstrado que os inquiridos institucionais são marcados de despersonalização: tratados como objetos, os meninos são numerados, vestem uniformes e têm atendimento massivo. Esses inquiridos também são marcados de violência, nas denominadas triagens

(DIMENSTEIN,1990;ALTOÉ,1990; e MARIN,1988).

A representação que o menino tem de uma relação com o adulto é muitas vezes policialesca, punitiva e discriminatória, principalmente quando se trata de um questionário, instrumento usual nas instituições mencionadas.

As entrevistas foram utilizadas como instrumento de coleta de dados, tentando levar à superação da distância social entre o investigador e os sujeitos, quebrando as barreiras mútuas, a fim de se obter depoimentos relevantes. Assim, constatei que necessitava tornar-me um interlocutor do grupo, dispondo-me a descobrir outras "janelas", a romper com os estigmas "pivete", "trombadinha", e ouvir o ser social que era objeto de minha análise.

Analisando a proposta pedagógica de Carl Rogers, FESTINGER & KATZ enfatizam que, para esse autor, são necessárias condições que merecem ser consideradas relevantes na situação de entrevistas. O autor destaca o "entusiasmo e sensibilidade" da parte do conselheiro, o qual "se expressa em genuíno interesse pelo cliente e uma aceitação deste, como pessoa". Outro elemento apontado é a

"...permissão relativa à expressão do sentimento. Pela aceitação das afirmações do informante, pela completa ausência de atitude moralista ou de censura, pela compreensão que reina durante a entrevista, reconhece-se que todos os sentimentos e opiniões podem ser expressos. Outra condição é a liberdade de qualquer tipo de pressão ou coação. Assim, o entrevistador habilidoso abstém-se de impor seus próprios desejos, suas próprias reações ou tendências numa situação de investigação".

Pela qualidade da informação que oferece e pelo modelo de interação que viabiliza, o instrumento considerado mais apropriado foi a entrevista semi-estruturada. O conteúdo mobilizador, socioafetivo, que o contato com esse público possibilitou, proporcionava elementos que poderiam facilitar a análise, graças à flexibilidade permitida pela situação de entrevista.

Os entrevistados foram vistos como crianças ou adolescentes que têm algo importante a nos dizer, necessitando de contato humano e de uma mudança da sua condição social.

Minha experiência, de vez que já mantinha certa familiaridade com muitos dos representantes do grupo havia mais de 7 anos, foi forte indicador da escolha da entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados. As entrevistas foram intercaladas com momentos espontâneos de relatos e, portanto, foi também realizada coleta de depoimentos.

Foram submetidos à entrevista informantes, cuja escolha foi intencional, buscando aqueles que fossem

representantes significativos da realidade social da infância e adolescência marginalizadas.

Isso quer dizer que, para este estudo, foram selecionados informantes considerados "chaves", representantes significativos, que, segundo SCHIMSHAW & HURTADO (1988), são aqueles considerados capazes de fornecer informações sobre sua realidade e a de seu grupo.

A identificação desses sujeitos foi facilitada pela relação de confiança estabelecida entre os entrevistadores e o grupo, nos diversos locais por onde transitam ou em que estão habitando, a qual apontou lideranças e indivíduos que têm um grande conhecimento da realidade, com base em seu papel de destaque e tempo de enfrentamento com essa violência social.

Esse tipo de informante permite, a um só tempo, a observação do quadro de vida e dos comportamentos dos sujeitos e o acompanhamento do processo de relacionamento com o entrevistador, possibilitando o acesso à multiplicidade de facetas dessa relação, às práticas do cotidiano, às estratégias de vida dos observados e aos respectivos quadros de representações sociais. Além disso, os informantes-chave constituem fonte sobre outras pessoas e sobre aspectos e conhecimentos do contexto social estudado. Nesse sentido é que são chamados informantes privilegiados.

A entrevista aproxima as pessoas mais do que outras técnicas de coleta de dados. Além da relação intersubjetiva com

o entrevistado, deve ficar claro o compromisso do investigador para com sua problemática social daquele sujeito.

Para se estabelecer um clima propício para as entrevistas, procurei construir uma relação com o menino, perpassando todo o quadro apresentado. *"Com relação a muitas questões, uma entrevista tende a obter mais êxito na criação de uma atmosfera que permita à pessoa exprimir sentimentos desaprovados"*. (PHILIPS, 1974).

A escolha da entrevista como técnica merece ser discutida, levando em consideração as questões apontadas, comparando-a a um outro instrumento, o questionário.

Não se desconhece que o questionário apresenta certas vantagens, pois traz uma certa segurança, devido à uniformidade das respostas:

*"A natureza impessoal do questionário, frases padronizadas, ordem padronizada das perguntas, instruções padronizadas para o registro de respostas assegura certa uniformidade de uma situação de mensuração para outra. No entanto, de um ponto de vista psicológico, essa uniformidade pode ser mais aparente que real, uma pergunta com frase padronizada pode ter diferentes sentidos para diferentes pessoas, pode ser compreensível para alguns e incompreensível para outras"*. (SELLTZ et alii, 1971).

Além disso, ele perde o conteúdo latente da mensagem, escapam-lhe as expressões e os gestos e até mesmo os eloqüentes silêncios, adequados para captar essa realidade.

A linguagem utilizada foi a que mais se aproximava da realidade dos meninos, sendo necessário, muitas vezes,

traduzir alguns termos ou repetir perguntas. As questões foram feitas a partir da linguagem familiar ao contexto da rua, o que facilitou a compreensão entre as partes, a identificação com o tema e a liberdade de expressão dos meninos, que se sentiam, assim, mais confiantes para tratar assuntos, na sua maioria, reprimidos pela sociedade.

Para tornar mais fácil a abordagem dos entrevistados, foram usadas as questões de maneira mais pessoal, evitando-se, com isso, reproduzir a diretividade dos questionários utilizados nas instituições familiares aos adolescentes marginalizados.

Os momentos de depoimentos espontâneos foram freqüentes. A formulação de perguntas a partir do relato dos informantes facilitou o levantamento de dados a partir das situações vividas. Determinados temas mobilizam sentimentos ou experiências marcantes na vida dos entrevistados, por exemplo, a história familiar ou os desafios cotidianos como o roubo, as drogas, a polícia. Esses dados são significativos para se perceber como tais situações contribuíram para a produção social desse grupo.

As entrevistas foram realizadas por mim e também por uma pesquisadora que tinha ampla experiência com meninos de rua, por meio de trabalho pastoral da igreja católica. Ela entrevistou as meninas, para que houvesse mais liberdade no



relato de temas como drogas, prostituição ou sexualidade, mas também entrevistou três meninos, identificados como informantes representativos, com os quais estabelecia bom contato.

As perguntas foram organizadas por temas, procurando-se abordar assuntos menos ameaçadores no início e adentrar em mais profundos no final da entrevista. Iniciávamos pela identificação, atividades de lazer, contatos sociais, passando depois à história familiar, institucional e aos modos de sobrevivência, momentos em que foram relatadas experiências de forte conteúdo emocional e formas de transgressão realizadas, inclusive a prostituição.

O registro das respostas foi escrito e os comentários, anotados, considerando os conteúdos importantes para o trabalho. O roteiro da entrevista ajudou a manter uma certa diretividade, pois uma característica desse grupo é se ater ao imediato. Apresenta uma certa dificuldade de falar do seu passado ou do seu futuro, devido à sua história de abandono e falta de perspectiva de vida.

Os locais das entrevistas foram diferenciados, de acordo com as características de cada subgrupo. Tentamos locais mais protegidos, mas a própria realidade do grupo impedia, às vezes, que conseguíssemos um ambiente mais propício para as entrevistas. Por outro lado, aqueles lugares compõem o cotidiano do grupo, eram o seu hábitat, contribuindo, dessa

forma para que o entrevistado falasse do lugar da sua familiaridade, de uma forma mais própria e espontânea.

Outro ponto importante a ser salientado foi o respeito às sugestões dos entrevistados quanto aos locais onde se sentiriam mais à vontade para responder à entrevista. Com os adolescentes de "alto risco social" e os pequenos trabalhadores, foram realizadas três entrevistas em dois Centros Comunitários da FEBEM e uma no "boteco"<sup>1</sup> da favela .

Quanto aos meninos de rua, quatro foram entrevistados em "botecos" no centro da cidade: dois próximos a uma casa de apoio e a uma praça que freqüentavam e outro próximo ao viaduto sob o qual habitavam. Outro foi entrevistado na casa de apoio da pastoral católica e dois na calçada de uma praça central da cidade. Os ex-meninos de rua institucionalizados foram entrevistados na casa aberta religiosa onde residiam.

O único incidente ocorrido na coleta de dados deu-se durante uma entrevista com uma menina de rua, num dos botecos do centro, quando a mesma suspeitou de um adulto que entrou no local, temendo que fosse um policial que poderia abordá-la posteriormente, para indagar se a entrevistadora era uma jornalista e se os depoimentos colhidos continham denúncias de

---

<sup>1</sup> Boteco: pequenos bares situados no baixo meretrício, centro da cidade e favelas, com precárias condições de higiene e atendimento.

suborno ou de tortura. Como, porém, a entrevistadora oferecia um lanche antes ou durante as entrevistas, como uma estratégia de tornar a conversa mais calorosa, interrompeu-se o processo de uma forma branda, para não se levantar qualquer suspeita.

Esse fato e os locais citados ilustram como a pesquisa com o marginalizado exige um conhecimento sobre a sua realidade e um trato para lidar com as circunstâncias que possam surgir durante a abordagem do grupo. Portanto, determinados cuidados são necessários para não se expor o grupo a pressões ou interferências externas e para o trabalho de pesquisa ser realizado com o menor índice de constrangimentos.

*"É bom ver que a presença dum investigador, ou duma pequena equipe de investigadores, não pode deixar de ser notada e de se revelar altamente interferente com tal contexto. Falar com as pessoas, fazer perguntas, participar em algumas das atividades sociais que ali habitualmente se processam, é algo que interfere. Muito mais interferente seria ficar parado, a olhar sem dizer nada a ninguém. Imagine-se um pouco, ou faça-se a experiência, e verifique como tal situação, de tão interferente, se tornaria rapidamente insustentável" (COSTA et alii, 1987).*

A experiência de coleta de dados vivenciada com esse grupo demonstra que as peculiaridades que caracterizam a realidade pesquisada devem ser consideradas quando se vai estabelecer um plano metodológico de pesquisa. No caso do grupo de adolescentes marginalizados, esse aspecto ficou evidente a partir do "rapport", quando foram identificadas as

particularidades de cada subgrupo, que apontaram estratégias diferenciadas para a realização das entrevistas com os informantes convidados.

Foram momentos emocionantes e desafiadores, que exigiram dos pesquisadores a capacidade de conciliar criatividade e rigor científico.

Diante do exposto, partiremos para o próximo capítulo, o qual foi dedicado à escuta daqueles que talvez tenham sofrido as maiores iniquidades do nosso sistema econômico-social: as crianças e adolescentes marginalizados. Os depoimentos foram significativos e reforçaram o percurso adotado pelo nosso trabalho, conforme mostrou o estudo dos indicadores socioeconômicos, da estruturação histórico-social da sociedade industrial e das políticas sociais adotadas, enfim, dos aspectos que contribuem para a produção social dessa realidade, como apresentaremos a seguir.

Apresentar o produto desse percurso impõe-se como o próximo passo deste trabalho.

## CAPÍTULO IV

---

### DE COMO A RUA PASSOU A SER ESTE LUGAR

A importância deste capítulo está nos depoimentos das crianças e adolescentes marginalizados, com relação à sua trajetória social e à sua leitura sobre essa realidade. Eles relatam o fenômeno de uma forma viva e, às vezes, dramática, revelando-nos as manifestações desencadeadas por um sistema social excludente. Falam de um lugar próprio, que denuncia uma infância sacrificada ou anulada pelas contingências sociais, que exigem precocemente dessas crianças formas de sobrevivência alternativas para si e suas famílias, na tentativa de preencher a lacuna social de uma cidadania ausente. O preço social desse sacrifício e/ou dessa anulação é alto, para quem foi usurpado das condições básicas de socialização, necessárias à dignidade humana, como apontam os depoimentos colhidos e analisados neste capítulo.

O papel do pesquisador social está nessa capacidade de interlocução, seguida de análise e da apresentação de propostas que contribuam para a transformação das relações sociais. Esta, pelo menos, foi a minha intenção ao decidir apresentar este capítulo, no presente estudo. Assim, o capítulo terá três momentos: a fala dos entrevistados, a questão da

cidadania e a descrição da vida diária de cada subgrupo estudado.

O espaço da rua é um lugar público, onde as pessoas transitam em busca de trabalho, compras e diversão. É um lugar de passagem. Sendo um espaço aberto, é inadequado à satisfação de necessidades básicas, não se constituindo como local de moradia.

Entretanto, desde tenra idade, meninos e meninas que deveriam estar junto de suas famílias, no meio de grupos sociais institucionalizados, passam a viver o seu dia-a-dia na rua, e ali comem, satisfazem suas necessidades fisiológicas, dormem, fazem sexo...

A transformação da criança em menino de rua se dá muito cedo.

Segundo os entrevistados a partir dos 4 anos de idade já se encontra um número significativo de meninos e meninas inseridas nessa condição de vida. Em média, essa transformação ocorre aos 7 anos e meio.

Os limites de idades situam-se, com maior frequência, entre 7 e 10 anos, e, em alguns casos, atingem até a faixa de 18 anos. Esses dados mostram que as crianças, ainda no período pré-escolar, estão enfrentando a violência do abandono social e, conseqüentemente, estão sendo encaminhadas para um eventual processo de marginalização.

Vejamos alguns depoimentos:

"...desde os 08 ano de idade, que vendo rosa, amendoim e jornal". (S.4).

-----x-----

"...tem uns que vem grande, tem uns que vem pequeno. A idade normal é 07 ano. Tem umas mãe sem cabeça que traz os menino pequeno igual a eu...". (S.5).

-----x-----

"...desde os 08 ano, prá trabalhá, começa a ir pro EPA (supermercado), fazê carreto, pegá traseira. Tem uns que vem mais cedo, começa com 05 ano, a vendê rosa, com a mãe, a mãe leva ele". (S.4).

-----x-----

"...depende, eu mesmo vim com 06 anos, desde que minha mãe morreu, eu ficava na rua, aí, encontrei os menino e fiquei com eles". (S.2).

Uma análise dessas e de outras falas indica que a rua não é lugar natural. Contudo, existem falas presentes no senso comum que indicam as crianças ocupando esse espaço como decorrência de "má índole", e não em consequência de sua situação socioeconômica.

A situação de espoliação da camada social da qual são oriundos os meninos de rua é o fator que desencadeia sua marginalização.

Analisando o discurso dos entrevistados, verificamos que eles apontam com maior frequência duas causas para sua

transformação em meninos de rua: a primeira, a necessidade de inserção precoce no mundo do trabalho, e a segunda, o conseqüente rompimento com laços familiares.

Desde muito cedo, famílias que vivem em condições miseráveis são obrigadas a introduzir seus filhos no trabalho, transformando-os em elementos provedores do grupo. Sendo crianças e não estando capacitadas para o trabalho, obtêm seus rendimentos por meio de vendas de flores, brinquedos, amendoins nas noites do grande centro urbano. Submetem-se à violência do trabalho noturno, passando a pernoitar nas ruas. Desencadeia-se a produção dos meninos de rua.

Essas crianças enfrentam exigências que vão além das suas capacidades. Etapas importantíssimas do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social são atropeladas. Elas sofrem um processo de "adultização", no qual o lúdico, a família, a escola e a vida comunitária são invadidos pelo trabalho ou por outras formas de sobrevivência (como pedintes, por exemplo).

Este aspecto é enfatizado por ARRUDA (1983):

*"Os filhos homens também passam por um processo de "adultização", a infância e a adolescência são anuladas precocemente pela obrigatoriedade de contribuir para o orçamento familiar".*

Outras violências vêm associadas à necessidade do trabalho da criança para a sobrevivência da família: o desligamento escolar, o contato com aparelhos institucionais repressivos,



a rejeição dos transeuntes, as constantes ofertas de produtos para venda e a iniciação à prostituição.

O fato de esses meninos pertencerem ao "exército de reserva" encontrado nas periferias dos grandes centros manifesta a exploração do trabalho, e sua desqualificação pela via de subempregos.

Entre muitos meninos entrevistados, o trabalho aparece como um desvalor, como algo que não dá retorno, que explora e desqualifica, que não oferece condições necessárias para se viver dignamente como cidadão.

O salário mínimo, muitas vezes, não lhes interessa, pois não atende à satisfação de suas necessidades mais elementares. Percebendo o trabalho desqualificado como determinante de sua marginalização, esses meninos desenvolvem atividades transgressoras que são mais lucrativas.

Do trabalho desqualificado e do dinheiro miserável que o acompanha, o passo seguinte no processo de inserção da criança na marginalidade é a infração, e é nesse ponto que entram em cena o roubo e a prostituição.

Ouçamos de novo um desses "meninos":

" Tem uns que já foi de rua, uns não tem mãe, não sei não, tem um colega que fica bem vestido, com o que consegue na rua, no furto e começa roubá, pra conseguí roupa. O cara trabalha e não consegue nada e vai roubá. Fica pensano: Eu ganho salário mínimo, roubá dá mais, tem cara que larga emprego pra roubá". (S.16).

Oprimida pela sua condição social e pela marginalização, essa criança acaba por submeter-se a um aprendizado do proibido; o roubo envolve perícia, precisão, risco de vida, comercialização, que requerem um treinamento, um saber. Além disso, o menino que rouba pode ser preso pela polícia, ter passagens no Juizado de Menores e na FEBEM, construindo estigmas como "menor infrator", "foragido", "pivete" "abandonado" e ainda ser punido pelo seu bando, se for infeliz na operação:

" Quem ajuda ele é o pessoal da rua mesmo, ele entra na turma, aí, se for cara bobo os menino explica prá ele o que é pilantrage, que não pode pilantrar, os cara desce o morro e vai explicando prá ele". (S.1).

-----x-----

" Pra entrá na turma tem que sabê roubá que nem eles sabe roubá". (S.3).

-----x-----

" Vai os cara, fala assim: Se ocê não apanhar de ninguém, se roubá, se fizer "descuido", pode ficá com nós!... Aí, desde essa hora, eles fica testano, se não der, eles manda embora da turma". (S.9).

A transgressão à lei, por meio do furto, do tráfico de drogas e da prostituição é, portanto, a forma encontrada para suprir suas necessidades. O roubo é o contraponto do trabalho.

Esse percurso expõe uma contradição social: não se oferece salário digno a quem trabalha, e pune-se a quem rouba por não ter salário.

Também as meninas fazem esse trânsito da miséria à marginalidade:

**"Tem meninas na rua, tem umas que desce com os irmão prá vendê amendoim e tem umas que desce só prá transá com os home lá do centro". (S.4).**

Assim, de transgredidos, eles passam também a transgressores. Pressionados pela miséria, pela desvalorização do trabalho desqualificado - que é o único que conhecem - esses meninos e meninas passam a responder com violência às agressões da sociedade:

*"Temos que enxergar a criança como aquela que tem uma convivência íntima com a violência, não só em casa, nas favelas ou nas ruas, mas também aquela na qual ela se encontra, e desse modo se vê: a violência da sua própria situação de vida. O revide dessas crianças, os atos ditos anti-sociais têm, na sua manifestação, uma esperança subentendida: são gestos de protesto contra um direito usurpado, contra a violência de uma sociedade que as impede de conquistar seu próprio espaço". (MEDEIROS, 1987).*

A rua passa a ser, assim, para essas crianças, o lugar do medo, da violência e do abandono. A "liberdade total" dos meninos e meninas de rua é um mito criado pelas classes dominantes para justificar a contenção e o enquadramento dessas

crianças, mas a realidade mostra que são escravos da fome, da luta pela subsistência, e que esse embate custa-lhes muitas perdas.

Eis como MEDEIROS (1987) comenta essa "liberdade":

*" O viver na rua, pela praça, comendo pelos bares, dormindo quando já é de madrugada supõe uma liberdade que os meninos sabem ser fictícia, mas da qual não conseguem mais prescindir. Obedecer a ordens, horários, disciplinas, normas, não cabe mais a quem já se acostumou a ser dono de si. Mesmo que o preço seja alto".*

A segunda forma de entrada em contato com a rua, que aparece com mais evidência, está associada ao rompimento dos laços familiares, o que pode acontecer antes mesmo da saída de casa ou quando, junto de seus familiares, o menino frequenta a rua como pedinte ou pequeno trabalhador:

*"...alguns vem porque quer, porque eles gosta, porque na casa não pode fazer o que ele quer, aí eles vem, por liberdade. Alguns vem por precisão, por causa do pai, pai toca de casa, a mãe também, pai bebe demais, os meninos não faz nada dentro de casa, ficam à toa, eles pega e vem embora". (S.6).*

Geralmente, os pais dessas crianças são subempregados, sem registro em carteira, e recebem salários muito baixos. Essa situação de pobreza desencadeia relações hostis no interior do grupo familiar. A hostilidade se desloca para os mais fracos

nessa hierarquia familiar, isto é, para as esposas e, principalmente, para as crianças. Estabelece-se uma relação em que o mais forte destrói o mais fraco. Sendo a criança o elemento mais frágil, é ela quem rompe com o grupo, é ela quem vai para a rua e forçosamente é obrigada a buscar um novo local de sobrevivência:

*"A convivência se torna tensa no espaço exíguo para tanta gente (mãe, pai ou companheiro, além de filhos de diversas uniões, de filhos adolescentes já com mulher e filhos, avós ou tios, etc.). Costuma explodir na forma de agressão, às vezes física, dos mais fortes sobre os mais fracos, dos homens sobre as mulheres, numa reafirmação perversa da divisão de trabalho que subordina a esposa ao marido e os filhos aos pais, desgastada pela importância crucial adquirida pelos filhos e pela mulher na manutenção da unidade de rendimentos e consumo em que transformou a família".(MEDEIROS,1987).*

Pode-se inferir, da fala dos entrevistados, que o rompimento dos laços familiares é um dos grandes responsáveis pela inserção precoce dessas crianças na condição de meninos de rua. A situação miserável das famílias está associada à fome, ao abandono e à agressividade. A falta de condições materiais para sobreviver desencadeia esse processo de violência social: subempregados e desempregados, esses pais acabam repassando a seus filhos a agressão que a sociedade lhes impôs. Desesperados, eles abandonam os filhos ou os expulsam de casa. A falta generalizada é responsável pela desagregação familiar:

sem condições básicas de sobrevivência, o afeto não é vivenciado:

*" A precariedade das condições materiais se associa à falta de condições de saúde física e psíquica dos pais. A falta de recursos financeiros leva-os, provavelmente, ao falecimento, ao internamento em hospital, sanatório, articulando-se isso ao alcoolismo, ao consumo e tráfico de tóxicos, à separação do casal, à prostituição. Nestas condições assumem proporções drásticas a rejeição e a intolerância dos adultos em relação à criança, levando-os a abandoná-la ou interná-la numa entidade assistencial". (ARRUDA,1983).*

Retomando a fala dos entrevistados, confirma-se a perspectiva do autor:

**"... por causa de brigas dentro de casa. O pai e a mãe morre, o menino não tem ninguém, não tem casa pra morá". (S.2).**

-----x-----

**"Muitos é porque briga com a família ou os pais não quer dentro de casa, aí, sai fora, vai pra rua". (S.14).**

O rompimento com o vínculo familiar é, pois, um fato marcante no depoimento dos entrevistados, diferenciando essa população das demais, e fazendo com que, desligados do ambiente familiar, eles passem a ser chamados menino de rua. Por outro lado, todos relatam que pelo menos até uma certa idade convivem com seus familiares.

Sendo assim, essa separação se dá com dificuldades, ela

não acontece bruscamente. Há um período em que, de alguma forma, o grupo familiar mantém o menino ligado a si. Isso demonstra que essas famílias tentam, até um certo ponto, organizar-se enquanto "instituição", principalmente para aquela criança. Todavia, fatores sociais, a maioria de caráter econômico, interferem na preservação desses laços afetivos, provocando a perda da referência familiar, com todas as suas conseqüências: a perda da identidade parental, a diluição dos vínculos de parentesco, a construção da identidade como ser inferior, a falta de convívio da criança com uma autoridade familiar que lhe dê segurança e fixe os limites.

Por isso, o rompimento com a família não se dá sem traumas; mesmo convivendo com desentendimentos, insatisfações, miséria no seio da família, as crianças sentem-se desamparadas quando ocorre a desagregação familiar.

Num estudo feito no Rio de Janeiro, MEDEIROS (1987) analisa as condições de vida de pequenos trabalhadores da favela da Rocinha, que se tornaram meninos de rua e chegou a conclusões interessantes sobre suas famílias:

*"Não podemos dizer com isto que tais famílias sejam desestruturadas. O importante a salientar nesse processo é que existe um esforço de todos os seus membros para sua manutenção. O que não se pode ter é uma visão única do que seja família, pois se ela se organiza em função da sua própria sobrevivência, ela é obrigada a repassar os papéis de cada membro, o que vai gerar configurações variadas na sua estrutura".*

O que inicialmente surpreende o analista é a diversidade do papel e do conceito de família no seio da população que estudamos. Apesar das agressões que ocorrem e dos valores que divergem daqueles que são próprios de famílias de outros meios sociais, as famílias dos meninos de rua se apresentam como matrizes de sobrevivência e afeto.

A fala desta menina ilustra um pouco o que significa para ela as imposições sociais sofridas pelas mães, a ponto de exporem seus filhos à violência da rua:

" Tem umas mãe sem cabeça que traz os menino igual a eu". (S.5).

Nem todos os entrevistados mostram uma clara consciência dos motivos pelos quais o menino é lançado na rua. Alguns depoimentos fazem referência a aspectos isolados, sem muita relação uns com os outros.

"Alguns já vem é por vir, ou é revoltado em casa, pai bate muito, mãe briga, alguns pra roubá mesmo". (S.4).

"...tem vez que porque a mãe manda embora, tem vez que a gente vai à toa mesmo, porque qué...". (S.12).

Um dos entrevistados interpreta a ida dos meninos para a rua, e principalmente o furto, com a seguinte fala:

"Geralmente é porque eles quer ganhá dinheiro, chupá um picolé, tomá um refrigerante, comê um negócio diferente". (S.10).



Embora toda criança goste de brinquedos e os adolescentes aspirem a possuir roupas da moda, a busca de tais prazeres pelo roubo não se apresenta como motivo suficiente para transformá-los em meninos de rua. Aos pequenos roubos acrescentam-se gradualmente outras perdas, como o uso de drogas, o envolvimento em agressões, a familiaridade com a contraordem.

A falta de oportunidades de lazer também é apontada como motivo para a busca de aventura no centro da cidade. Percebe-se, contudo, que também essa causa não seria capaz de, por si só, justificar a condição de menino de rua. As raízes do problema encontram-se na realidade material, em que uma classe social subjuga outra: os dominados vão reproduzindo a opressão imposta pela classe dominante, sem a compreensão do processo. A classe oprimida não consegue reverter esse quadro e incorpora o discurso dos dominantes como aplicável para justificar sua situação. Assim, o menino de rua incorpora sua culpa:

"Tem uns que é sem vergonha. Tem tudo em casa e quer vir pra rua". (S.8).

Propagando a ideologia da anti-sociabilidade da criança pobre, as classes dominantes propõem que ela seja tratada repressivamente.

Retiram da sua família as condições econômicas capazes de oferecer-lhe o mínimo de sobrevivência, por meio da exploração da força de trabalho, desencadeando a desestruturação do grupo

e os rompimentos, e justificam que a deterioração das relações se dá por se tratar de "pais irresponsáveis" ou de "menor desviante". Aparelhos de Estado são criados para consolidar o lugar daquele que necessita ser corrigido e confinado, como as FEBEMs, o Juizado e a Polícia de Menores.

A privação material, razão e causa de todas as outras, propicia a privação afetiva e resulta na desorganização familiar.

Ao mesmo tempo em que a falta de condições de sobrevivência desqualifica as famílias de baixa renda, ela está presente na origem de condutas a-sociais ou anti-sociais de muitas dessas crianças. Logo, para melhor compreendermos essa problemática, não basta analisá-la em seus aspectos manifestos; é necessário abordar aspectos latentes das relações sociais em nossa cultura.

*"A socialização divergente de que é resultado o menor marginalizado tem suas primeiras raízes nos diversos aspectos que caracterizam o pauperismo e a desorganização social da família, as quais decorrem, principalmente, da insatisfação das necessidades básicas, tais como afeto, alimentação e abrigo". (PINO, 1987)*

No âmbito legal, deu-se uma revisão desse quadro. O novo Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8.069, de 13/07/90 - em seu artigo 40., determina que:

*" É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".*

Da análise de todo o material levantado e dos cruzamentos realizados, não restam dúvidas de que é imprescindível mudar as condições socioeconômicas, para se garantir a dignidade dessa população.

Este é o eixo deste trabalho, e reforçamos a posição de PINO (1987), quando afirma:

*" A tese da "dualidade estrutural" não passa de um simples artifício teórico para não aprofundar a questão da dominação, implícita no ato de conquista e no processo de colonização. Mais do que "dualidade estrutural", o que existe é um ato político pelo qual dominadores excluem os dominados do processo social. Essa problemática é reduzida, em última instância, à falta de organização dos marginalizados".*

Não basta constatar as estratificações sociais e suas iniquidades, e atribuir às injustiças sociais, decorrentes dessa hierarquização, a falta de cidadania. É necessário aprofundar os outros aspectos que legitimam as relações de exploração e privilégio das classes dominantes.

Nesse sentido, transformar as relações sociais implica

também transformar as idéias. Este estudo aponta que as crianças não estão nas ruas apenas por um "desvio" ou "desagregação familiar", como sugerem as classes dominantes. Há também uma voz corrente que atribui à própria criança (marginalizada) a condição na qual se encontra.

Nos depoimentos coletados, o que se ouviu foi diferente. O trabalho é vivido como algo que desqualifica, explora e não lhes dá sustento, sendo que o furto, algumas vezes, é a única alternativa encontrada para a sobrevivência. Quando, porém, os entrevistados são indagados quanto ao motivo de se terem desvinculado de suas famílias, atribuem a responsabilidade aos pais. Não fazem a conexão trabalho explorado-marginalidade. Isso indica que tal desconexão é determinada por fatores ideológicos e educacionais, que necessitam ser aprofundados.

### Uma questão de cidadania

É importante, diante das condições de produção desse menino, que se toque - agora - na questão da cidadania.

O lugar de onde essas crianças emergem representa uma história social de espoliação própria de uma sociedade industrial estruturada sobre a exploração de um excedente deslocado do campo, oriundo de uma cultura escravagista, e que foi apropriado pelo capitalismo aqui implantado.

O econômico se sobrepôs ao social e impediu o exercício até mesmo de direitos civis básicos que possibilitassem a vivência de processos básicos de referência para a socialização

desses meninos.

O capitalismo no Brasil, marcado pela industrialização, pela concentração de mão-de-obra, pela formação de pólos industriais nas cidades, e pela concentração fundiária, forçou um deslocamento da força de trabalho agrícola para as cidades:

*"O predomínio da cidade e da indústria sobre o campo e a agricultura tende a se generalizar, isto é, o campo tende cada vez mais a assumir a forma da cidade, e a agricultura a forma da indústria. Daí, a mecanização crescente da agricultura, bem como a crescente urbanização do campo". (SAVIANI, 1986).*

Sendo assim, milhões de famílias rurais ficam à margem do processo de cidadania, passando a sobreviver do subemprego e a habitar as favelas e a periferia das cidades.

SAVIANI afirma que:

*"...ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres, cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade".*

Fica impossível exercer a cidadania nas condições a que essas famílias estão submetidas, sem acesso à alimentação, a um trabalho digno, à escola, à saúde e ao lazer. A questão econômica passa a predominar sobre as condições sociais e determina as suas relações:

"O Estado brasileiro assegura em lei, artigo 165 da Constituição, a todos os trabalhadores um salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais e as de sua família". Ou seja, "o Estado não conseguiu exercer seu poder de assegurar a cidadania juridicamente estatuída, e agir indiferentemente às vontades econômicas dos grupos sociais, ao contrário, agiu como assegurador da sobreposição economia-direito". (MÜLLER, 1986).

A problemática social oriunda dessa realidade desencadeia situações manifestas nos centros industriais, como a fome, a desnutrição infantil e até a violência da marginalização social.

Para se ter uma idéia,

"...em 1974-75, a Fundação Instituto de Geografia e Estatística (FIBGE) realizou um inquérito antropométrico nacional em uma amostra de 55 mil famílias. Esse inquérito confirmou a existência de grandes diferenças entre as regiões do país e entre as zonas urbanas e rurais nas várias regiões. A prevalência da desnutrição infantil (crianças de 12 a 59 meses) nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro esteve por volta de 40%; ao passo que nos estados do Nordeste esse mesmo indicador aproximou-se de 70%; nas áreas rurais daqueles estados a prevalência da desnutrição infantil foi cerca de 51%; enquanto que nas áreas urbanas foi de 37%. Observe-se que a Organização Mundial de Saúde considera como aceitável uma taxa de 3%". (MÜLLER, 1986).

O que ocorre é que as famílias que migram da economia agroindustrial com o objetivo de melhorar suas condições sociais deparam com a fome e a marginalidade urbana.

MÜLLER propõe, então:

*"...menos por constituir-se em solução para aumentar o volume de alimentos e matérias-primas, e mais por conter o êxodo rural para as metrópoles e grandes cidades do país, a reforma agrária deveria integrar a política de guerra à fome ao proporcionar ocupação e alimentação a milhões de pessoas. É claro que uma reforma agrária contemporânea não poderá se reduzir a isso, mas, com certeza, poderá desempenhar um grande papel na luta pelo caminho à cidadania".*

As políticas sociais propostas para amenizar esse quadro não são efetivadas. Nem os programas de alimentação, como o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição-, o PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição-, o PROAPE - Programa de Assistência ao Pré-Escolar-, e outros conseguem compensar as mazelas causadas pelo modelo econômico adotado. No aspecto da moradia, o BNH - Banco Nacional de Habitação -, criado em 1964, e as COHABS - Companhias de Habitação -, em nível municipal ou estadual, por meio do SFH - Sistema Financeiro de Habitação - não são suficientes para atender às camadas populares. Muito pelo contrário, favorecem a população com renda mensal acima de cinco salários mínimos. Não há equidade na distribuição dos recursos destinados à moradia:

*"Dados do BNH em outubro de 1984 apontam que menos de 6% dos financiamentos do SFH foram para famílias até três salários mínimos e cerca de 20% foram para famílias até cinco salários mínimos. Em contrapartida, 78% do saldo de financiamentos foram para famílias com renda acima de cinco salários mínimos". (VERAS, 1986).*

E complementa:

*"Conceitualmente, a habitação deve ser encarada no seu duplo aspecto: abrigo (teto, parede, piso) e como inserção no espaço urbano, e aí, com seus complementos de infra-estrutura, transporte, equipamentos sociais, abastecimento, localização e paisagem".*

Desse modo, a população marginalizada do sistema de produção passa a pertencer ao subproletariado, sendo totalmente espoliada do processo de cidadania.

Famílias são desmanteladas, algumas chegam à condição de mendicância e indigência, suas crianças tornam-se pequenos trabalhadores, "aviõezinhos" do tráfico de drogas, meninos de rua e pequenas-prostitutas. Dentro desse quadro econômico, essa camada não se apropria do seu direito civil.

No caso da criança e do adolescente marginalizados, principalmente os meninos de rua, que sofrem a ruptura com todos os elementos da cidadania descritos, a possibilidade de um projeto de vida torna-se praticamente inviável. O que ocorre é uma sobrevivência, uma forma de resistência à exclusão social, como se fosse um grito reivindicativo do direito de ocupar os lugares sociais dos cidadãos, mesmo que seja de uma forma



agressiva.

Os depoimentos colhidos das crianças e adolescentes entrevistados são constrangedores. Revelam como a espoliação dos direitos à cidadania é um ato cruel.

Dessa forma, precocemente, essas crianças passam por um processo de socialização, que, no seu aspecto básico, não contribui para a construção de sua cidadania.

As primeiras relações sociais são fundamentais para a criança, tanto no âmbito subjetivo, nas trocas afetivas com os pais, quanto no âmbito objetivo, em que faz trocas sociais com o meio em que vive.

Esse processo educativo é apresentado por BERGER & LUCKMAN (1987) em duas etapas:

*"A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade".*

Considerando a realidade apresentada anteriormente, relativa aos subgrupos de crianças e adolescentes marginalizados, e as ponderações sobre cidadania e à socialização, fica evidente que a inserção social dessa população se dá de forma incompleta, dentro dos parâmetros educativos exigidos, para a formação do cidadão.

DI GIORGI (1975) analisa assim a família:

*"...o agente socializador e educativo primário, ela exerce a primeira e mais indelével influência sobre a criança. Todas as posteriores experiências emocionais da infância formam-se tendo por base as fundações construídas firmemente na família. As experiências posteriores poderão modificar mas não anular completamente as familiares".*

Recorrendo, ainda, a BERGER & LUCKMAN (1987), vê-se que:

*"...a criança aprende aquilo que é chamada. Todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada. Receber uma identidade implica a atribuição de um lugar específico no mundo".*

Muito cedo, essas crianças aprendem que são pobres ou miseráveis, responsáveis pelo seu sustento ou de sua família, pertencentes a uma raça inferior (negros e mestiços), "trombadinhas", "aviõezinhos", pequenos-trabalhadores, pequenas-prostitutas, "burros", enfim tudo aquilo que contribui para a interiorização e manutenção de conceitos do lugar social do espoliado.

As marcas de uma sociedade excludente certamente formam, nessas crianças, estigmas e estereótipos que alteram aspectos favoráveis da sua socialização.

A família descrita neste capítulo. enquanto núcleo social, transmite essas configurações aos seus filhos, reproduzindo a

exclusão na qual se situa.

Sendo assim, transformar essas crianças em cidadãos significa modificar as relações de classe em que suas famílias estão inseridas, mas significa, também, recriar condições para uma efetiva cidadania.

Refletir a realidade da infância e da adolescência marginalizadas implica significar o contexto de onde emergem.

Uma análise implicada na compreensão desse fenômeno social, teria de ir além do que está manifesto - que é a condição de crianças e adolescentes marginalizados - do contrário, redundaria na descrição de um sintoma social, sem apontar indicativos da causa da produção dessa realidade.

A descrição de alguns aspectos da vida diária dos subgrupos estudados, apresentada no próximo tópico, tem o objetivo de ilustrar o resultado de uma cidadania usurpada, revelando a necessidade de aprofundamento da causalidade desse produto social, tema que será objeto do nosso último capítulo.

## ASPECTOS DA VIDA DIÁRIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MARGINALIZADOS DE BELO HORIZONTE

A intenção, ao se descrever tais aspectos, é revelar como os rompimentos com os padrões sociais sustentados por estruturas sociais marginalizadoras vão degradando a qualidade de vida desses meninos. Quando a ruptura é total, como no caso dos meninos de rua, fica evidente que estão numa condição "fora da norma".

Enfatizaremos este último subgrupo, para marcarmos o processo final a que uma espoliação social pode levar.

A realidade é uma construção histórico-social mantida por várias relações sociais, entre as quais se contam as representações sobre as próprias relações. Os conteúdos relacionais implícitos nas representações são repassados pelo processo educativo que se inicia na socialização primária, quando a criança está junto de sua família, e se estende durante toda a sua vida, na socialização secundária, a partir dos contatos com instituições como a escola e locais de trabalho.

Essas representações são mediadas pelos lugares sociais que os sujeitos ocupam nas suas relações sociais. Ali os papéis sociais são internalizados, transformando-se em hábitos ou padrões de comportamento que matizam os próprios lugares

sociais.

Na busca de estudar o significado de determinados grupos sociais num contexto mais amplo e o modo como eles são construídos, surge a proposta de ouvir depoimentos das crianças e dos adolescentes marginalizados a propósito de aspectos de seu dia-a-dia.

Nesse aspecto, BERGER & LUCKMAN (1987) lembram:

*" A realidade da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. Se empenhar-me em dúvida a respeito dela, sou obrigado a suspender esta dúvida ao existir rotineiramente na vida cotidiana".*

As descrições que se seguem representam pontos importantes de reflexão, para o nosso estudo, já que revelam o lugar onde a criança marginalizada está situada e de onde ela fala.

Para tanto, deve-se considerar a amostra relatada no capítulo III.

Os pequenos-trabalhadores são crianças ou adolescentes ainda vinculados à família, à sua comunidade, freqüentam ou não a escola e têm o trabalho informal como marco na contribuição para a renda familiar. Eles representam 12,5% dos entrevistados e pertencem ao sexo masculino, embora também haja meninas que trabalham no centro da cidade, geralmente em horários noturnos,

vendendo flores ou amendoim.

A caracterização do cotidiano dessa categoria objetiva estabelecer os diferentes grupos que representam a infância e a adolescência marginalizadas deste País e possibilitar uma compreensão do processo de produção desses subgrupos, a fim de apontar como os elementos de cidadania em cada um deles vão-se tornando ausentes, ou até se dissipam.

Pelo depoimento de um dos informantes, um pequeno-trabalhador de 15 anos, que vende amendoim nos bares do centro da cidade, o vínculo familiar de alguns colegas parece frágil ou, pelo menos, tem momentos de ausência. Já outros têm uma relação familiar mais significativa, não sendo citada, nesse caso, a figura paterna:

"Alguns... quase todos têm casa, alguns que vende jornal, dorme na rua mesmo, vai no fim de semana, sábado e domingo. Os que vende rosas e amendoim, alguns dorme dentro de casa, mora com as irmãs, com a mãe". (S.4).

A moradia é fundamental na garantia desse laço, ela permite o ir e vir da criança trabalhadora; mesmo que sua atividade exija que pernoite fora de casa durante o final de semana, no caso da venda de jornais, ela preserva sua ligação com o grupo familiar.

O café da manhã, tão significativo na representação familiar, como o momento inicial do dia, onde a família se

encontra e compartilha suas idéias, afetos e projetos, não se apresenta como uma realidade para alguns pequenos-trabalhadores:

"Ele toma café nos botecos"(...) "Café com pão e com manteiga, aí, pega a lata de lavar carro, quando tem sol e desce para a cidade para lavar carro". (...) "Ele pega o dinheiro da lavagem do carro e compra negócio de comer com ele". (S.11).

Só a moradia, mesmo que precária, não garante a completude de uma socialização capaz de possibilitar a cidadania. Para esse adolescente, de 16 anos, que reside numa favela de Belo Horizonte, a vida civilizada ainda está distante para si e sua família.

A alimentação familiar, diretamente associada ao salário ou ao rendimento do grupo, não se apresenta suficiente para que os familiares compartilhem desse direito, obrigando-os a buscarem este recurso fora do lar.

Além disso, algumas atividades, quando não são rentáveis, obrigam os pequenos-trabalhadores a buscarem formas de transgressão para levarem a sua contribuição para casa. Como fora dito antes, a ocupação eventual e instável é uma das vias de inserção na marginalidade:

"...os que vende amendoim vivem só a custa do amendoim, agora, os que vende jornal e rosa, rouba uns, outros não". (...) "Se tá ruim pra vender traz toca-fita, rádio, traz e esconde da mãe, não deixa a mãe ver e vai revender". (S.4).

Talvez esse adolescente não tenha querido expor-se para o entrevistador, mas, pela sua última frase, dá para se perceber que é difícil escapar da imposição de recorrer ao furto para complementação do rendimento, como também fica implícita a cumplicidade da mãe e dos familiares, que aceitam a quantia proveniente da transgressão. Obviamente, a mercadoria destinada à venda, como o amendoim, por exemplo, retorna para casa em alguma escala. Ou o volume de dinheiro apresentado ultrapassa o seu preço, ou o próprio comportamento do menino indica que algo não está configurado dentro de um quadro de trabalho.

Essa aliança familiar com a transgressão, que aqui foi colocada como "não dita", demonstra a dificuldade de se prover o grupo somente por meio dessa modalidade de ocupação.

Apesar desse quadro, esses meninos aspiram a uma dignidade, buscam e reivindicam o direito à cidadania.

Quando se pergunta se o menino que lava carros estuda, ele responde:

"Estuda. Eu acho que ele tem de arrumar um serviço de carteira assinada, aí, é mais bom". (S.4).

Ou seja, não desejam ficar subjugados ao trabalho informal



e desqualificado.

Com todo o sacrifício da intermediação trabalho, escola e família, constroem momentos para o lúdico. Deixamos claro que esse momento é fundamental para uma criança e um adolescente, sendo um elemento importantíssimo na construção do sujeito social:

"Se estiver estudando, vai para a escola e na hora que acaba a aula, compra o amendoim e pede pra a mãe torrar. Aí, vai pro campo ou fica jogando baralho, até 17:30 hs, quando sai para vender chega, às 4 horas da manhã". (...) "Os que vende amendoim, assim, não fazem nada, ficam jogando baralho, sinuca". (S.4).

-----x-----

"Eles fica por aqui, andando aí, jogando bola...joga sinuca,joga bola." (S.11).

Enfim, parece que, nesse subgrupo, há uma resistência em romper com a vida comunitária e o lazer. Acredita-se que tal fato é sustentado pela relação familiar existente, e o trabalho passa a ser uma possibilidade de sobreviver ou, mesmo, um valor interiorizado no seu cotidiano, com um significado social que inclui esses meninos na cidadania.

Já o menino de alto-risco social, ou seja, aquele que, apesar de estar vinculado à família, escola e comunidade, sobrevive da marginalidade ou transita por ela, apresenta situação diferente.

Foram entrevistados um adolescente de 17 anos e um pré-adolescente de 12 anos, representando 12,5% da amostra. O

primeiro já foi menino de rua e atualmente está envolvido no tráfico e uso de cocaína na favela. O outro entrevistado perambula na favela, pelos becos, frequenta uma entidade de apoio ao menino marginalizado, transitando de uma forma perdida, sem muita referência domiciliar.

Pelos depoimentos, pode-se perceber que o vínculo familiar é mais tênue do que no caso dos pequenos-trabalhadores. Sua referência grupal, às vezes, é mais significativa que a familiar. Apóiam-se na solidariedade de amigos ou no atendimento de uma entidade governamental para se estabelecerem na comunidade, mas esta é uma situação condicionada ao acaso, aos momentos em que consegue alimentação ou hospedagem de alguém.

A droga torna-se um elemento presente para o enfrentamento desse abandono, para preencher o ócio ou tolerar essa situação de dependência e de violência social:

"Quem gosta de brincar, fica brincando, quem trabalha, trabalha... Acordo, escovo o dente, primeiro peço a Deus que dê um dia bom para mim e pros meus amigos, depois eu vou, escovo o dente, tomo o café e vou andar. Andar pros lugar que eu quero andar".

(Na casa de alguém?) "Na casa de ninguém não. Aí, eu vou prá algum lugar que eu quiser ir. Qualquer lugar". (E onde almoça?) "Aí, eu venho pro CIAME<sup>1</sup> e almoço, bebo um pouco água e vou lá pra rua, cheirar thinner<sup>2</sup>, se dá na idéia de depois brincar de bola eu brinco de bola, aí, fico andando pra qualquer lugar". (E de noite?) "Janto por aí, aí, eu fico aí, durmo por aí mesmo". (S.10).

---

1 CIAME-Centro de Integração e Apoio ao Menor - FEBEM.

2 Thinner- inalante, solvente de tintas, que, quando inspirado, provoca efeitos alucinatórios no usuário, sendo altamente tóxico e lesivo para o organismo.

"Eles dorme por aí, dentro dos lote quando não tá chovendo, em alguns carro velho". (S.10).

-----x-----

"Os menino fica com a família; um não tem casa e dorme na casa do colega." (S.16).

O ócio, o vazio existencial, provocado pela falta de lazer, cultura e esportes, associado ao abandono, faz com que recorram às drogas. Parece que o efeito da droga passa a ser uma opção de lazer; uma fuga da carência.

Quanto ao lazer e ao ócio, relatam:

"No Somar (um bar local), um ponto de encontro; ou na área; nesta fuma (maconha), pico (cocaina injetável), piscina (poço de riacho, próximo à favela) e joga bola". (S.16).

-----x-----

"Fica à toa, cheirando thinner". (...) "Gosta de ir, assim, num...só nesses lugar que tem água pra gente nadar". (riachos, poções próximos à favela) . (S.10).

As formas de subsistência não foram coincidentes entre os entrevistados. Apesar do ócio e das dificuldades, um deles relatou que os meninos do "morro" sustentam-se por meio de lavagem de carros. Não se sabe se ele quis resguardar-se ou se

realmente conta apenas com a solidariedade dos amigos e a assistência da instituição governamental:

"Pra viver, eles lava carro". (S.10).

Já o outro entrevistado revela que a transgressão é a forma que encontram para seu sustento, caracterizando-se pelo furto em domicílios e casas comerciais, por meio de arrombamentos.

"Roubando, fazendo caxanga (arrombamento de domicílios) e goma (arrombamento de casas comerciais)". (S.16).

Os depoimentos revelam a fragilidade deste subgrupo, como seus membros estão realmente numa condição de "alto risco social" para a perda dos elementos formadores de cidadania, diferenciando-os do primeiro subgrupo, os pequenos-trabalhadores, e aproximando-os do próximo a ser apresentado, o dos meninos de rua.

A ruptura total com a cidadania dá a dimensão do último subgrupo. São "meninos" desvinculados da família, da comunidade, escola, trabalho e lazer, sendo que alguns têm apenas referência familiar, vivenciada em visitas esporádicas.

Serão apresentados depoimentos de meninos de rua - que estão totalmente rompidos com a cidadania - ex-meninos de rua,

que freqüentam uma casa aberta, pertencente aos padres salesianos onde têm a liberdade de ir e vir, com o propósito de construir um projeto de vida, com a ajuda de oficinas educativas e de escolaridade. Quanto à segunda categoria, falam da sua vida pretérita, quando viviam nas ruas.

Esses dois subgrupos representam 75% da amostra, o que equivale a 12 indivíduos, sendo que 43,75% são do sexo masculino; destes, 31,25% são ex-meninos de rua e 12,5% são meninos de rua; 31,25% são meninas de rua.

Recorrendo às falas colhidas nas entrevistas, depois de várias leituras e releituras, a sensação que se tem é de um grande vácuo dentro dessas crianças e adolescentes, ao relatarem o seu cotidiano. O abandono social é um determinante que lhes retira qualquer possibilidade de uma relação social mais ampla, além daquela restrita ao seu bando e à marginalização que o caracteriza.

A ausência de um suporte socioafetivo para a construção de um projeto de vida impõe um vivenciar do presente, que gira rotineiramente em torno de um mesmo eixo: sobreviver aqui e agora.

Garantir a sua própria subsistência é uma emergência constante que os persegue, na vulnerabilidade em que estão situados: sem casa, família, escola, comunidade, lazer, trabalho, e inseridos na marginalidade. Torna-se imperioso enfrentar essa realidade. Como estão espoliados dos elementos

da cidadania, não encontram possibilidades de vincular-se a si mesmos ou aos objetos, principalmente para aqueles que estão no mundo da rua.

Solicita-se aos entrevistados que relatem o seu cotidiano a partir da referência temporal: manhã, tarde e noite. A intenção é de se ter uma visão de como enfrentam essa realidade, nos vários períodos, e entender que ordem adotam, dentro de sua particularidade, para organizarem suas estratégias de sobrevivência, opções de lazer, relação institucional, enfim, ouvir o relato de quem está rompido com as estruturas sociais.

Em geral, quando acordam, pela manhã, a primeira preocupação é com a alimentação. A satisfação dessa necessidade está condicionada ao fato de possuírem ou não dinheiro. A forma mais encontrada para o acesso à moeda é o furto e, em alguns casos, recorrem a instituições filantrópicas, protestante ou católica, que têm casas de apoio nas proximidades do centro da cidade.

" De manhã cedo, ele acorda, dá um jeito de arrumar café. No centro, se pedir não dá nada, então, ele vai roubar com esse dinheiro, ele vai comer e vai divertir". (S.2).

"Eles levanta, vai pra rua, quando eles tem dinheiro da ripa<sup>1</sup> de noite, toma o café". (S.5).

-----x-----

"Se ele não tiver dinheiro, vai ripar qualquer coisa pra tomar café". (S.7).

-----x-----

"Assim, por exemplo, levanta, vai no bar tomar café, depois vai roubar quando ele chega com uma correntinha, ele vai intrujar<sup>2</sup>". (S.8).

-----x-----

"De manhã cedo se eles não tem dinheiro pra tomar café: Eu vou descolar um saco de trem pra mim comer ou ripar porque tô num rango...". (S.9).

Não há uma provisão para as despesas posteriores, a satisfação é imediata. Pelos depoimentos, as reservas são feitas, no máximo, de um dia para o outro.

Dentre tantas faltas, a droga e a alimentação se entrecortam no mundo dos meninos de rua; às vezes, a fome é preenchida pela droga:

---

<sup>1</sup> ripa: roubar correntinha, carteiras, relógios, etc.

<sup>2</sup> intrujar: vender para o receptador.

"Geralmente, quando o menino acorda, ele vai caçar logo é roubar, roubar pra comprar cola<sup>1</sup>. Não, quando eles tem tá a fim de cheirar cola, eles nem se preocupa de comer, não, a vontade da cola só fica na vontade da comida e o menino só fica na cola". (S.6).

-----x-----

"Vai no restaurante, compra marmitex, compra thinner também, metade deles nem come, só lancha aqui e volta pra rua pra cheirar thinner". (S.9).

A tarde, quando a fome volta, vão batalhar novamente sua satisfação, com o roubo ou nas instituições filantrópicas. A fome e a necessidade de satisfazê-la o perseguem a todo momento, são ameaças constantes no seu cotidiano.

"A tarde, se o dinheiro tiver acabado, dependendo dele, ele rouba de novo pra comer e pra dormir que tem uns que dorme em hotel". (S.2).

"Vai pro Y. (entidade protestante) fica até às 3 horas, quando não tem dinheiro, vai pra Casa A. (entidade católica) e depois pro local de dormir, aí, começa a zuar<sup>2</sup>, cheirar thinner". (S.5).

-----x-----

---

<sup>1</sup> Cola: cola de sapateiro, quando inalada provoca efeito alucinógeno.

<sup>2</sup> Zuar: brincar, zombar, provocar o outro, fazer bagunça.



"À tarde, aí, eles começa a ficar com fome, de manhã eles nem liga, aí, à tarde, começa a tirar correntinha<sup>1</sup>, roubar em loja". (S.6).

Quando a noite chega, aqueles que vão dormir dirigem-se para os locais onde dormem: debaixo de viadutos, em casas abandonadas, lotes e debaixo de marquises. São locais inapropriados, desumanos, pois fazem do papelão seu colchão, cercam os casebres, as denominadas "malocas" de tapumes de madeira, papelão ou latas e ainda, alguns simplesmente enrolam-se em cobertores e deitam-se pelas calçadas. Outros, quando têm dinheiro, vão dormir em hotéis na região do baixo meretrício.

O sono para alguns também está condicionado às drogas, para suportarem todas essas carências e condições subumanas de sobrevivência.

"Depende da pessoa, se ele não usou droga nenhuma ele acorda cedo, se ele usou dorme o dia todo e vai dormir, tem vez, de madrugada". (S.2).

Eles dormem:

"...em marquises, alguns que têm dinheiro dorme em hotel, tem uns que tem amigo e dorme lá debaixo do viaduto". (S.6).

---

<sup>1</sup> correntinha: corrente de ouro, cordão de ouro.

"Os que pode dormir em hotel é em hotel, os que não pode, é na rua mesmo". (S.13).

-----x-----

"Na rua, uai! Uns dorme perto da Praça S. e uns no hotel". (S.14).

-----x-----

"Dormem nas calçada, casa véia, viadutos...". (S.8).

O fim de semana foi apresentado de forma diferenciada, significando, para alguns, um período sem apoio das instituições, ficando mais vulneráveis, apesar de buscarem opções de lazer; outros conseguem encontrar alternativas institucionais, como o marmitex dos protestantes, que passa na praça, ou a Casa D.B., dos padres salesianos, que tem seu grupo fixo durante a semana, mas se abre nos finais de semana, para os que estão na rua e oferece: esporte, higiene, alimentação e atendimento médico.

Uma parcela percebe o final de semana como um vazio e outro grupo considera-o como um período viável para os roubos:

"Fim de semana é diferente, porque não tem Casa A. (casa de apoio dos católicos) eles fica lá no centro, Praça S., tem uns que vai pro parque divertir, vai pra Lagoa P. tomar banho, prá Casa D.B., ou fica debaixo do viaduto mesmo cheirando thinner". (S.5).

-----x-----

"É diferente, né, tem alguns que arruma dinheiro, vai pro cinema, fica um tempão lá, vai pro cinema, vai pro som, compra loló<sup>1</sup>, thinner...é isso aí, o dia do menino de rua".(S.7).

-----x-----

"Fim de semana, fica mais é parado, aí, no centro, conversando com a turminha". (S.14).

"Fim de semana a gente já fica de quebrada<sup>2</sup>, já arruma o dinheiro aí só fica fumando (maconha), cheirando thinner e cola de sapateiro, bebendo (bebida alcoólica)". (S.12).

-----x-----

"Uns menino sai pra ripá, outros vão pro Y. (protestantes), ficam na Praça S. esperando o marmitex; depois sai pra ripar, final de semana é mais fácil pra ripar". (S.15).

Apenas um apontou o fim de semana como um momento em que os meninos têm contato com a família e uma referência comunitária:

"...de sexta para sábado, eles arruma muito dinheiro, aí, fim de semana, eles vão para casa, vai no som, pro cinema". (S.6).

Um grupo, formado por duas meninas e um menino, afirma que

---

<sup>1</sup> loló: preparado com éter, benzina e perfume, que, quando inspirado, provoca efeito alucinógeno.

<sup>2</sup> quebrada: local que fica escondido dos curiosos, protegido de flagrantes e transeuntes.

a rua tem seu lado positivo, que é uma coisa boa, sendo que uma delas ponderou que isso, de certa forma, tem o lado bom e o lado ruim, mas fica um discurso contraditório, os sacrifícios e as perdas são grandes para se garantir os bons momentos. Parece que o lugar onde estão não tem saída, e são obrigados a vivenciar de uma forma positiva as circunstâncias que oferecem algum prazer.

"...tinha vez que eu achava bom, fim de semana, de madrugada, era bom, cheirava cola, sossegado, tinha uns policiais boyzinhos que era a maior azaração, eles roubava mais do que a gente". (S.1).

-----X-----

"Às vezes é bom às vezes é ruim". (...) "A vida na rua é roubar, divertir, cair em cana, ir na Casa A., na Casa Y. (casas de apoio religiosas). Tem uns que tão procurando uma vida melhor, outros não, quem tá na rua é muito difícil de sair. Às vezes, a vida na rua é boa, a gente se acostuma com tudo, não acha nada difícil mais". (S.8).

É interessante que, logo em seguida, essa mesma menina falou um pouco da sua dificuldade, ressaltando a questão do gênero na rua, ou seja, como determinadas atividades são papéis masculinos, em termos da representação cultural, principalmente aquelas ligadas à sobrevivência:

"Às vezes, precisa ser um pouco homem, precisa roubar pra comer, precisa de arrumar dinheiro de qualquer jeito...". (S.8).

O mesmo acontece com a outra menina. Apesar de considerar a liberdade da rua como positiva, lembra que as meninas são obrigadas a serem parceiras sexuais dos meninos, para se protegerem da violência, e não por uma questão de afeto:

"A vida na rua é boa (...) Ah! A gente fica liberal, fica todo mundo livre, pode aprontar, fazer o que quer...". (...) "Pra viver na rua tem que... as meninas tem que levar com um cara para se proteger, mais é isso...". (S.14).

Em suma, estas são as situações cotidianas dos meninos de rua.

Descreveremos, ainda, suas formas de subsistência, para ressaltarmos a dicotomia trabalho-marginalidade, como fica claro quando, ao se retirar uma possibilidade de sobrevivência, outra se instala.

#### Formas de subsistência do menino de rua

As formas de subsistência encontradas por este subgrupo são o roubo e a assistência das instituições, como se disse anteriormente. A importância de destacá-lo está justamente no fato de essas formas se localizarem na transgressão social e nas diversas implicações que isto traz, para quem está nessa ordem.

Roubar ou "ripar", como eles dizem, não é tarefa fácil; muitas vezes, é uma questão de vida ou morte, que pode ocorrer durante o ato do furto, ou quando se é apreendido pela polícia e sofre tortura:

"O medo que o menino tem é de polícia, porque eles pega e bate. Medo de morrer ninguém tem, ninguém tem medo de morrer na rua." (De morrer não tem mas de sofrer tem?) "De morrer ninguém tem de apanhar ficar apanhando, aí, tem. Quando a gente vai cair na boca<sup>1</sup>, assim, a gente vai previnido, ocê não sabe se tem um vigia lá dentro e se ele vai matar a gente...". (S.7).

A situação chega a ser tão ameaçadora que alguns utilizam drogas para se encorajarem. Só se arriscam ou conseguem roubar quando estão drogados, sendo que a droga também preenche esse significado da coragem, misturado com o medo de perder a vida.

"Se ele não tiver dinheiro, vai ripar qualquer coisa pra tomar café. Depois, descansa e vai no morro, arruma dinheiro pra tomar remédio<sup>2</sup>. Aí ele vai ripar, na hora que o cara tiver chapado<sup>3</sup> ele vai ripar". (Não ripa sem chapar, não?) "Não, só chapado". (S.7).

Quando se perguntou por que precisam de utilizar esse

---

1 boca: arrombamento de domicílio ou casa comercial.

2 remédio: xarope, anfetaminas e barbitúricos para drogar-se.

3 Chapado: drogado, sob efeito de qualquer substância.

suporte, o informante relatou que, além da coragem para o acesso às coisas que desejam, também é um momento em que conseguem agredir a sociedade fisicamente. Parece ser o único momento em que podem manifestar essa raiva, e talvez chamar a atenção sobre si mesmos:

"É melhor, até eu parti para chapar, porque a gente tem mais força, arranjar perfume, thinner, joga na cabeça dos outros, dos bicos<sup>1</sup>". (S.7).

Uma menina observa que alguns não têm facilidade, não se interessam, temem ou, mesmo por valor moral, não se utilizam do roubo. Segundo a informante, eles contam com o apoio institucional para estar na rua, mas, nos finais de semana, devido à falta de atendimento, são obrigados a recorrer ao roubo, passam o produto para alguns camelôs, que também são receptadores de furto, tornam-se pedintes ou mesmo têm relações sexuais remuneradas com homossexuais adultos, para conseguirem alimentos e drogas:

---

<sup>1</sup> bicos: curiosos, transeuntes.

"Alguns que não é de roubar, vai para o Y. (casa de apoio protestante), aí na sexta, sábado e domingo, não tem Y., aí, eles vai pra casa de A. (casa de apoio católica) ou pedir trocado." (...) "Aí, eles: Pô! tem que arrumar pra mim almoçar, pra mim rangar<sup>1</sup>, tem que arrumar pelo menos um relógio, hoje, aí, dá o bote nas muié, vende nos camelô e arruma, ou quando vai fazer noite com veado<sup>2</sup>, tem dinheiro pro dia todo, de manhã até de noite". (S.9).

A opção institucional nem sempre é viável. Além do fechamento nos finais de semana, algumas delas restringem a faixa etária, para o atendimento. No caso da Casa A. (casa de apoio católica) e da Y. (casa de apoio protestante), nesse período, estavam atendendo apenas meninos menores de 14 anos, sendo que os que estavam acima dessa idade tinham que contar com a solidariedade dos amigos e buscar alternativas de higienização numa lagoa da cidade ou numa bica de água:

"Nas hora vaga eles vai lá pros viaduto onde tem os chegado deles, eles ranga por lá. Os grande, agora o Y. não tá aceitando mais, nem a Casa A., eles toma banho lá no bacião (...) lá no Anchieta, quando não é lá, é na Lagoa P". (S.5).

Uma menina de 12 anos descreve, de forma resumida, as

---

<sup>1</sup> rangar: alimentar-se

<sup>2</sup> veado: homossexual masculino.



atividades de sobrevivência daqueles que estão marginalizados nas categorias apresentadas neste trabalho. Ela vai desde o trabalho desqualificado, exercido pelos pequenos-trabalhadores, até o tráfico de drogas, praticado pelos de "alto-risco social", passando pelo roubo, que é a subsistência dos meninos de rua.

**"No centro (pra viver) um bocado tá robano, outros tá trabalhano vendeno rosa, tem uns que trafica droga". (S.2).**

Com esta última fala, fica claro como essas crianças e adolescentes estão expostos à violência social, na busca de sua subsistência. A vulnerabilidade de inserção na prostituição, na toxicomania, na criminalidade, na exploração, e o confronto com a morte são uma realidade cotidiana que inevitavelmente terão de enfrentar.

Em relação às meninas de rua, a situação torna-se mais grave, por representarem minoria da população, em torno de 20%, conforme estudos apontados em FAUSTO & CERVINI (1991), e por, serem expostas pelas características de nossa cultura à violência sexual, à opressão e à exploração, como está bem descrito em BONFIM (1990), reproduzindo as relações machistas da nossa sociedade.

Durante o nosso estudo, a maioria das meninas apresentam-se dentro desse perfil social machista, são parceiras vistas como objeto sexual, muitas vezes, oprimidas e exploradas, mas

algumas destacam-se, exercendo o papel de líderes do bando, apesar de constituírem uma minoria. Uma problemática inevitável para as meninas é a gravidez; em sua grande maioria, têm filhos ou estão grávidas, revelando um grave quadro social de um subgrupo que, dentre os excluídos aqui estudados, apresenta-se como o mais violentado.

A sociedade, pela via da exclusão da cidadania dessa camada social, vai produzindo degradação social para esses pequenos indivíduos, bem como para suas famílias. Quem não sobrevive dentro das condições de cidadania, sobrevive na rua. Transformar essa realidade implica garantir cidadania para a camada social de que são oriundas essas crianças e adolescentes marginalizados.

Isso implica em alguma forma de mudança sociopolítica, com desdobramentos na área econômica, capazes de desencadear uma distribuição de renda que possibilite, aos trabalhadores do campo e da cidade, o alcance dos elementos de cidadania aos quais têm direito e a cujo acesso estão tolhidos.

A apresentação desses dados visa a configurar, o quadro daqueles que estão excluídos da cidadania e a evidenciar como a ausência dos elos sociais retira qualquer possibilidade de vida do indivíduo.

Em pesquisa sobre sistemas penitenciários de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, PAIXÃO (1987), na sua análise sobre criminalidade, aponta que:

*"A sociedade deve se defender contra estes (criminosos), e uma estratégia convincente de proteção é, mais do que remediar, prevenir. Quanto mais o Estado ampliar seus investimentos em educação, bem estar, saúde, habitação ou emprego, tanto maior será o vigor da força de atuação da ordem social sobre os indivíduos, inibindo os efeitos moralmente desintegradores e criminógenos da pobreza e marginalidade".*

Não basta adotar políticas de contenção. É tarefa inadiável do Estado realizar ações que possibilitem a essa camada social o acesso a espaços sociais que formam o sujeito-cidadão.

Os depoimentos revelam a necessidade de se fazer um apanhado histórico-social, para apontarmos esses outros caminhos na formação desses sujeitos.

A partir da escuta e da análise dessas falas, dos indicadores socioeconômicos levantados e da revisão da produção acadêmica realizada neste estudo, fica evidente que, para concluirmos este trabalho, teríamos que realizar uma abordagem histórico-social do problema. Para tanto, seria preciso adentrar na produção dessa marginalização, considerando-se contextos histórico-sociais específicos. Em seguida, apontar-se-iam as políticas sociais adotadas para lidar com esse fenômeno, o que se destacou no período pós-64.

O próximo capítulo trata desses pontos, com base na concepção histórico-estrutural, indo de encontro aos tópicos levantados anteriormente, dedicando-se ao período industrial pós-64, quando as contradições sociais se acentuam e se adotam políticas de controle social específicas para as populações marginalizadas.

## C A P Í T U L O V

### MARGINALIZAÇÃO INFANTO-JUVENIL E O PROCESSO DE SUA PRODUÇÃO SOCIAL NO BRASIL PÓS-64

Os capítulos precedentes convergem no sentido da construção deste, que trata da produção social da criança e do adolescente marginalizados.

Entre as correntes teóricas que explicam a marginalidade social, optamos pela concepção histórico-estrutural, apresentada a seguir, por ser mais coerente com a proposta do nosso trabalho.

O corte histórico proposto, pós-64, foi adotado por tratar-se da instalação de um regime militar que mantém a lucratividade das classes dominantes, a qualquer custo, pela via da industrialização. É um período que apresenta crescimento industrial, mas produz pobreza acentuada, apesar das medidas "populistas" de cunho assistencialista, para contenção dos conflitos sociais.

O regime militar perdura até meados da década de 80, quando não consegue conter as insatisfações sociais, com medidas repressivas e assistencialistas. A partir daí, instala-se um governo civil, que adota medidas conciliadoras das diferenças sociais, sem grandes alterações na dinâmica concentracionista.

Com tantos agravantes, já anteriormente expostos, a temática da criança e do adolescente marginalizados constitui um problema preocupante nos dias atuais, com repercussões internacionais.

Portanto, dedicaremos este capítulo ao estudo histórico-social dessa questão, com o objetivo de apontar mudanças estruturais produtoras do fenômeno aqui apresentado.

Para desenvolvermos, porém, o tema na ótica adotada, será preciso, antes, indicar outras concepções em torno desse fenômeno.

### Concepções de Marginalização

As concepções de marginalização que são apontadas em estudos sobre o tema geralmente apresentam ponderações na sua elaboração, por sua natureza controversa e ambígua. KOWARICK (1985) e BERLINCK (1975) discutem essas dificuldades de conceituação em seus trabalhos, contextualizando esse problema na América Latina e no Brasil. Ancorado nestes autores e, também, nas reflexões apresentadas por GONÇALVES (1979), este trabalho desenvolverá estudo sobre a marginalização, considerando pontos convergentes e significativos apresentados em suas obras. De qualquer forma, torna-se prudente abordar as concepções encontradas, para delimitarmos o eixo de análise que este trabalho se propõe.

Analisando as abordagens apresentadas, podemos agrupá-las em três concepções: a) funcionalista; b) da modernização; c) histórico-estrutural.<sup>1</sup>

### A concepção funcionalista

A visão funcionalista concebe a sociedade como um sistema equilibrado, que se traduz de forma ordenada nos seus diversos subsistemas. Os que contrariam essa ordem apresentam disfunções, desarranjos ou desarmonias. Dessa forma, basta serem reintegrados, controlados e readaptados ao sistema que tudo voltará ao equilíbrio.

Os fenômenos sociais aí são concebidos de forma parcializada, setORIZADA ou até mesmo individualizada. O problema reside naquela camada ou grupo social que está divergindo dos demais.

Essa concepção exibe uma prática que busca resguardar os grupos dominantes das transformações estruturais que ameaçam o controle social sustentador de seus privilégios.

Alguns estudos nela se baseiam ao tomarem o fenômeno da marginalização. KOWARICK discute a análise apresentada pelo Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social para a América

---

<sup>1</sup> Para aprofundamento dessas concepções em face do fenômeno educativo, confira MACHADO, 1989, p. 89-129.

Latina -DESAL -, que a coloca como um problema advindo da falta de participação ou organização dos "marginais". Segundo o autor, esse tipo de formulação dá um caráter depreciativo ao problema, colocando-o na ótica da passividade ou da pobreza cultural.

*"A unidade de análise nestes estudos é o indivíduo. A marginalidade caracteriza-se pelos baixos índices socioeconômicos e por um quadro sociocultural marcado pela anomia, isolamento, prostração e fatalismo, enfim por uma constelação de normas, valores, tipos de conduta e aspirações condizentes com as formas organizativas e associativas próprias de uma sociedade complexa, diversificada e competitiva".*

A concepção funcionalista apreende a marginalidade como um problema que ocorre dentro do corpo social, porém a interpreta como uma disfunção localizada, que necessita ser tratada isoladamente para restabelecer o equilíbrio anterior ou para harmonizar as relações. Ou seja, não faz as associações necessárias para a compreensão das relações sociais responsáveis pela produção da marginalidade. Em relação a esse aspecto, o autor critica:

*"O que parece ser a marca característica deste estilo de interpretação é a negação sistemática da noção de estrutura social como uma categoria que abarca fenômenos de caráter global, que está na origem do processo de marginalização e a partir da qual é necessário e possível analisá-lo".*

Essa concepção abrange os elementos visíveis e até necessários para o aprofundamento da questão, mas obscurece a compreensão da causalidade da produção social da marginalidade. Portanto, não caminharemos no sentido dessa interpretação da questão.

Em seguida, examinaremos outra vertente do funcionalismo, porém aplicada aos confrontos gerados entre o setor "arcaico", oriundo do campo, e os setores "modernos" da cidade, para enriquecer nossa análise.

### Concepção da modernização

A implementação do processo de industrialização nos países em desenvolvimento desencadeia mudanças sociais abruptas nas relações campo-cidade, pelo deslocamento excessivo de mão-de-obra para os centros industriais.

Esse excedente forma a população marginal das cidades, a qual se torna, apesar dos transtornos urbanos provocados, lucrativa para as indústrias, devido ao barateamento da força de trabalho.

É nesse período que surge a teoria da modernização, para explicar os desajustes sociais ocorridos nos países em desenvolvimento, por tratar-se de setores não integrados à proposta de modernização.



O deslocamento da análise do problema para a ótica do integrado/não integrado revela um conteúdo funcionalista aplicado à leitura dos processos industriais e urbanos.

A análise é estruturada dentro de uma concepção dual, em que um setor arcaico ou tradicional, oriundo do campo, apresenta dificuldades de adaptação ao setor moderno-industrial da cidade, atribuindo-se às mudanças estruturais provocadas pelo processo de industrialização confrontos de ordem cultural.

Vários autores, latino-americanos e norte-americanos, apóiam-se nessa concepção, principalmente nas décadas de 60 e 70, para analisarem a marginalidade desencadeada pelo processo de industrialização. Nos estudos citados anteriormente, são referidos trabalhos de Germani, Weiner, Castells, Marshal e outros, publicados em livros, jornais e revistas científicas de circulação nacional e internacional, evidenciando-se uma temática de grande repercussão na época.

Segundo BERLINCK, a marginalidade produzida pelo modelo industrial é apontada, também, como um mal transitório, produto de um desajuste circunstancial. Nessa linha de pensamento são mencionados Germani, Parsons & Shils, Manheim e outros, que defendem o que chamam de mobilização social, ou seja, a idéia de que, depois de algum tempo as populações romperiam com as estruturas tradicionais e ampliariam seu

universo, participando dos setores modernos.

Essa hipótese apresenta alguns pressupostos tais como o fato de a cidade ser um lugar civilizado e de sociabilidade, capaz de assimilar os marginais, à medida que vão sendo qualificados ou lapidados. Contraditoriamente, prevê dificuldades de assimilação de determinados grupos. A respeito desse aspecto, KOWARICK esclarece:

*"Ela diz respeito, de modo especial, às populações provenientes de zonas rurais ou pré-urbanas as quais não apresentariam uma experiência socializatória que preenchesse os requisitos para desempenhar os papéis exigidos por uma sociedade urbano-industrial. Em última análise, devido a uma carência cultural surgiriam barreiras nas formas urbanas de vida e de trabalho".*

Dessa forma, supõem-se estágios históricos necessários para se atingir um nível de modernidade capaz de incorporar os setores marginais. O autor ainda pondera:

*"O modelo, ao definir a participação de forma genérica e em função de um padrão ideal a ser atingido na medida em que a sociedade percorresse suas diversas etapas históricas até chegar ao estágio de "plena modernidade", dá por suposto que a ampliação das oportunidades sociais ocorre como um fato natural e espontâneo pairando por sobre a trama concreta dos grupos sociais em confronto para efetivar interesses que, em muitos casos, não só são diversos como antagônicos".*

Essa abordagem pode reduzir os confrontos entre o

"tradicional" e o "moderno" ao determinismo natural de um novo sistema, que, ao ser implantado, produz essa instabilidade. Tratando-se de uma questão temporal, ela se resolverá ao longo de sua execução.

A teoria da modernização não estabelece as conexões entre o atrasado-marginal e o moderno-dominador. Circunscreve a problemática dentro de uma concepção dicotômica, negando que os marginalizados sejam produto da exclusão social dos setores ditos modernos e não, apenas, uma questão circunstancial de adaptação ao novo meio industrial:

*" Deve ser realçado que o modelo não relaciona as conexões do atrasado com o evoluído. Ele não considera um aspecto fundamental relacionado ao fenômeno da marginalidade, a persistência e algumas vezes ampliação do tradicional concomitantemente à existência e até ampliação do setor moderno. Em outros termos, o modelo não incorpora nenhum conceito que realce as formas de exclusão necessárias intrínsecas ao modo de produção capitalista. Também não evidencia que a oposição entre o "tradicional" e o "moderno" não é um problema de mero desajuste entre as partes constitutivas do sistema, mas expressão de uma dinâmica que deve ser equacionada a partir do sistema de dominação imperante na sociedade". (KOWARICK, 1985).*

A desconexão entre dominadores e dominados, apresentada pela concepção aqui analisada, dá-nos subsídio suficiente para concluirmos que a teoria da modernização contribui para a compreensão da produção social da marginalidade, desde que vista dentro das relações sociais, em

que um excedente de mão-de-obra é apropriado para a acumulação de riqueza de um grupo dominante. Buscaremos suporte na concepção que considera as dimensões históricas que produzem a marginalidade e a estruturação das relações que sustentam o domínio e a exploração.

### Concepção histórico-estrutural

Ambas as concepções apresentadas, a funcionalista e a da modernização, abordam a marginalidade de forma setorizada: determinados grupos não integrados ou arcaicos não participam dos setores integrados ou modernos. A falta de participação é analisada dentro de um sistema econômico que produz a exclusão e se beneficia do excedente de mão-de-obra, por meio do seu barateamento e do conseqüente lucro na produção:

*"É evidente que a problemática da participação social constitui um aspecto essencial. Mas análise pura e simples deste processo, bem como configurar a marginalidade como uma falta de algo que existe no setor moderno, encobre certos fenômenos que são ao mesmo tempo fundamentais e antecedentes para a compreensão da marginalidade. É preciso pôr em evidência que a participação e a conseqüente integração social não são alheias às estruturas da sociedade".*  
(KOWARICK, 1985).

Nessa perspectiva, apesar de apontar uma dualidade estrutural, as duas concepções anteriores ocultam a conexão que mantém a marginalização e não contextualiza as relações sociais. O enfoque histórico-estrutural apresentado por BERLINCK (1975) defende a idéia de que as relações de exploração estão estruturadas dentro de uma política monetária internacional e afirma que o "*modo mais recente de se definir marginalidade social baseia-se na noção de desenvolvimento desigual e combinado dos chamados países periféricos*".

Com essa colocação, amplia-se a análise do problema para o contexto econômico-político em que os países desenvolvidos exploram os subdesenvolvidos, pela dependência econômica e tecnológica, apontando componentes macrosociológicos, de ordem histórico-social, importantes para a leitura e a análise das relações de domínio.

Essa análise contribui significativamente para a compreensão do problema. A questão da dominação é ampliada além das relações do campo e da cidade, configurando-se a marginalidade como sintoma de um modelo macroestrutural, que produz e reproduz o domínio nas várias instâncias em que atua.

"É portanto necessário deslocar o universo teórico da marginalidade. Ele não pode ser formulado a partir do mero aspecto disfuncional de um todo, que por definição é harmônico. Permanecer neste nível interpretativo significa apreender aspectos meramente formais da questão. Não basta dizer que a marginalidade é falta de participação, pois tal colocação significa deixar o problema num vazio a ser preenchido por situações histórico-sociais concretas, exatamente aquelas que originam o processo. A marginalidade não pode ser focalizada como um aspecto disfuncional do sistema, como se o sistema fosse uma entidade abstrata e a participação algo a ela inerente". (KOWARICK, 1985).

Colocar a marginalidade na ordem da disfuncionalidade é negar todo um processo histórico-social, no qual uma minoria dominante, desde o período colonial, monopoliza as riquezas e os seus meios de produção, fazendo das suas colônias, posteriormente, países subdesenvolvidos, locais de extração da sua lucratividade:

"Com isto queremos enfatizar que a marginalidade não é o resultado de disfunções do sistema. É, ao contrário, resultado das estruturas societárias de caráter global as quais trazem em seu âmago um conjunto de contradições cujas expressões são múltiplas, e dentre essas, a própria marginalidade. A abordagem deve ser duplamente deslocada. De um lado o conceito a ser privilegiado não é mais o de disfunção. O conceito básico é o de contradição. Por outro lado, do ponto de vista teórico, essa contradição precisa ser analisada como decorrente de um tipo de configuração estrutural necessário na dinâmica da sociedade. A participação não realizada é fruto do sistema que a cria. E para o sistema isto não é necessariamente disfuncional. Ao contrário,

representa barateamento do fator trabalho o que na ótica do sistema é altamente 'funcional', ou seja, rentável e inerente ao processo de acumulação". (KOWARICK, 1985) .

Para aprofundar-nos neste aspecto, importa perguntar: como essa dominação se mantém até os nossos dias? Que processos econômicos aconteceram e acontecem para sustentação desse quadro de exploração? Por que os dominados, os marginais permanecem sublocados na sociedade? Que políticas sociais foram e são utilizadas para controlar as insatisfações, a fome e a miséria?

A tentativa de responder a essas perguntas tem procedência nos indicadores socioeconômicos, na revisão da produção acadêmica sobre o tema e na análise de entrevistas apresentadas, neste estudo, como também nas concepções aqui discutidas.

Diante do âmbito explicativo das diversas concepções, optamos por trabalhar com a concepção histórico-estrutural, na perspectiva de apontar os elementos sociais da produção social da criança e do adolescente marginalizados, por intermédio das suas conexões estruturais, com o objetivo de sugerir caminhos para a transformação dessa realidade.

O estudo das contradições apontado por KOWARICK como ponto básico para ser analisado refere-se à produção concomitante de riqueza e de pobreza necessária ao funcionamento do sistema. Considerando-se que a riqueza está



concentrada no poder de uma minoria dominante e que a pobreza está distribuída por uma maioria dominada, a marginalidade representa um subproduto dos empobrecidos, o qual contribui para o barateamento da força de trabalho, devido ao excedente de mão-de-obra que representa, propiciando acumulação de riqueza para os dominadores. A colocação do problema dessa forma deixa evidente que a marginalidade não está desconectada dos processos produtivos, pelo contrário, tem uma função rentável para o setor dominante. Além disso, essa concepção não desmerece nem aniquila elementos importantes trazidos pelas outras concepções. Se há conflitos de fundo, há a possibilidade da apropriação de vários indicadores dessas concepções.

O nosso trabalho privilegiará o período industrial pós-64, no Brasil, quando é pontuada uma política social específica para a população de crianças e adolescentes marginalizados, por meio da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que compõe o plano estratégico de controle social da pobreza pelo governo militar, para a promoção da Política de Segurança Nacional - PSN. Neste estudo, apesar do corte histórico proposto, consideram-se também momentos históricos antecedentes como estruturadores das relações sociais de dominação.



## Crescimento da industrialização e da marginalização infanto-juvenil, no Brasil pós-64

Optamos por trabalhar a partir do período pós-64, por considerá-lo um marcador histórico importante das relações sociais capitalistas instaladas no País, por intermédio do regime militar.

Além dos aspectos históricos, abordaremos os fenômenos urbanos desencadeados, dentre eles, a existência das crianças e adolescentes marginalizados, e as políticas sociais adotadas no período para o controle dos fenômenos sociais ocorridos, que ilustram as conseqüências de um modelo excludente, que persiste até nossos dias.

### Antecedentes históricos

Os estudos apresentados nos capítulos anteriores evidenciam que a produção social da criança e do adolescente marginalizados deve ser analisada numa perspectiva histórico-estrutural.

O estudo de KOWARICK (1985) sugere que o estudo das relações de dominação na América Latina deve-se ocupar, também, do período da colonização, para apontar como essas relações são estruturadas.

Não é pretensão deste trabalho dedicar-se ao estudo

dessas relações histórico-colonialistas, mas considera-as determinantes, devido ao caráter exploratório que configura suas expedições e suas investidas no Continente Latino-Americano, em busca da extração de riquezas naturais, com utilização de mão-de-obra escrava local ou importada da África:

*"A assertiva de que o desenvolvimento latino-americano é por suas próprias características estruturais, gerador de marginalidade, deve ser revista a partir de estudos histórico-estruturais concretos que levam em consideração as modalidades de expansão do capitalismo recente e os períodos de formação que remontam à época colonial, ou, às vezes, até mesmo ao período pré-colombiano". (KOWARICK, 1985).*

O importante a salientar é que a sociedade brasileira é estruturada dentro de um modelo de dominação e de exploração desde sua pré-concepção. Quanto ao modelo colonial, caracteriza-se por sua relação dual senhor-escravo, que explora a força de trabalho, a custos mínimos, com acumulação acentuada de riqueza:

*"Basicamente, a sociedade se dividia entre escravos, mantidos em nível de subsistência, e senhores, possuidores dos meios de produção (principalmente a terra), que podiam, mesmo com a exploração colonial (posteriormente imperialista), manter elevado padrão de consumo. Este tipo de divisão dual se prolongou por muito tempo na sociedade brasileira, mesmo após a abolição da escravatura e modificações daí decorrentes". (OLIVEIRA, 1992).*

A relação dual senhor-escravo estrutura-se sobre a dominação étnica. Os brancos europeus posicionam-se como superiores e impõem sua dominação aos africanos e aos índios, por meio de violência e argumentos ideológicos e religiosos preconcebidos, que se compõem como estratégias para constituição do modelo pretendido:

*"O preconceito e a discriminação surgiram na sociedade brasileira como uma contingência irrelutável da escravidão. Os mores católicos prescreviam a escravidão do homem pelo homem. Além disso, impunham ao senhor, como obrigação fundamental, o dever de levar sua fé e a salvação ao escravo, o que os igualaria perante Deus. Para evadir-se de tais obrigações ou torná-las inócuas, apelou-se para um processo aberrante de racionalizante sociocultural, que converteu a própria escravidão numa relação aparentemente piedosa e misericordiosa".*  
(FERNANDES, 1972).

Com esse enfoque ideológico, o escravo é estigmatizado como um homem rude - que necessita ser domesticado e espiritualizado - e, que, de uma forma "generosa", vem sendo ajudado pelo homem branco.

Analisando os parâmetros coloniais e industriais apresentados, evidencia-se que o modelo econômico existente no Brasil não é moderno, muito pelo contrário, é arcaico. FERREIRA (1991) é incisivo nesse aspecto:

"A estrutura social hoje existente foi implantada na virada do século como modelo econômico formulado por uma classe dominante racista e de origem escravocrata. Isso equivale a dizer que esta estrutura está assentada numa relação de trabalho que exclui o negro. Até hoje, são pequenas as modificações que ela sofreu. É com certa razão que se diz que esse nosso modelo econômico é de conotação colonial. Colonial e escravista".

Essas colocações fornecem subsídios suficientes para nos convencer de que tais relações são montadas historicamente e se legitimam no transcorrer da História. O modelo industrial moderniza as forças produtivas, mas preserva as relações arcaicas de dominação oriundas do escravismo. Muitos dos indicadores sociais anteriormente expostos evidenciam os resquícios desse padrão de dominação.

A transição interna para o predomínio da fase industrial dá-se com a introdução de imigrantes europeus, que já têm experiência com o trabalho assalariado:

*"A partir da segunda metade do século XIX, as elites brasileiras incentivaram a imigração de europeus, com passagens subvencionadas para homens, mulheres e crianças. Quiseram fazer do Brasil uma nação com população de pessoas brancas. As classes dominantes da época escolheram povos brancos para implantar o trabalho assalariado na sociedade produtiva que estava sendo estruturada para substituir o trabalho escravo". (FERREIRA, 1991).*

Na realidade, a Abolição da Escravatura é arquitetada pelo branco para implantar o novo modelo econômico

que instaurará a ordem social competitiva. Não interessa à elite dominante negociar as reivindicações e conquistas dos quilombolas. Para isso, distorce os movimentos abolicionistas e faz da abolição um ato concedido pelo "branco generoso":

*"A abolição não afetou, apenas, a situação do escravo. Ela também afetou a situação do "homem livre de cor". Na verdade, a abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social pelo branco e para o branco. Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização, o "homem de cor" viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência, segundo, porque se viu, repentinamente, em competição, com o branco, em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar essa forma mais sutil de despojamento social", (FERNANDES, 1972).*

Evidencia-se, pois, como se dá, no Brasil, a estruturação da sociedade industrial, de forma arquitetada pela elite dominante, preservando as relações de domínio, e utilizando imigrantes europeus, mais qualificados, para fiscalização e repasse do novo sistema produtivo que está sendo implantado.

O prolongado período histórico no qual as relações escravocratas acontecem é suficiente para cristalizar as relações de poder, em que a minoria dominante mantém privilégios em detrimento da maioria explorada por quase cinco séculos, marcando a sociedade brasileira nos seus traços e

representações sociais, capazes, até de contribuir para as desigualdades sociais:

*"Temos 388 anos de vida sob o regime colonial, com o escravagismo porque o escravagismo só terminou depois da colônia e foi nesse período que fixamos os traços fundamentais da nossa sociedade, os traços da nossa elite. E como os traços culturais da elite tendem a se introjetar nas classes que não fazem parte dela, posso dizer que temos na nossa sociedade certas características que favorecem o avanço da barbárie". (SAMPAIO, 1992).*

O Brasil funciona durante um período considerável, também, como agroexportador, mesmo após o período colonial. Esse modelo foi incrementado, na metade do Século XIX, com a importação de mão-de-obra estrangeira, por meio de contrato de parceria e de outros incentivos.

BERLINK (1975) aponta outro aspecto da dominação, subjacente à manutenção do modelo agroexportador, referente às relações com países desenvolvidos:

*"Já no Brasil (e em outros países subdesenvolvidos) adotou-se um modelo de produção agrícola - a grande fazenda agroexportadora - que não estimulava a produção de bens de subsistência. É sabido que a grande fazenda agroexportadora constituiu-se num complemento econômico da industrialização européia, fornecendo matéria prima para a indústria daquela região e possibilitando a geração de um excedente adicional que era apropriado fora dos países subdesenvolvidos. Esses fatores atrasaram sobremaneira a industrialização dos países subdesenvolvidos dificultando a formação de um mercado interno e gerando uma situação de escassez de capital industrial".*

No caso brasileiro, nesse período, o modelo é predominantemente cafeeiro, e, apesar de contribuir para a formação de um mercado nacional, entra em grande depressão no final da década de 20, com a queda dos preços internacionais, o que subsiste até 1930. Observa-se que esse modelo surge no período colonial, passou pela transição para o trabalho livre assalariado e permanece baseado na monocultura até sua degradação. A permanência desse modelo colonial, mesmo após o trabalho livre, demonstra como as relações de trabalho são estruturadas sobre um modelo arcaico, considerando-se que naquele período ocorre a instalação de alguma industrialização, mesmo que incipiente.

A depressão econômica ocorrida no modelo de monocultura agroexportador, dependente do mercado internacional, com as dificuldades encontradas para o escoamento do café, propicia a introdução do processo de industrialização brasileiro, posteriormente denominado como de "substituição de importações":

*"É a indústria leve (principalmente) que se instala neste período, produzindo bens de consumo e utilizando equipamentos não muito sofisticados, parte destes produzidos no próprio país. Importante também foi a importação de equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial". (OLIVEIRA, 1992).*



É importante ressaltar a dependência econômica e tecnológica dos países centrais, pela industrialização no Brasil. O novo modelo capitalista apenas dá continuidade às formas de dominação existentes, resguardando, com essa estratégia, a lucratividade necessária ao novo modelo.

Outro aspecto apresentado por BERLINCK (1975) é a concentração da industrialização, nessa época, no Estado de São Paulo, que possui uma infra-estrutura favorável: existência de capitais oriundos do período cafeeiro, a migração estrangeira no local, mão-de-obra "livre" escrava, ferrovias, hidrelétricas, etc. Essa concentração espacial e de renda no Estado de São Paulo, em detrimento de outros Estados, como a Bahia, Minas, Espírito Santo e a Região Nordeste, desencadeia ali a migração de trabalhadores rurais, impossibilitados de viver no campo, contribuindo para a aglomeração urbana e desequilíbrios sociais, no campo e na cidade.

A industrialização, nesses moldes, mantém elevado ritmo de crescimento até o início da Segunda Guerra, quando sofre uma desaceleração. Tal desaceleração ocorre devido à dependência tecnológica e à dificuldade de importação/exportação, imposta pela Guerra.

Segundo SINGER (1989), após 1940, durante a Guerra, há uma inflação acentuada, em vista da falta de alimentos, do mercado negro e dos gastos com atividades bélicas. O governo emite papel-moeda, entra na área de produção privada, com



siderurgias e hidrelétricas, aumentando seus gastos e a inflação.

Essas dificuldades econômicas começam a ser superadas a partir de 1945, após a Guerra e com a queda do regime estadonovista de Getúlio Vargas, quando há implementação do desenvolvimento industrial no País. Ocorre que o Brasil como outros países da América Latina, não conseguindo ter um desenvolvimento autônomo, acaba por falir e recorrer ao capital estrangeiro. Com isso, o capitalismo no País se fortalece, com o endividamento externo, com regras monopolistas, sob o aval da burguesia nacional.

No pós-guerra, os países desenvolvidos buscam a expansão e o escoamento dos seus produtos para a retomada do crescimento e penetram na América Latina. No Brasil, as classes dominantes beneficiam-se desse empreendimento, conforme aponta SINGER (1989), por meio de créditos facilitados para os denominados "desenvolvimentistas": comerciantes, banqueiros e industriais.

Essa nova etapa de industrialização, principalmente após 1950, é marcante, em vários aspectos. No âmbito da "substituição de importações", implementa-se a preocupação com a modernização dos meios de produção, introduzindo-se a indústria de bens de consumo duráveis, sobretudo a automobilística. Ocorre a participação do capital estrangeiro e a atuação do Estado nesses setores, como também, nos

transportes, na energia, no crescimento da siderurgia e em outras atividades:

*"A modernização, que se fazia inicialmente pela simples cópia dos padrões de consumo cada vez mais diversificados dos países desenvolvidos, atinge agora o processo produtivo, incorporando processos semelhantes aos daqueles países, sem no entanto controlar sua posse, sua utilização e muito menos sua criação, o que só era possível através da presença de grandes empresas estrangeiras". (OLIVEIRA,1992).*

No plano econômico-político, o crescimento propiciado por esse "novo modelo" é futilizado por políticas populistas, constituindo uma estratégia importante de sustentação dos governos desenvolvimentistas, no período de 1950 a 1964.

Por outro lado, a concentração de renda impede a melhoria das condições de vida das camadas populares. Mais uma vez, as classes dominantes enriquecem-se à custa de benefícios do controle financeiro e dos meios de produção. BERLINCK (1975), com ajuda de tabela, apresenta a tendência ascendente de concentração de renda na mão de 5% da cúpula, que, entre 1950-60, detém, em média, rendimento de 36% do total da renda nacional.

Desse modo, a hegemonia estruturada a partir do modelo dominante desde a Colônia permanece nas relações sociais "desenvolvimentistas", nesse período, disfarçada por uma

proposta de modernização que propiciaria maior participação social, econômica e política por parte das classes populares. Na verdade, apenas 5% da população têm acesso aos produtos tecnológicos. Como lembra CARDOSO (1973), o crescimento industrial, com a importação de tecnologias e de capital, não é distributivo, produzindo mais pobreza e exclusão para os que ficaram à sua margem.

As contradições sociais, diante dos aspectos apresentados, tornam-se acirradas por diversos fatores: excessivo endividamento externo, introdução de capital estrangeiro monopolista, privilégios e exploração econômica, migração interna excessiva e conseqüente marginalidade, desencadeando-se uma crise inflacionária insustentável, com grave conseqüência político-social.

Para enfrentar essa problemática social, as classes dominantes recorrem ao golpe militar, em 1964, criando um governo autoritário, para o enfrentamento do conflito capital-trabalho, por meio de repressão e de políticas sociais compensatórias, controlando não só aqueles inseridos no mercado de trabalho, mas também os que estão fora dele.

Os períodos históricos ressaltados são fundamentais para a compreensão do quadro atual de marginalização infanto-juvenil, dentro da perspectiva histórico-estrutural. O desenvolvimento desse tema, a seguir, contribuirá para o entendimento desse fenômeno.

## Desenvolvimento Econômico e Marginalização no Pós-64

O percurso histórico do Brasil evidencia que as relações sociais são estruturadas sobre um modelo escravocrata, apropriado pela industrialização, para garantir os privilégios da minoria dominante.

No período industrial, principalmente após 1945, quando há crescimento acentuado, por meio de injeção de capital estrangeiro, propaga-se a ideologia desenvolvimentista, induzindo tratar-se de um modelo de modernização das relações de produção, mas ocultando-se o arcaísmo da exploração de mão-de-obra, oriunda do colonialismo, para a manutenção do domínio da elite governante. Posteriormente, com o acirramento das contradições sociais desencadeado pelo excessivo endividamento externo, conseqüente recessão e inflação econômica, com o agravante do acúmulo de migração interna nos centros industriais, os segmentos dominantes articulam o golpe militar de 1964, para preservar seus privilégios:

*"Levada à prática, essa diretriz resultou da montagem de uma complexa coalizão que incluía praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao urbano, do arcaico ao moderno, do nacional ao estrangeiro, do produtivo ao parasitário) juntamente com ponderáveis parcelas da pequena-burguesia, das profissões liberais e da nova classe média burocratizada, com suas respectivas representações no plano político-partidário". (CRUZ & MARTINS, 1984).*

Diante desse quadro, com os militares no poder, introduz-se um Estado forte, autoritário, para o enfrentamento do conflito capital-trabalho, exacerbado pela organização dos trabalhadores, que se acham premidos com a situação de arrocho desencadeada:

*"Os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salário foram praticamente proibidas e, a partir de 1965, foi adotada uma política salarial uniforme para todo o país, de acordo com a qual as decisões sobre os reajustamentos salariais passaram da Justiça de Trabalho ao governo federal. O modo como esta política salarial foi posta em prática resultou numa redução ponderável do salário mínimo real e, por extensão, dos salários do pessoal menos qualificado, cujo nível está preso ao mínimo". (SINGER, 1989).*

Com esse ato histórico, as classes dominantes mostram, mais uma vez, que não vão abrir mão dos seus privilégios, das suas posses e da sua lucratividade. A ação repressiva é adotada com o objetivo de reatar as relações de domínio, para garantir o controle social de uma situação que se apresenta ameaçadora para a exploração econômica estabelecida no modelo industrial.

Os interesses econômicos são colocados, novamente, acima das questões sociais. Aliás, o excedente de mão-de-obra produzido pela migração campo-cidade, composta de trabalhadores rurais em busca de melhores condições de trabalho, com o conseqüente subemprego e desemprego em massa, é apropriado

pelas classes dominantes, transformando-o em mão-de-obra barata para a industrialização. Como foi dito anteriormente, o crescimento é estabelecido a qualquer custo, pela via da industrialização.

Nesse aspecto, KOWARICK (1985) revela como os setores marginalizados são funcionais para o modelo capitalista:

*"É conhecido que as relações de trabalho decorrem do processo de acumulação, das formas de produção que é capaz de generalizar e de como as formas econômicas mais "evoluídas" do ponto de vista da expansão capitalista se combinam com as mais "arcaicas" originando um único modo de produção. O sistema produtivo, de um lado, divide a sociedade em classes sociais. De outro, para realizar a acumulação, baseia-se na exploração da força de trabalho cujo excedente é incorporado ao capital. Estas afirmações, por óbvias que sejam, constituem a pedra de toque que permite separar os trabalhadores "não-marginais" dos "marginais".*

Estabelece-se, assim, um casamento entre as formas "evoluídas" e "arcaicas" de produção, para o restabelecimento das relações sociais de dominação, em que a preservação desse "arcaísmo" representa a manutenção de um modelo que explorava a força de trabalho e a apropriação do excedente produzido.

A extinção dos direitos trabalhistas, que, na prática, extingue a greve e a estabilidade do emprego, demonstra a posição assumida pelo novo governo. O Estado passa a intermediar as relações de trabalho e o trabalhador torna-se

dependente da máquina burocrática governamental para resolver suas questões trabalhistas.

O período 1964-67 é altamente recessivo, e, além das medidas acima, o governo adota o mecanismo da poupança, que, por um tempo, funciona como mascaramento inflacionário, mas, com o empobrecimento dos assalariados e investidores, é suplantado, e passando-se a adotar novas medidas. Uma delas é a elevação da receita fiscal. Segundo SINGER (1989),

*"A elevação da receita fiscal, como forma não inflacionária de mobilizar recursos, certamente foi mais que um "ovo de Colombo", descoberto a partir de 1964. É que os inúmeros obstáculos políticos que se opunham a um aumento significativo da carga fiscal, antes de 1964, foram eliminados pela centralização do poder de decisão no Executivo federal, que se verificou a partir daquele ano. Por exemplo, os impostos cresceram de 12,8% em 1963 para 17,9% em 1968".*

Estas e outras medidas, adotadas como tentativas de controle inflacionário, revelam a dimensão do rombo econômico desencadeado pelo modelo industrial implantado no País, que, sob a direção da burguesia nacional e com financiamento estrangeiro, produziu excessiva lucratividade para os dominantes, em detrimento das camadas populares, com conseqüências tão drásticas que aqueles acabam por recorrer à repressão dos direitos civis, por intermédio do Estado ditatorial.



Essas medidas são adotadas com o objetivo de conter a crise social estabelecida, geradora de um conflito distributivo, devido ao excessivo acúmulo de riquezas apropriado pelas classes dominantes e a conseqüente recessão econômica que sacrifica a classe pobre.

O controle social, mantido sob uma ditadura militar, no nível dos trabalhadores, ocasiona desemprego, rebaixamento no custo de mão-de-obra e disciplinamento das forças produtivas, criando condições especiais para a exploração capitalista.

Em 1968, começam a surgir os primeiros resultados da política econômica estruturada nesse perfil. Há um auge no crescimento do País, perdurando até 1973, denominado pela burguesia nacional como período do "milagre brasileiro":

*"O boom iniciado em 1968 teve como causa básica uma política liberal de crédito que encontrou a economia, após vários anos de recessão, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido da mão-de-obra de pouca qualificação. A isto deve-se uma grande propensão a consumir das camadas de rendas elevadas". (SINGER, 1989).*

O autor, no mesmo estudo, afirma que a estratégia de produzir um "milagre econômico" é inspirada em dois fatos históricos: primeiro, no "milagre" ocorrido na Alemanha Ocidental, no pós-guerra, quando se dá uma rápida recuperação econômica, na década de 50, servindo de "apanágio



propagandístico ao neoliberalismo renascente que se iria opor ao dirigismo estatal" e, segundo, no "milagre" japonês, na década de 60, que proporciona taxas de crescimento do PIB de 10% ao ano, pela via da exportação.

Com essa configuração, estrutura-se um terreno propício para o estabelecimento do crescimento no País, calcado nos privilégios econômicos internos e externos, o que induz SINGER a afirmar:

*"Presumivelmente, o "milagre brasileiro" reúne as excelências do neoliberalismo alemão e do crescimento "para fora" japonês a uma outra peculiaridade: um mercado de trabalho perfeitamente disciplinado, resguardado de qualquer "distributivismo" prematuro que pudesse deslançar a temida espiral de preços e salários".*

O fato é explorado ideologicamente pelas classes dominantes, utilizando o crescimento econômico como um critério que, no nível de mercado, com a introdução de tecnologia e capital estrangeiros, estimula a exportação e a importação dos produtos. É um momento de euforia, cresce a oferta de empregos, propiciada pela instalação de multinacionais, principalmente no ramo automobilístico, incentivadas pelo governo, pela isenção de tributos, aspecto que favorecia o fluxo de exportação.

Ademais, a par da ascensão do endividamento externo, pelo qual o governo opta para viabilizar o crescimento, a concentração de renda ocorre em detrimento da exploração do

trabalho, produzindo aumento significativo da pobreza das camadas populares.

A euforia encobre problemas que se vão acumulando e começam a se pronunciar, no início dos anos 70. Um aspecto importante que contribui para desencadear a crise do "milagre" é a expansão da economia além da capacidade dos seus recursos reais, a ponto de provocar uma escassez das matérias-primas. Isso culmina no aumento dos preços dos produtos e na necessidade de as empresas recorrerem aos financiamentos, além de buscarem o máximo de lucratividade, burlando o controle administrativo de preços, pela via do mercado negro:

*"A partir de 1973 começam a surgir sintomas provenientes de uma inflação reprimida, ocorreu uma escassez generalizada de produtos e matérias-primas no mercado, como protesto dos agricultores, pecuaristas e frigoríficos, pelo baixo preço do feijão e do leite, começa a faltar feijão, leite e carne na mesa do trabalhador. A entrega de veículos começa a atrasar, obrigando o consumidor a pagar um "extra". Falta aço, metais não ferrosos e ligas para a fabricação de motoniveladoras, há escassez de cloro e soda e de insumos farmacêuticos, de borracha para fabricação de pneus, enfim ocorreu um "desabastecimento" geral que gerou um grave quadro econômico". (SINGER, 1989).*

Para agravar o quadro apresentado, no final de 1973 e no início de 1974, o governo brasileiro enfrenta o primeiro choque do petróleo, aumentando consideravelmente o preço dos barris. Segundo BACHA & MALAN (1988),

*"...a dependência do petróleo era a mais aparente, para um país que importava mais de 80% de seu consumo. O petróleo chegou a representar cerca de um terço do total das importações em 1976-78 ( contra 10-11% durante o período de 1968-73), apesar de uma virtual estabilização de seu preço nominal em torno de 12 dólares por barril entre 1974 e 1977".*

Paralelamente, ocorre uma crise econômica internacional, que afeta drasticamente a economia brasileira, sustentada com base no acúmulo do endividamento externo. Essa dependência econômica e tecnológica custa muito caro ao País. Apesar de todas tentativas "desenvolvimentistas", "milagrosas" e repressivas utilizadas pelas classes dominantes, aprofunda-se a crise no quadro social do Brasil.

Em 1978, os movimentos sociais começam a protestar contra o longo período recessivo que vem sacrificando a classe trabalhadora, com baixos salários, inflação, e escassez de produtos:

*"Tomados de surpresa pelo movimento social emergente, receosos de um aprofundamento das dissensões nas Forças Armadas, trêmulos ante a idéia de que o processo de mudança pudesse fugir ao controle e conduzir à "desordem", ao "imponderável", os setores liberais que haviam fustigado o governo pouco tempo antes aplaudem o projeto de abertura, nele enxergando a saída possível e desejável para o impasse político em que se debatia o país". (CRUZ & MARTINS, 1984).*

O jogo estabelecido por meio de táticas miraculosas vem sendo desarmado, e as classes dominantes pressentem que devem criar uma outra saída, pela via da abertura. Essa

fragilidade fica mais evidente após o segundo choque do petróleo, que passa os preços do produto de 12 para 30 dólares por barril do final de 1978 ao início de 1980, e a forte elevação nas taxas internacionais de juros, que dobram em termos nominais de 1977 para 1979, e aumentam ainda mais em 1980, sob o impulso de uma combinação fiscal e monetária desastrosa na política econômica norte-americana. Como colocam BACHA & MALAN (1988), com esses episódios, "o jogo havia claramente terminado". Essa crise financeira internacional aprofunda-se durante os anos 1980-82, provocando uma recessão mundial e uma estagnação do comércio mundial.

O governo brasileiro, em 1980-81, indexa a economia, para tentar organizá-la, mas provoca a maior crise inflacionária já registrada no País. A situação chega a tal ponto que o governo é obrigado a contrair uma dívida interna, no período de 1983-85, como aponta SINGER (1988). Os trabalhadores já estão sacrificados há duas décadas e, diante da insatisfação, manifestada por vários segmentos sociais, o governo militar é obrigado a fazer concessões.

Em 1985, por intermédio de uma aliança democrática, consegue-se eleger, no Congresso, um representante civil com o apoio de grande mobilização popular. A mudança no sistema de governo possibilita o questionamento de várias instituições. O sindicalismo se fortalece e a anistia política se amplia.

No aspecto político, a década de 80 apresenta ganhos

significativos. Quanto à mudança de regime, há uma democratização do País. Em relação às políticas voltadas para as crianças e adolescentes marginalizados, objeto deste estudo, são extintos o Código de Menores, Lei n.:6.697/79, e a Lei n.:4.513/64, que define a "política nacional do bem-estar do menor", pela criação das FUNABEMs e FEBEMs, cuja essência revela ser o controle social e a criminalização da pobreza, utilizando práticas repressivas e conceitos ideológicos de "situação irregular" e o termo estigmatizador de "menor". O discurso funcionalista da reintegração de "menores", atribuído a essas instituições, não passava de uma manipulação burguesa. Como reintegrar uma criança marginalizada numa sociedade que a produziu? Se a sociedade estivesse preocupada com essa realidade, não teria permitido o empobrecimento e a miséria da camada social de onde esses meninos emergem.

Diante desse quadro de agravamento social, as políticas sociais desenvolvidas por essas instituições encontram-se comprometidas; além de não cumprirem o papel de reintegração do "menor", como se propaga, não comportam a crescente produção social de crianças e adolescentes marginalizados, desencadeada pelo longo período de recessão econômica. Quanto à falácia institucional dessas políticas, encontra-se vasta literatura, da qual algumas obras são apontadas neste trabalho.

Esse contexto gera a mobilização de setores sociais

envolvidos com o atendimento e defesa dessa população, principalmente a partir da abertura política de 1985, desencadeando-se, no final da década, a reformulação das políticas sociais destinadas às crianças e aos adolescentes marginalizados, com o fim do antigo Código de Menores.

Em 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, colocando a problemática na ótica social, segundo a qual a sociedade civil deve proporcionar mecanismos e instrumentos capazes de construir a cidadania, ao invés, de restringir o problema a uma ótica policial, dentro da qual o menor deveria ser reprimido e confinado nas instituições jurídicas e assistencialistas do Estado, como defendia a lei anterior.

No aspecto econômico, porém, a década de 80 é denominada por alguns autores como a "década perdida", há decréscimo em todas as áreas econômicas, com o aumento da concentração de renda e conseqüente desemprego, pobreza e marginalidade. São anos marcados pela estagnação, conforme apontam os indicadores econômicos e sociais apresentados e discutidos no Capítulo I deste trabalho. Não nos deteremos em detalhes, por estarem suficientemente desenvolvidos no referido capítulo.

Para fins deste estudo, os últimos anos revelam um aumento significativo da inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal, inclusive na

marginalidade, para complementar a renda familiar, deteriorada pelas medidas econômicas adotadas, destacadamente na década de 80 e nos anos 90. Esse período traz conseqüências desastrosas para a população infanto-juvenil empobrecida, como o trabalho infantil, o desligamento da escola, a ruptura com a família, a prostituição, escravidão, criminalidade, tortura e extermínio.

*"Na década de 70 a renda familiar aumentou devido à inserção da mão-de-obra feminina e infantil na família, mas na década de 80 esta ajuda não compensou o déficit familiar, o salário mínimo, em 89, foi para a metade". (CERVINI & BURGUER, 1991).*

O fenômeno dos meninos de rua, dos pequenos-trabalhadores e das crianças e dos adolescentes de alto-risco social torna-se um grande desafio nacional, uma denúncia viva de uma sociedade excludente, que privilegia uma minoria dominante em detrimento de inúmeras famílias, sacrificadas na sua força de trabalho, e a conseqüente dificuldade de manter seus vínculos e papéis parentais.

O capitalismo nacional apropria-se da mão-de-obra infantil, que se torna excessiva e barata, explorando duplamente a força de trabalho familiar das camadas populares: primeiro, por meio do exíguo salário pago aos pais e, segundo, da complementação, oferecida pelos seus filhos.



"A 'construção de uma hierarquia etária', onde são legitimadas as relações desiguais entre adultos e crianças, se expressa na forma de discriminação salarial imposta às crianças e adolescentes. Isto ocorre porque, entre outros fatores, no nível das empresas é generalizada a idéia de que o trabalho infantil é complementar ao do adulto e, conseqüentemente, sua remuneração também. Uma segunda razão é a de encarar o trabalho como sendo menos eficiente que o realizado pelos adultos". (CERVINI & BURGUER, 1991).

Em níveis mais alarmantes, acentua-se a marginalidade infanto-juvenil, como é o caso do tráfico de meninas transformadas em prostitutas e escravas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, englobando a Amazônia Legal, descrito no trabalho de DIMENSTEIN (1992). Ou o fenômeno dos "grupos de extermínio", apontado em manchetes jornalísticas apresentadas na pré-introdução, deste trabalho, também denunciado por esse autor (1990) e pela Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI- de 1992, a que preside a Deputada federal Rita Camata (PMDB-ES). Essa CPI revela que, nos últimos três anos, morrem 4.611 crianças e adolescentes exterminados no Brasil e, desse total, 3.781 (82%) são negros, revelando genocídio da raça negra, proveniente de resquícios do passado escravagista.

Nos tópicos posteriores, evidenciaremos os fenômenos urbanos desencadeados pelos modelos econômicos adotados no pós-64 e as políticas sociais utilizadas para lidar com as contradições sociais produzidas no período, para avaliarmos os desdobramentos sociais de uma estruturação histórico-social que



produz riqueza pela espoliação das camadas pobres e adota medidas de controle social para amortecer os conflitos sociais.

### Urbanização e Marginalização no pós-64

O modelo econômico adotado no Brasil a partir da Segunda Guerra, principalmente no pós-60, privilegia uma economia urbano-industrial em detrimento da atividade agrícola. Há inchamento dos centros industriais, esvaziamento do campo e manutenção da estrutura fundiária da terra:

*"As mudanças ocorridas na estrutura produtiva nacional pós-60, com maiores reflexos em São Paulo, implicaram, de um lado, subordinação da agricultura à indústria e, de outro, desenvolvimento mais acentuado do setor secundário, com a industrialização pesada constituindo um parque produtor diversificado, em que os ramos tradicionais foram perdendo peso relativo. Nesse contexto, assistiu-se à intensificação do processo de urbanização no país". (BAENINGER, 1992).*

O deslocamento dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos dá-se, basicamente, por dois motivos. Primeiro, pela busca de melhores condições de vida, já que representam áreas mais "progressistas", em relação às áreas "sufocadas" do campo. Segundo, pelo processo de modernização agrícola, que exclui pequenos produtores "tradicionais" pauperizados, provocando migração em massa, que se acumula nos centros industriais, de forma desequilibrada e desordenada.

Como a mão-de-obra em oferta é desqualificada para o processo industrial, a exploração capitalista apropria-se dessa contradição, transformando-a em mão-de-obra barata para a industrialização. A melhoria de vida almejada pelos migrantes torna-se ilusão; passam a integrar o excedente de mão-de-obra, o que contribui para o rebaixamento do custo da sua força de trabalho, sendo jogados à marginalidade. Essa população passa a ocupar as periferias das principais cidades industriais do País, formam-se favelas, com precárias condições de vida.

*"Na realidade, o processo de urbanização e a formação da classe trabalhadora na cidade são resultados das transformações econômicas ocorridas no Brasil e dos mecanismos de acumulação utilizados por essa economia". (BERLINCK, 1975).*

Com essa afirmação, o autor chama a atenção para o fato de que a marginalidade não se explica, apenas, pela urbanização, mas pelo processo socioeconômico de seu contexto, que exclui socialmente ao incluir, e explora. A estruturação de uma sociedade que sempre privilegiou uma minoria dominante, desde o período escravocrata, com passagens por um modelo agroexportador e, posteriormente, com a industrialização, evidencia que a transformação das relações sociais no campo e na cidade exige a mudança do modelo econômico adotado, para o devido tratamento da produção social da marginalidade.

Neste tópico, a abordagem da urbanização objetiva

entender-se como o fenômeno das crianças e adolescentes marginalizados emerge desse contexto excludente. Todavia, convém atentar para as conexões apontadas anteriormente, a partir dos aspectos histórico-estruturais, da expropriação agrária e da ausência dos elementos de cidadania, que sugerem que as chamadas "massas marginais" são altamente funcionais para o sistema econômico instalado, fornecendo uma excessiva reserva de mão-de-obra, que contribui para o achatamento da sua remuneração.

*"As condições de vida dependem de uma série de fatores, da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial... A distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas". (KOWARICK, 1979).*

A distribuição espacial da cidade está intimamente ligada à distribuição de renda, bem como as condições de trabalho às de moradia; não há como desconectar esses elementos. A marginalidade está integrada na forma produtiva estabelecida, ela é produzida e se reproduz a todo momento, tornando-se altamente funcional para o sistema.

Os centros se formam dentro dessa configuração distributiva e se refletem na vida dos migrantes desde sua instalação urbana. A enorme rede de transportes instalada nesses centros, por exemplo, propicia a instalação dos

migrantes em regiões periféricas, favorecendo a especulação de imóveis de baixo valor comercial, já que as melhores regiões são privilégio dos dominantes. Os proprietários dos imóveis e dos transportes urbanos, apropriam-se dessa demanda e, de uma forma combinada, exploram-na. Nessas condições, há um acúmulo de rebaixamento das condições de vida desses trabalhadores urbanos, que são submetidos a baixas condições de trabalho, moradia e transportes.

Numa pesquisa realizada com famílias de meninos de rua e pequenos-trabalhadores de Goiânia, em relação às condições de moradia, ALVES (1989) observa o seguinte:

*"A maior parte das residências (74,6%) se situa na faixa de até 50 m<sup>2</sup>, sendo que, destas, cerca de um terço (31,4%) têm 20 m<sup>2</sup> ou menos".*

Essa constatação revela uma cidadania negada, denuncia o tratamento oferecido ao trabalhador, que é encarado apenas como uma força de trabalho excedente, armazenada em verdadeiros caixotes, que funcionam como reserva e reprodução de mão-de-obra.

Outro aspecto apontado por KOWARICK (1979) como humilhante para o trabalhador brasileiro refere-se à ilegalidade da sua condição de moradia, representando aquele que ocupa a terra alheia e vive na desordem. Na sua pesquisa, o autor constata que esse aspecto contribui para a

estigmatização da favela, consolidada como o lugar onde habita o marginalizado. Instalar-se na favela implica, nessas condições, a instalação de um estigma depreciativo e marginalizador, que desqualifica a força de trabalho dos seus habitantes.

Numa condição mais desumana, encontramos os sem-casa ou habitantes das ruas, sobrevivendo debaixo de viadutos, em praças públicas e casas abandonadas, como se fossem lixos humanos - os excluídos dos excluídos. Segundo pesquisa realizada por YAZBEK & WANDERLEY (1992), um levantamento preliminar revela um número aproximado de 5 mil pessoas, nessas condições, na cidade de São Paulo. De acordo como os autores, a revelação será mais grave se se adotarem os conceitos da ONU:

*"E se tomarmos a definição de homeless da ONU (sem habitação estável, vivendo em cortiços, casarões abandonadas, depósitos de papel, etc), esse número aumenta para 4 milhões, estando aí incluídos as favelas, cortiços e outros tipos de habitação precária".*

Essas informações sugerem que parte significativa dessa massa humana torna-se um produto da exclusão, que provavelmente nem significará mais uma reserva de mão-de-obra, mas uma força de trabalho "em extinção", ou "em deterioração", um refugio social. Denunciam a que proporções drásticas chega a exploração dos excedentes acumulados nos bolsões de miséria, localizados nos grandes centros industriais, a ponto de serem

rechaçados de qualquer possibilidade cidadã e de serem excluídos lentamente do mercado de trabalho.

Quanto às políticas sociais de habitação adotadas pelo governo, por intermédio dos programas do BNH e do SFH, já comentados neste estudo, estas beneficiam as classes dominantes, apropriando-se do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - retirado do salário dos trabalhadores, atendendo às faixas salariais superiores, e aplicando-se minguaados 6% às habitações populares.

*"As múltiplas faces da pobreza colocam novos desafios à gestão estatal dos processos de inclusão, exclusão social dos subalternos e, particularmente, à assistência social, historicamente, campo dos excluídos. O enfrentamento da pobreza nos anos 90 passa não apenas pela necessária redistribuição de renda mas, sobretudo pela questão política da restituição de direitos, possibilidades e esperanças usurpadas". (YAZBEK & WANDERLEY, 1992).*

Diante de tantas mazelas, os autores ressaltam o grave estado de usurpação dos direitos humanos a que chegou nossa sociedade, defendendo a idéia de que, além da reforma agrária e da distribuição de renda, os valores éticos e humanos sejam resgatados. Trata-se de posição de que compartilho, por considerar que os dados levantados, neste tópico e nos demais, são suficientes para concluirmos que as condições econômico-sociais das camadas populares ferem princípios mínimos que

garantiriam a dignidade de um ser humano.

A intenção de abordar, aqui, alguns fenômenos urbanos desencadeados pelo modelo industrial implantado no Brasil pós-64 objetiva apontar, por meio de algumas revelações, como a cidade se torna um forte foco de exploração econômica, em detrimento das relações sociais mais igualitárias, a ponto de ter, como subproduto, o grave problema das crianças e dos adolescentes marginalizados, ressaltando-se a importância de se contextualizarem os fenômenos dentro da perspectiva analítica que considera a estrutura econômico-social adotada durante o período.

Concluindo, pode-se afirmar que a urbanização não é suficiente para explicar a marginalidade que contém, mas, irrefutavelmente, é parte integrante da trajetória social dos excluídos: um lugar onde ocorre uma maior concentração de força de trabalho explorada e, portanto, a acumulação de riquezas e de misérias.

Serão discutidas, a seguir, as políticas sociais adotadas para atenuar os conflitos distributivos que preservam os privilégios das classes dominantes, a fim de concluirmos a análise da temática proposta neste trabalho.

#### Políticas sociais adotadas no período

A introdução do governo militar no pós-64, golpe das



classes dominantes para sufocar as contradições sociais, com base em um Estado forte, visa a promover um crescimento econômico a qualquer custo.

A postura inicial do governo é reprimir qualquer ato que ameaçasse a ordem institucional dominante, adotando concepções funcionalistas, que trabalham com a ideologia da integração, da harmonia, do equilíbrio social, sustentada pela coerção. Dentro desse paradigma, qualquer protesto é interpretado e propagado como disfunção, desadaptação ou desordem a ser contida.

Na área trabalhista, é proibido o direito de greve, o reajustamento salarial passa ao controle do governo federal, extingue-se a estabilidade no emprego e cria-se o FGTS.

Nos fins de 68, ano inicial do "milagre econômico", o governo assume uma postura de linha dura, evidenciando mais ainda o autoritarismo, para enfrentar guerrilhas e movimentos oposicionistas.

*"A medida que se verificava a escalada de violência - com a multiplicação de focos guerrilheiros, dos seqüestros de diplomatas, dos assaltos a bancos e dos choques com as guarnições militares, novos instrumentos foram sendo criados para aumentar mais o conjunto de poderes autocráticos do governo militar". (SORJ & ALMEIDA, 1984).*

São editados vários atos institucionais, destinados a reprimir movimentos estudantis, seqüestros, assaltos a



instituições financeiras e atos de terrorismo em geral, punidos, inclusive, com o exílio.

Entretanto, além das medidas repressivas adotadas, são criadas políticas sociais para reforçar o controle dos conflitos distributivos, pelo empobrecimento das camadas populares e pela excessiva concentração de renda na mão dos dominantes.

As políticas sociais adotadas, nesses termos, têm um caráter compensatório, amortecedor de conflitos sociais e assistencialista, representando a "face boa" do autoritarismo, enquanto a repressão é a "face má", mas atendem ao mesmo fim, garantir a continuidade da acumulação.

Quanto às crianças e adolescentes, são incluídos na Política de Segurança Nacional, respaldada pelo antigo Código de Menores, por meio da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-FUNABEM -, implantada em dezembro de 1964, no Rio de Janeiro. Segundo BAZILIO (1982), tem como objetivo "atender menores de conduta anti-social, infrator de normas éticas e jurídicas da sociedade ou com inadaptação social...necessitando de aculturação", revelando, com esses conceitos, uma concepção funcionalista do problema, a qual atribui ao indivíduo, somente, a dificuldade de socialização, justificando-se com isso, confiná-lo ou contê-lo.

O modelo de atendimento baseia-se na metodologia utilizada nos manicômios, internatos e prisões, são as

denominadas "instituições totais", vastamente discutidas em vários trabalhos, inclusive em alguns citados no Capítulo II deste estudo; trata-se de atendimento massivo, em que o quantitativo sobrepõe-se ao qualitativo, os internos são numerados, uniformizados, têm uma rotina rígida, contribuindo, esses fatores, para sua despersonalização; as oficinas, a escola, o médico e o dentista são oferecidos dentro do próprio local, impedindo qualquer contato social do atendido com a realidade externa. Ou seja, são segregacionistas, ao invés de socializantes, não oferecendo possibilidades de recuperação, de reintegração, de regeneração ou de readaptação, como sugerem os seus mentores.

Na década seguinte, nos fins do "milagre econômico", o governo, prevendo uma nova recessão, apela novamente para as táticas ideológicas, dando continuidade à propagação de mensagens místicas e à utilização de programas assistencialistas, para trabalhadores do campo e da cidade. SORJ & ALMEIDA (1984) denunciam:

*"Em 1970-73, inspirada nos princípios da guerra psicossocial, a propaganda do governo difundida nacionalmente pela AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República - bombardeava permanentemente a população com a mística do "Brasil Grande", com as evidências dos progressos alcançados e o apelo agressivo dos projetos de impacto, procurando explorar ao máximo o efeito ideológico das políticas sociais (PASEP, PRORURAL, FUNRURAL, PROTERRA) e da grandiosidade de alguns empreendimentos dos quais a da Transamazônia provavelmente terá sido o mais desastroso".*

Outros programas são acrescentados, como o INAN- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, pelos subprogramas PRONAN E PROAPE, de combate à fome, comentados no Capítulo III deste trabalho, para amenizar o quadro estabelecido, mas não são eficientes. Essas medidas apenas adiam a deflagração da imensa lacuna econômica existente entre os ricos e os pobres, acrescida do acúmulo do endividamento externo.

Quanto à falácia das políticas sociais, comenta FARIA (1992):

*"Herdeira de um esquema de seguridade social corporativo e discriminatório e de uma política de assistência social tributária do clientelismo e do populismo, a política social que se desenvolveu durante o regime autoritário adotou e desenvolveu um arcabouço financeiro, administrativo e institucional que contribui, poderosamente, para sua ineficácia e para sua efetividade".*

Na verdade, nenhuma dessas medidas é adotada para resolver o problema, mas apenas para contê-lo ou amenizá-lo. Qualquer proposta de transformação das relações sociais, para o estabelecimento da equidade social, é rejeitada. As dificuldades sociais são preservadas de forma mascarada, camuflada e confundida com discursos, propagandas mistificadoras, assistencialismo e atos repressivos.

A década de 80, considerada "morta" economicamente por alguns autores, diante dos rebaixamentos apresentados,

acentua os conflitos sociais. Já em 1985, as classes dominantes sentem-se pressionadas e ensaiam uma abertura política. Nesse período recessivo, surgem novas medidas compensatórias, como o tiquete de leite, o vale-transporte, o tiquete-refeição, a cesta básica e outras, para complementação da defasada renda salarial do trabalhador, dando continuidade ao processo de acumulação de riquezas.

Os salários nunca estiveram tão rebaixados como nessa época. O nível de desemprego também aumenta assustadoramente, mas, por outro lado, é um período de maior concentração de renda para 1% dos mais ricos, como apontam os indicadores socioeconômicos apresentados neste trabalho. O empobrecimento em massa aumenta a marginalidade. O fenômeno de crianças e adolescentes marginalizados, no seus subgrupos, torna-se um destaque nacional e mesmo internacional. A prática de tráfico, prostituição e extermínio de crianças pobres provoca debates em vários países do Primeiro Mundo, dificultando, inclusive, o refinanciamento da dívida externa por parte de alguns credores.

A análise histórico-estrutural apresentada neste estudo a partir do corte proposto, considerando o período pós-64 e seus antecedentes históricos, evidencia aspectos importantes para a compreensão da problemática das crianças e dos adolescentes marginalizados. Trata-se de uma questão que hoje se mostra preocupante, devido ao aumento dessa população

e a seu envolvimento com atos de violência e criminalidade, tanto próprios como de terceiros, como é o caso da prática adotada por "grupos de extermínio", para reprimir e conter esse fenômeno social.

Essa escalada de violência demonstra que as políticas sociais não são suficientes para atender à questão, pois, restritas a medidas de caráter compensatório, não tocar nas riquezas acumuladas pelos setores dominantes.

Aspectos culturais e históricos do nosso País são preservados pelas classes dominantes, na sociedade industrial, por conterem uma relação de domínio propícia para o sistema capitalista implantado.

A migração campo-cidade, com sobreposição da indústria sobre a agricultura, produziu uma acumulação populacional nas cidades, que é apropriada pelos patrões, devido ao barateamento da mão-de-obra.

No aspecto urbano, isso ocasionou relações sociais degradantes, dentre elas os habitantes da rua, os sem-casa, excluídos de qualquer possibilidade cidadã. Os meninos de rua estão aí incluídos e tornam-se o grande impacto social da última década e dos últimos anos.

Outro impacto produzido sobre as crianças e adolescentes marginalizados refere-se ao aumento da sua inserção no trabalho, e ao envolvimento em tráfico de drogas e prostituição, para complementação da renda familiar,

evidenciando o empobrecimento das camadas populares.

A presença das organizações não governamentais nas políticas sociais apresenta-se como uma participação importante para a contextualização do problema, visando à busca de transformações sociais, mas exige cautela e reflexão, para não reproduzir as políticas assistencialistas adotadas pelos governos anteriores.

Concluindo, este capítulo deixa evidências claras de que, subjacente ao problema das crianças e adolescentes marginalizados, está uma macroestrutura, com dimensões sociais gravíssimas, as quais estão reveladas pelo fenômeno aqui estudado, sendo historicamente controladas por meio de políticas sociais repressivas e assistencialistas, acrescidas de mensagens ideológicas alienantes, e que caminham para um aprofundamento da crise econômico-social, caso não sejam adotadas medidas eqüitativas, relativas ao conflito distributivo e ao acesso a uma cidadania social e política.

Para serem efetivadas essas medidas terão de atingir as estruturas produtoras da marginalização. Não há prevenção das doenças sociais sem se atingirem as estruturas que as produzem, tornando-se emergente essa prática de transformação social, e não, apenas, medidas salvacionistas ou compensatórias, como as adotadas pelos governos citados.

## C O N C L U S ã O

O quadro atual do Brasil, apresentado no Capítulo I, com ajuda dos indicadores socioeconômicos da década de 80 e de inícios da de 90, aponta índices significativos de agravamento, durante o período, de um padrão já delineado de exclusão social. A década de 80, considerada "perdida" economicamente por alguns autores, apresenta decréscimos no PIB, aumento de desemprego, de migração, de inserção de mão-de-obra infantil no mercado de trabalho formal e informal, principalmente a partir de 15 anos, para complementação da renda familiar, e precárias condições de domicílio no campo e na cidade.

Por outro lado, revela que há excessiva concentração de renda na mão de 1% dos mais ricos, demonstrando apropriação da riqueza por uma minoria dominante. Dentre os excluídos das riquezas produzidas, os negros são os mais discriminados. Nos dados referente à escolaridade e aos rendimentos estes apresentam diferenças acentuadas em relação aos brancos, revelando resquícios do escravismo dentro da sociedade industrial.

A análise da produção acadêmica realizada já indicava o período pós-64 como um marcador importante de políticas sociais adotadas para a contenção dessa problemática social, tornada mais evidente naquele período. As práticas da



FUNABEM e das FEBEMs são assimiladas como medidas compensatórias, pela via da repressão e do assistencialismo, para não tocar nos conflitos distributivos desencadeados pela sociedade industrial.

Destaca-se, nessa produção o trabalho de GONÇALVES (1979), que discute as concepções de marginalidade, apontando a concepção histórico-estrutural como aquela que dá mais elementos para a compreensão da estruturação de uma sociedade excludente, a qual, no caso do Brasil, tem início nas relações histórico-coloniais. Dentro dessa mesma linha PINO (1987), afirma que a exclusão social deve ser estudada considerando-se a relação dominadores-dominados, que se caracterizou como neoescravidão na nossa sociedade, deixando evidente a instalação de uma sociedade que privilegia uma minoria dominante em detrimento de uma maioria dominada.

Os estudos que apresentam mais detalhes sobre os subgrupos de crianças e adolescentes marginalizados são os artigos organizados por FAUSTO & CERVINI (1991), evidenciando o aumento de inserção da força de trabalho infantil no mercado formal e informal, para contribuição à renda familiar. Por se tratar de um estudo quantitativo, mais atualizado, apresenta consistências com os dados apresentados no Primeiro Capítulo, reforçando a necessidade de se fazer reverter o quadro de pobreza e miséria em que as nossas crianças e adolescentes se encontram.



A condição marginalizada do segmento estudado exige do pesquisador uma metodologia peculiar, para aquele que está no lugar da transgressão social, sendo que a entrevista semi-estruturada com informantes-chave se mostra indicada para a coleta de dados.

A escuta das crianças e adolescentes marginalizados revela a precocidade da inserção no trabalho e na marginalidade dessa população, que, segundo os entrevistados, ocorre a partir de quatro anos. O trabalho é colocado como algo que explora e desqualifica e, ainda, o furto apresenta-se como provedor da subsistência, evidenciando-se a representação negativa do trabalho para si e seus pares.

A reprodução da violência social dentro da hierarquia familiar é apontada como desencadeadora da ruptura familiar.

A ausência ou omissão do Estado em funções clássicas que lhe são atribuídas indica a negação de condições básicas para o exercício da cidadania social. Logo, essa população, marginalizada, revela-se excluída dos elementos formadores do sujeito-cidadão, que são a socialização primária de referência, a transmissão do saber, o usufruto da saúde e do lazer e a integração em alguma forma de comunidade relativamente estável. A fala dos "meninos" é contundente no aspecto da falta destes elementos, na ausência do que ter e fazer na sua casa, no seu bairro, na sua escola e nos espaços sociais de seu trânsito.

O último capítulo se presta a levantar e indicar os caminhos históricos que auxiliam a compreensão de como essa realidade de exclusão é socialmente construída. O período pós-64 é indicado em que onde as contradições sociais se tornam acirradas, e o fenômeno de crianças e adolescentes marginalizados torna-se preocupante, a ponto de as classes dominantes estabelecerem políticas sociais específicas para a sua contenção. Nesse capítulo, são considerados antecedentes históricos que marcam a estruturação de uma sociedade industrial excludente, sem desconsiderar o passado escravista.

Os estudos realizados traçam o perfil de uma sociedade com o enriquecimento concentrado em poder de uma minoria dominante, pela via da marginalização de um excedente de mão-de-obra acumulado nas favelas e periferias ou até rechaçado nas ruas dos grandes centros industriais.

Viu-se que o modelo excludente e as suas políticas sociais utiliza-se de estratégias que preservam as relações de domínio, modernizando os meios de produção, mas mantendo o arcaísmo sociopolítico de exploração e espoliação.

A fundamentação deste trabalho na concepção histórico-estrutural, em busca da compreensão da produção social da criança e do adolescente marginalizados, evidenciou que estamos lidando com um fenômeno social que tem uma produção histórica. Como está dito anteriormente, é necessário tanto mudar as relações sociais quanto as idéias que, durante

séculos, dominam a nossa cultura.

Em termos socioeconômicos, fica evidente a necessidade de distribuição de renda, de relações eqüitativas formadoras de cidadania, sem se reproduzirem as práticas assistencialistas adotadas nos períodos estudados, e a reforma agrária, para conter o êxodo rural, fixando o homem no campo, evitando-se a sobreposição indústria/agricultura, mas produzindo-se um nivelamento da produção desses setores. E, finalmente, mas não menos importante, evidencia-se o papel imprescindível do Estado no âmbito de políticas sociais.

Num nível mais emergente, em relação às crianças e aos adolescentes marginalizados, torna-se necessário o apoio às famílias, por meio de trabalhos comunitários, com políticas de emprego para os pais e escolas para seus filhos. Urge Oferecer proteção social para os pequenos-trabalhadores, evitando que freqüentem o centro da cidade, principalmente em horários noturnos, oferecendo-lhes alternativas de trabalho em empresas ou na própria comunidade, como também atividades culturais, lúdicas e esportivas, antes que se tornem meninos de rua, aquele terminal na cadeia de marginalização, até que se mobilizem transformações das estruturas responsáveis pela produção dessa população.

Como aponto, neste estudo, não há como desencadear mudanças nessas estruturas sem fazermos as conexões entre o fenômeno manifesto e o processo de sua produção. Temos

que ver em que a criança marginalizada tem a ver com a escola, com o trabalho dos seus pais, com a sua classe social, com as políticas sociais adotadas, com o sistema econômico-político do País, com as relações industriais com o Primeiro Mundo, com a nossa história, enfim, com tudo aquilo que contribui para sua produção social. A visão global desse fenômeno tem que assumir um caráter dinâmico e global, com a perspectiva de um movimento social capaz de produzir transformações em cadeia, e não isoladamente.

Quanto às pesquisas futuras que podem completar o recorte do trabalho, aponto o estudo dos mecanismos ideológicos que impedem os dominados de realizarem as conexões necessárias para a compreensão da sua condição de explorado. Estudos que revelem: Como os marginalizados (des)conectam sua raça da sua situação social? Como (des)conectam sua condição social de sua condição de trabalho? Também seria interessante levantar qual a representação que os transeuntes das ruas centrais da cidade, em geral, têm em relação à existência das crianças e dos adolescentes marginalizados nas ruas e favelas. A que motivo atribuem esse fenômeno? Que soluções ou transformações acreditam efetivas para o fim desse grave problema? Outro ponto importante seria levantar quais as regiões emissoras de trabalhadores rurais para a cidade. Isto contribuiria para verificar nexos mais íntimos entre migração e marginalização.

A realidade dessas crianças e adolescentes -

marginalizados a cada dia torna-se mais evidente, o que demonstra que as políticas adotadas não são efetivas para atendê-los. Diante disso, cabe enfrentar esse quadro dentro dos seus aspectos estruturais, propiciando subsídios necessários para a mudança das relações produtoras desse fenômeno social.

Acredito que, conhecendo-se melhor o mecanismo de produção do marginalizado, pode-se propor caminhos mais viáveis de enfrentamento do problema.

Urge transformar essas relações sociais produtoras da marginalidade. Se a sociedade é capaz de produzir esse fenômeno social, ela também pode reverter esse quadro e estabelecer novas relações, que não sejam configuradas dentro de um modelo dominador, de caráter escravagista. Para isso, há de ocorrer uma sensibilização dos segmentos sociais, visando a desfazer os mecanismos de produção dessa realidade. Pretendi, com este trabalho, contribuir para essa sensibilização.

## S U M M A R Y

The problem of lower socioeconomic children and adolescents living in the streets of our cities, in order to secure their survival, has become a real challenge for all of us.

The objective of this investigation is to identify factors responsible for the appearance of this population in our society. The fact is assumed as a social phenomenon, which reveals a society with a high production of goods to the detriment of a deprived majority, from where these youth emerge.

The analysis of these social connections is based on a historic-structural concept, which interprets the society construction from a "concentrating and excluding" model.

Economic statistics from the 80's and first years from the 90's were used to portray the Brazilian socioeconomic situation. Corroborating the historic-social premise the data disclosed large social differences, particularly in relation to the income distribution, to the higher social status of whites compared to non-whites and to an increase in the number of working youth in order to increase the family income.

Members of this population were interviewed in an attempt to understand their reality; lack of schools, leisure time and the need of integrating themselves in the working force were identified as the main determinants of the observed social phenomenon.

The bibliographic review showed that the social policy adopted by the ruling class is an important element in the maintenance of the present social structure, acting as a buffer in the emerging conflicts.

To change this reality, a more equitable income distribution, together with the leveling of the industry/agriculture production, the promotion of citizenship and the establishment of liaisons between the cause-effect of this social phenomenon is necessary.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ALTOÉ, Sônia. **Infâncias perdidas**. Rio de Janeiro: Xenon, 1990, 271 p.
- ALVES, Alda Judith. **Meninos de rua e meninos da rua: estrutura e dinâmica familiar**. In: FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Rubem (orgs.). **O trabalho e a rua; crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 117-132.
- ARRUDA, Sérgio Vieira. **Pequenos bandidos**. São Paulo: Global, 1983, 175 p.
- BACHA, Edmar L. & MALAN, Pedro S. **A dívida externa brasileira: do milagre ao fundo**. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 199-228.
- BAENINGER, Rosana. **O processo de urbanização no Brasil: características e tendências**. In: BOGUS, Lúcia Maria M. & ...
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Estado, marginalidade e ideologia**. Rio de Janeiro: PUC, 1982, Dissertação (Mestrado em Educação).
- BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 7a. ed. Petrópolis: Vozes, 1987, 247 p.
- BERLINCK, Manoel T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975, 152 p.
- BOGUS, Lúcia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **A luta pela cidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992, 170 p.



BONFIM, Elizabeth (org.). **Meninas de rua; cenas de um cotidiano.** Belo Horizonte: Pró-Reitoria e Extensão e Ação Comunitária PUC/MG e ABRAPSO, 1990, 107 p.

CAMPOS, Angela Valadares Dutra Souza. **O menor institucionalizado; um desafio para a sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1984, 195 p.

CARDOSO, F. H. O "Modelo brasileiro" de desenvolvimento. **Debate e Crítica**, n. 1, p. 18-47, jul/dez.1973.

\_\_\_\_\_, Fernando H. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 443-482.

CARVALHO, Inaiá Maria M. & LANIADO, Ruth N. Pobreza urbana e ação social. **Cadernos do CEAS.** Salvador, n. 141, p. 18-34, set/out.1992.

CERVINI, R. & BURGER F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A. & CERVINI, R. (orgs.). **O trabalho e a rua; crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: Cortez, 1991, 244 p.

COSTA, A. F. A Pesquisa de terreno em sociologia. In: SILVA, A. S. & PINTO, J. M. (orgs.). **Metodologia das ciências sociais.** Porto: Afrontamento, 1987, p. 129-163.

COSTA, Lígia Leite. **A Magia dos invencíveis.** Petrópolis: Vozes, 1991, 200 p.

COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). **A cidadania que não temos,** São Paulo: Brasiliense, 1986, 188 p.

CRUZ & MARTINS. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** 2a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984, p.13-61.



- DIMENSTEIN, Gilberto. **A Guerra dos meninos, assassinatos de menores no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990, 107 p.
- \_\_\_\_\_, **Meninas da noite.** 5a. ed. São Paulo: Atica, 1992, 163 p.
- EDMUNDO, Lúgia Pereira. **Instituição: escola de marginalidade.** São Paulo: Cortez, 1987, 141 p.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.** Diário Oficial da União, julho/1990.
- FARIA, Vilmar. **Desenvolvimento, urbanização e mudança na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos.** In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermíria T. (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, 261 p.
- FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben (orgs.). **O Trabalho e a rua; crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: Cortez, 1991, 244 p.
- FERNANDES, Florestan. **O Negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, 285 p.
- FERREIRA, Yedo. **Ideologia racial e estrutura social. Proposta.** Rio de Janeiro, n. 51, p. 24-25, nov/1991.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos de rua.** São Paulo: IBREX, 1979, 173 p.
- FESTINGER, Leon & Katz, Daniel. **A Pesquisa na psicologia social.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974, 646 p.
- GIORGI, Piero Di. **A criança e as suas instituições; a família - a escola.** Lisboa: Livros Horizonte, 1982, 117 p.

- GONÇALVES, Zuíla Andrade. **Meninos de rua: e a marginalidade urbana em Belém.** Belém: Gráfica Salesiana, 1979, 205 p.
- GOUVEIA, A. J. O Trabalho do menor: necessidade transfigurada em Virtude. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 44, p.55-62, fev/1983.
- GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas; o vínculo com o abandono.** São Paulo: Summus, 1986.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 230 p.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** 4a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 187 p.
- \_\_\_\_\_, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979, 202 p.
- LIPPI, José Raimundo S. et al. **Abuso e negligência na infância; prevenção e direitos.** Rio de Janeiro: Científica Nacional, 1990, 219 p.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social.** 2a. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARIN, Isabel da Silva K. **FEBEM, Família e identidade; o lugar do outro.** São Paulo: Babel Cultural, 1988, 125 p.
- MARQUES, J. B. A. **Marginalização: menor e criminalidade.** São Paulo: MC Graw-Hill do Brasil, 1976, 188 p.
- MEDEIROS, L. A criança da favela e sua visão de mundo; uma contribuição para o repensar da escola. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, n. 05, p.03-09, jul/1987.

- MÜLLER, Geraldo. Fome: o não-direito do não-cidadão. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). A cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13-18.
- OLIVEIRA, M. F. M. Brasil industrialização e modernidade. Cadernos do CEAS. Salvador, n. 141, p. 35-51, set/out.1992.
- ORSETTI e outros, Um tiro de amor para todos vocês, Belo Horizonte, Barvalle, 1987, 139 p.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. Recuperar ou punir? São Paulo: Cortez 1991, 87 p.
- PEREIRA, Luiz (org.). Urbanização e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, 199 p.
- PHILIPS, Bernard S. Pesquisa social; estratégias e táticas. Rio de Janeiro: Agir, 1974, 460 p.
- PINO, Angel F. A questão do menor e o significado da infância na sociedade burguesa. Educação e Sociedade, São Paulo, n. 28, p. 32-50, dez/1987.
- RÂMIA, Rose Lillian Cury. O paradoxo do menor infrator institucionalizado: ser considerado "anti-social" pelo código penal, ao mesmo tempo que reproduz a sociedade capitalista. São Paulo: PUC, 1989, Dissertação (Mestrado), 155 p.
- RODRIGUES, Ana Maria Drumond. "Ou bem estuda, ou bem trabalha"; a relação escola/trabalho a partir da representação do aluno excluído-evadido. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987, Dissertação (Mestrado em Educação).
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. Enfrentando a barbárie. Cadernos do CEAS. Salvador, n. 142, p. 40-47, nov/dez-1992.

SAVIANI, Demerval. Educação, cidadania e transição democrática. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). A cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 73-84.

SCRIMSCHAW, Susan & HURTADO Elena. RAP- Procedimientos de Aesoria. Los Angeles: Centros de Estudos Latinoamericanos de UCLA, Universidad de Califórnia, 1988, 99 p.

SELLTZ et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder/USP, 1971, 687 p.

SINGER, Paul. A crise do "milagre"; interpretação crítica da economia brasileira. 8a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermíria T. (orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, 261 p.

\_\_\_\_\_, Bernardo & WILKINSON, John. Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira. in: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermíria T. (orgs.). Sociedade e Política no Brasil pós-64. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.164-190.

STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 633 p.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. Os mendigos na cidade de São Paulo. São Paulo, Paz e Terra, 1977, 295 p.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços em São Paulo: Velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social. In: BOGUS, Lúcia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A Luta pela cidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1992, p. 81-126.

VIOLANTE, Maria Lúcia. O dilema do decente malandro. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 1983, 196 p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. As políticas urbanas e lutas pela habitação. In: BOGUS, Lúcia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A Luta pela cidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1992, 170 p.

WEFFORT, Francisco C. Por que Democracia? 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, 133 p.

YAZBECK, Maria Carmelita & WANDERLEY, Mariangela Befiore. A luta pela sobrevivência na cidade. Os "homeless" ou "população de rua". In: BOGUS, Lúcia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A Luta pela cidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1992, p.151-170.

**DOAÇÃO**  
Do: WALTER ERNESTO  
VDE MANQUES  
Em: 17/09/97  
R\$ 80,00

JORNAIS

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: 10./11/1992.

Folha de São Paulo, São Paulo: 26/10/1992.

Estado de Minas, Belo Horizonte, 28/10/1992.

Estado de Minas, Belo Horizonte, 02/12/1992.